

RESUMO DE HISTÓRIA UNIVERSAL

EDIÇÃO DOS AUTORES

FERNANDO FALÇÃO MACHADO NICOLAU FIRMINO

Resumo

de

História Universal

4.ª Edição 1 9 4 5

ACADÉMICA DE D. FELIPA

Rua de Desidério Beça, 5

LISBOA

AO LEITOR

O favor do público levou-nos a publicar a quarta edição dêste útil e necessário Resumo, destinado a evo-car os conhecimentos aprendidos no compêndio, aprovado oficialmente como livro único, da autoria do ilustre professor, e nosso comum amigo, Sr. Dr. António Gonçalves Matoso.

Tècnicamente melhor em relação às edições anteriores, deu-se especial relêvo à História de Roma e a factos históricos da actualidade, com a mira de facilitar a admissão tanto aos alunos que concorrem à Faculdade de Direito, com um estudo mais desenvolvido das instituições e do direito romano, como aos candidatos dos exames de Aptidão às Faculdades de Letras e de Ciências Económicas e Financeiras.

Êste interêsse pela cultura do leitor-aluno e a feição interpretativa do Resumo, que não é mero amontoado de factos, impõem o nosso despretensioso trabalho, entre tôda a concorrência.

Tanto quanto possível empregámos a ortografia do Vocabulário da Academia das Ciências, evitando o uso de estrangeirismos desnecessários, e aperfeiçoámos a redacção, procurando ser claros na concatenação dos factos.

Lisboa, Janeiro de 1945.

HISTÓRIA UNIVERSAL

I — Introdução

HISTÓRIA

Os homens, desde o seu aparecimento na Terra, têm

vivido, normalmente, em sociedades.

O ambiente físico e outros factores, físicos e psíquiinfluenciando as sociedades, diferenciaram-nas entre si, por caracteres próprios, que tendem a acen-

tuar-se com o tempo.

Essas sociedades, quando fixas a territórios determinados, com distinção política entre dirigentes ou governantes e dirigidos ou governados, e com populações que têm comunidade de origem rácica, língua, usos, costumes, tradições, vida passada, necessidades presentes, aspirações futuras e princípios educativos, constituindo Nações, formam Estados.

O estudo das sociedades ou agrupamentos humanos e dos factos que neles ocorrem é a Sociologia ou Ciên-

cia Social.

Quando incide sôbre factos típicos, característicos, duma sociedade, nação ou povo, sem desenvolvimento ou repercussão no tempo e no espaço, ou de restrito valor, esse estudo chama-se Etnografia, Folclore ou Demopsicologia.

Quando tal estudo se baseia em vestígios materiais, não-escritos ou anepigrafos, e é relativo a épocas anteriores ao aparecimento da escrita, chama-se Pré-história.

Se, porém, se baseia no que, àcêrca dum povo ou

nação que não conhece a escrita, escreveram outros povos, chama-se Proto-históriα.

Mas, se é o estudo metódico e crítico dos factos característicos, típicos e peculiares da vida dum povo, nação ou sociedade, mostrando as suas causas, repercussões e consequências ou encadeamento e desenvolvimento no espaço e no tempo, baseado em documentos escritos por êsse povo, nação ou sociedade — denomina-se História.

São controvertidos a finalidade e meios da História. Deve ensinar a pensar segundo a época estudada; prova os factos passados; deve prover de remédios os erros

presentes e permitir prever o futuro.

Por isso se lhe chama a mestra da vida, pois lhe deve dar lições. Na realidade, o passado não deve renegar-se nem injuriar-se, mas estudar-se e aperfeiçoar-se no presente; não pode suprimir-se nem proïbir-se, mas continuar-se, com a consciência do senso moral da sociedade estudada, e da relatividade das coisas humanas.

O facto histórico caracteriza-se, individualmente, pela sua espécie episódica, e pelas circunstâncias de tempo e lugar e do nome e acção dos agentes ou personagens que nêle tomaram parte; tem causas e conseqüências ou repercussões, influenciando muitos outros factos.

Nos factos pré-históricos e proto-históricos podem

faltar alguns dêstes factores.

Aos factos etnográficos e sociológicos não interessam tais factores: são a-históricos.

Os factos etnográficos e sociológicos repetem-se; são

fenómenos naturais, sujeitos a leis naturais.

Os factos históricos nunca se repetem, pois as circunstâncias variam sempre, no todo ou em parte; mas, como, no fundo, são factos sociológicos individualizados no tempo, no espaço, nos personagens e na acção, os seus caracteres comuns fazem com que possam comparar-se e apresentem certa identidade ou analogia. Daí, dizer-se: a História repete-se.

Não: a História é individual, singular; não se repete; o que se repete é o fundo sociológico, comum e genérico, que há em todo o facto histórico.

A História refere-se às sociedades nacionais; o estudo da vida das sociedades particulares chama-se monografia histórica; o estudo da vida e sucessão das famílias é a genealogia; o estudo da vida de cada indivíduo

constitui a sua biografia.

História universal é a que abrange todos os povos existentes na Terra. Todavia, nem todos êles atingiram o mesmo desenvolvimento e, ainda hoje, há povos que se encontram na Idade da Pedra, ou acabam de a deixar; há povos que tiveram civilização notável, mas dos quais pouco ou nada se sabe, ou por não terem tido escrita própria ou por se não saber traduzi-la, se a tiveram. Isto impede um conhecimento perfeito e absoluto da História da terra, da História Universal.

Dá-se, pois, êste nome ao estudo das sociedades que, estabelecidas perto do Mediterrâneo, se desenvolveram e decaíram, mas transmitindo a novas sociedades, que se formaram naquêle local, e, depois, na Europa, a sua cul-

tura e civilização.

No entanto, paralelamente, outras sociedades se desenvolviam e progrediam, com as mongólicas chinesa, nipónica e hindú, na Ásia; as maia, aimara, azteque e inca nas Américas; as etíope, sudanesa, e zulu, na África; as malaia e polinésica na Oceânia. Algumas atingiram, até, elevados níveis de civilização; mas atenta a pouca ou nenhuma influência que exerceram, remotamente, na civilização actual, só figuram no estudo da História Universal, quando entram em contacto permanente com as sociedades mediterrânicas ou europeias, que lhes impõem a sua civilização e cultura, ou, até, as escravizam e exterminam.

A história colhe elementos das Ciências Auxiliares e Subsidiárias — que são a Cronologia, Paleografia, Epigrafia, Diplomática, Esfragística, Numismática, Arqueologia, Etnologia, Direito, Belas Artes, Literatura, Economia, Geografia, etc.

Os documentos e monumentos, que dão informações à História, são as Fontes Históricas, e o seu valor é ava-

liado pela Crítica Histórica.

A Pré-História corresponde às idades da Pedra; a Proto-História coïncide com a idade do Cobre e Bronze; a História à idade do Ferro, e divide-se em:

- a) História da Antiguidade Oriental Egipcios, Assírios, Caldeus, Fenícios, Hebreus, Persas e ainda outros povos antigos.
- b) História da Antiguidade Clássica Grécia e Roma, até à Queda do Império Romano do Ocidente (476).
- c) História da Idade-Média até o início dos Grandes Descobrimentos (1418), ou até a Queda do Império Romano do Oriente (1453).
- d) História da Idade Moderna até a Revolução Francesa (1789).
- e) História da Idade Contemporânea até a actualidade.

Subdividimos esta em duas partes.

II — A Humanidade Pré-Histórica

ÉPOCAS

A Terra foi primitivamente, no Era Quaternária, habitada por povos em rudimentar estado de civilização, nómadas ou vivendo em cavernas, desconhecendo o uso

do fogo, servindo-se, para a caça, de armas de pedra talhadas grosseiramente, mas tendo certa capacidade artística, manifestada em *pinturas rupestres*, talvez para fins mágicos ou religiosos.

O instrumento característico é o «coup de poing». Era a Época da Pedra Lascada ou Paleolítica, de

que se encontraram ainda vestígios.

Mais tarde os seus conhecimentos progridem: as armas são ainda de pedra, mas mais perfeitas, lisas, polidas; servem-se do fogo e cozem os alimentos; sabem pescar, lavrar a terra e domesticar animais (cão); inventam a cerâmica e a tecelagem; vivem em cavernas, em acampamentos perto da água — concheiros, ou em casas em estacarias sôbre a água — palafitas; enterram os mortos. É a Época da Pedra Polida ou Neolítica.

Posteriormente, num esfôrço colectivo, constroem grandes monumentos funerários — antas ou dólmenes, menhires, cromeleques. É a Época Megalítica. Há vestígios neolíticos e megalíticos por muita parte.

III — A Humanidade Proto-Histórica

IDADES

1) Posteriormente, descobertos os metais — ouro, de que se fizeram muitos ornamentos — o que teria originado a crença na Idade do Ouro — e cobre, entra-se na Idade Eneolítica, Calcolítica ou do Cobre, na qual as armas, ferramentas e adornos são dêste metal; os povos que o produzem relacionam-se, comercialmente, com povos afastados, produtores de estanho, o que faz surgir a Idade do Bronze, em que êste tem a mesma utilização, e que, depois, cede lugar à Idade do Ferro.

Desenvolvem-se a agricultura, a pecuária, a arquitectura, a metalurgia e outras artes; surgem profissões especializadas fora da agricultura; fundam-se cidades; começa a organização política; aperfeiçoa-se a linguagem falada e aparece a escrito.

ESCRITA

2) A expansão rápida da escrita tanto ideográfica, cujos sinais representavam objectos ou idéias (egípcia, chinesa), como simbólica, de sinais convencionais (assíria), e ainda sónica ou alfabética, se os sinais correspondiam a sons (fenícia), faz com que a Proto-História tenha um curto período de vida; usualmente, estuda-se confundida com a Pré-História ou com a História.

A) — Antiguidade Oriental

Idéia sumária das Civilizações:

1) — EGIPTO

Nordeste de África, vale do Nilo

RELIGIÃO

As cheias do Nilo, provenientes da África Central, tinham uma côr esverdeada, devido a detritos de origem vegetal, e as da Abissínia, trazidas pelo Nilo Azul, eram avermelhadas, por causa da argila que arrastavam. Os egípcios não sabiam explicar científicamente o facto, mas, como as cheias fertilizavam o terreno sêco, fizeram-se agricultores e atribuíram-nas a favores dos deuses. Estes eram Osiris, Isis, Hórus, e correspondiam ao Sol, à Lua e ao Sol Nascente. Adoravam, também, os deuses Amon-Rá. Seth e animais — o boi Ápis, o íbis, o gato, o crocodilo, a cobra, etc.

Tinham religião politeista. Pensavam que a alma era imortal e, após a morte, julgada no Tribunal de Osiris, onde era punida ou premiada; mas podia ter necessidade de repousar no corpo, pelo que o mumificavam e encerravam em túmulos—pirâmides (para os reis),—mastabas (para o clero e nobreza),—hipogeus (para o povo). Havia o Livro dos Mortos com preces e respostas para o Tribunal de Osíris, e o Serapeum (para os bois Ápis), onde punham os seus objectos usuais. Com o progresso do culto de Rá (o disco do sol criador) a religião egípcia tendeu para o monoteísmo. A moral era elevada.

CLASSES SOCIAIS

As classes sociais eram: — escravos (prisioneiros de guerra), artífices, agricultores, escribas (funcionários, arquitectos, médicos, professores, etc.), guerreiros e sacerdotes; o faraó ou rei governava o Egito.

DINASTIAS E IMPÉRIOS

Desde que 4.000 ou 5.000 anos a. C., Menés, unificando os nomos independentes, funda o Estado monárquico egípcio, até ao domínio romano, houve 30 dinastias.

No Antigo, a capital é Ménfis, e, depois, Abidos; Quéops, Quéfren e Miquerinos mandaram construir as maiores pirâmides perto da Esfinge, que era anterior, e Nitócris e outros faraós conquistaram a Síria e a Núbia.

No Médio, a capital é Tebas; Amenemat III mandou excavar o Lago Méris, construir um Labirinto e muitas estátuas; conquistou-se o Sinai; os Hicsos, tríbus de pastores nómadas da Ásia, dominaram o Egito e chamaram para lá os Hebreus, mas uns e outros foram expulsos pelos egípcios que haviam resistido em Tebas. Depois os egípcios conquistaram a Arábia, Síria e Mesopotâmia, dominando da Etiópia ao Eufrates.

No Império Novo, a capital é Sais; o império egípcio decompõe-se em vários estados que lutam entre si; os Assírios dominam o Egito que, depois de se libertar dêles, foi conquistado pelos Persas, contra os quais se revolta ajudado pelos gregos, sem resultado. Mais tarde, Alexandre da Macedónia conquista o Egito que, por sua morte, é governado pelos Ptolomeus, até que Octávio o

reduz a provincia romana (525 a. C.).

O Império Antigo foi o do esplendor artístico; o Médio, o da expansão guerreira; o Novo, o da decadência.

ARTE

A Arte dos egípcios era religiosa; além dos túmulos, construíram majestosos templos em Lúcsor e Carnaque,—os colossos de Mémnon, em Tebas, avenidas ladeadas de esfinges, obeliscos, estátuas, como a do escriba acocorado, etc. Usavam côres vivas e decorações com flores de lotus e papiro, sol alado, etc. e tinham alto senso estético.

ESCRITA

Tiveram escrita própria, ideográfica (hieroglifica), que, depois, evoluiu para simbólica (hierática) e alfabética (demótica); escreviam em fôlhas de pasta de papiro que cosiam e enrolavam em cilindros de madeira, e deixaram uma curiosa literatura.

CIÊNCIAS

Dedicaram-se à Astronomia, Cronologia, Geometria, Mecânica, Hidráulica, Matemática, Medicina, Química e à Cartografia, em que foram exímios.

Teriam conhecido o pára-raios e curado a lepra.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Além da Agricultura, de cereais, tiveram as Indústrias de porcelana e vidro grosso, cortumes, ourivesaria e metalurgia, lapidação de pedras preciosas, fiação e tecelagem, com carácter de luxo e elegância; e fizeram Comércio por terra, e nos mares Vermelho e Mediterrâneo. Consta que, por sua conta, o fenício Sataspes fizera o périplo de África por mar.

Dânao colonizou o Mar Egeu, Grécia e Mar Negro. Necaos tentou unir os mares Vermelho e Mediterrâneo,

mediante um canal.

2) — ASSÍRIA

Mesopotâmia e Foz do Tigre e Eufrates

As cheias do Chate-Alárabe — formado pelo Tigre e Eufrates — fertilizavam as margens e os Caldeus fize-ram-se agricultores, enquanto os Assírios, residentes nos montes ao N., eram pastores e aguerridos, e constituíram pequenos estados e cidades independentes, como Ur, Nisin, Carnaque; os dois povos fundiram-se.

IMPÉRIOS

Nómadas semitas foram dominados pelos sumérios, indo-arianos (3.600 a. C.) que não constituíram Estado unitário, mas cidades independentes, submetidas à hegemonia de Lagash, a mais importante. Os semitas, chefiados por Nino, destruíram o Estado sumérico e fundaram o 1.º império Caldeu ou Babilónico — capitais Agadé e Babilónia —, distinguindo-se Sargão, que conquistou a Assíria, Siria, Fenícia e Susiana, e Hamurabi, legislador e moralista.

Após a invasão e curto domínio dos hititas e cassitas, êste império decai e os Assírios revoltam-se e tornam-se independentes, formando o 1.º império Assírio (1.500 a. C.), capital Assur, do qual o rei Tiglate-Pilesar I avassala a Babilónia, o rei Salmanazar, Damasco e Israel, e o rei Assaradão, o Egito.

No reinado de Assurbanipal a Babilónia torna-se independente (669 a. C.) e começa o 2.º império assírio, de curta duração, que perde as conquistas feitas e luta com Babilónia. Nabupolassar funda o império neo-babilónico ou 2.º império Caldeu que, aliado com os medos, destrói o império assírio (612 a. C.), distinguindo-se Semíramis, Nabuconodosor que conquista a Palestina, Sardanápalo, rei lascivo, e Baltasar, vencido por Ciro, da Pérsia, conquistador da Assíria e Caldeia (513 a. C.).

Depois conquistou-os Alexandre da Macedónia

(331 a. C.) e, por morte dêste, cabem a Seleuco, cujos herdeiros lutaram contra Roma; depois foram invadidos pelos árabes e turcos, até que, em 1919, formaram o reino do Iraque.

CLASSES SOCIAIS

O povo dividia-se em escravos, pastores e agricultores, guerreiros, funcionários e sacerdotes, sôbre os quais o rei governava despòticamente.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estes povos desenvolveram a agricultura e certas indústrias: — metalurgia, tecelagem, tapeçaria e cerâmica, sendo notáveis os seus tejolos esmaltados.

Babilónia e Ninive eram importantes centros comer-

ciais, ligando o Mediterrâneo à India.

ARTE

A arte estava desenvolvida; edificaram em tejolo, por falta de pedra, monumentos notáveis: — palácios, como o de Corsabad, templos, zigurates ou observatórios, como o de Bel ou Tôrre de Babel; jardins suspensos, muralhas, relógios solares, etc.; e esculpiram notáveis baixos-relêvos de génios, touros e leões alados, caçadas, batalhas, cortejos, etc., pintados a côres vivas.

CIÉNCIAS E LETRAS

A Ciência foi notável: dedicaram-se com exito à Astronomia, Geometria, Mecânica, Matemática, Cronologia

· Metrologia.

A Literatura foi importante: escreveram gramáticas, tratados, dicionários, códigos (o de Hamurabi); e fundaram Bibliotecas (a de Assurbanipal); escreviam em tejolos, com escrita própria, ideográfica (cuneiforme).

RELIGIÃO

A religião era politeísta e tinha deuses maus e cruéis, como Bal ou Marduque, Assur, Ea, Tamuz, Sin, Istar, Samasse, com génios, fantasmas, demónios; entre os sacerdotes, que eram os cultores da ciência, os magos exerciam a Magia e a Astrologia, fazendo horóscopos.

3) — FENÍCIA

Costas da Síria

Nos pequenos vales a Oeste do Libano, os fenicios, um ramo dos caldeus, não podendo viver da agricultura e pastoricia, tiveram que se fazer navegadores e comerciantes, e estabeleceram cidades autónomas, mas federadas sob a hegemonia da mais poderosa.

CIDADES — CLASSES SOCIAIS

Houve 2 hegemonias principais:—a de Sídon (2000-1209 a. C.) durante a qual, sob a soberania dos Egípcios, colonizaram Chipre, Creta, as costas da Ásia Menor, do Mar Negro e da Grécia, e chegaram até a Itália e Tripolitana;—e a de Tiro, que coloniza o N. de África, e a Espanha, e foram até as Ilhas Cassetérides (I. Britânicas), e para o Oriente até Ofir, no Índico, no tempo do rei Hirão. Por êste tempo fundou-se a colónia de Cartago (800 a. C.), no N. de África, que também exerceu a hegemonia, depois da conquista de Tiro por Alexandre (332 a. C.). Por morte dêste a Fenícia foi incorporada na Pérsia, de que era rei Seleuco, e mais tarde conquistada pelos Romanos (62 a. C.).

Cada cidade era governada por um ou dois sufetas; a população era constituída por comerciantes, marinhei-

ros, artistas, sacerdotes e escravos.

RELIGIÃO

A religião, também politeista, tinha deuses cruéis, como Tanit, Moloque, ou Melcarte que exigia sacrificios humanos, reais ou simbólicos, Adónis, Astarté, etc.

COLÓNIAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Essencialmente comerciantes sem escrúpulos, nas suas feitorias e colónias trocavam as mercadorias de outros países, e os produtos da sua indústria: vidraria, cerâmica, metais trabalhados, tecidos e imitações dos artigos estrangeiros. Eram grandes construtores navais. Além de indústrias artísticas, não se lhe conhecem outras artes.

A Ciência teve carácter utilitário, de aplicação à náu-

tica: Astronomia, Geografia e Cartografia.

ESCRITA

Aproveitando, ou não, um alfabeto original dos *Iberros*, tiveram a escrita sónica ou alfabetiforme, de mais fácil utilização, mas a sua literatura é quási nula. Desta escrita derivam a grega e as da Europa ocidental generalizadas ao mundo civilizado.

4) — PALESTINA

PATRIARCAS

O patriarca Abraão trouxe os hebreus de Ur, na Caldeia, para a Palestina (2.000 a. C.); José, filho de Jacó, que no Egito era protegido pelos Hicsos, levou para lá os Hebreus, que, mais tarde, foram expulsos e iniciaram o êxodo para a Palestina, conduzidos por Moisés que, no Monte Sinai, lhes deu as Tábuas dos Dez Mandamentos da Lei de Deus.

JUÍZES E REIS— CISMA DAS DEZ TRÍBUS

Josué conquistou a Palestina e dividiu-a pelas 12 tríbus de govêrno autónomo e patriarcal que, em guerra, se uniam sob o comando de juizes, sendo os principais Sansão e Samuel que derrotaram os Filisteus; aos juízes sucederam os reis: Saúl, que combateu os Amonitas; Davide, que fundou Jerusalém e alargou o reino até o Eufrates e Mar Vermelho; Salomão, grande e magnificente, que construiu o Templo, com artistas fenícios e materiais vindos de Ofir, e teve relações com Sulamite, raínha de Sabá (Abissínia).

No tempo de seu filho Roboão, revoltou-se Jeroboão que, com 10 tríbus, constituiu o reino de Israel ao N., capital Samaria, em oposição ao de Judá, capital Jeru-

salém.

DECADÊNCIA

Sargão, da Assíria, conquistou Israel (721), originando o povo Samaritano. Nabucodonosor conquistou Judá e levou os hebreus para o Cativeiro da Babilónia (587 a. C.), de que foram libertos por Ciro, da Pérsia, que os submeteu, como, mais tarde, Alexandre Magno e Pompeu. Em 70 a. C. sendo Tito imperador romano, revoltaram-se, mas, vencidos e expulsos da Palestina, dispersaram-se por todo o mundo, (Diáspora).

COSTUMES

A vida económica era pastoril e agrícola; na indústria teciam linhos; praticavam a usura.

ARTES E LETRAS

A cultura da arte e das ciências era-lhes vedada pela

religião.

Tendo escrita própria, alfabetiforme, deixaram duas obras notáveis: o Talmude e a Bíblia: nesta há livros históricos, sendo notável o Pentateuco de Moisés, com o Génesis ou história da criação do mundo, os dos Juízes e Reis; os proféticos, como os de Isaías e Daniel, e os poéticos, como os Salmos de Davide, o Eclesiastes e o Cântico dos Cânticos, de Salomão.

RELIGIÃO

A religião era monoteista, e os hebreus eram essencialmente religiosos. De Jeová, seu único Deus, dependia a lei e a moral; êle os orientava, guiava, dirigia, e as principais acções e factos eram realizados por sua indicação. No Sinai deu a Moisés as Tábuas da Lei. Os sacerdotes tinham muita importância. Os profetas prègavam o arrependimento e a penitência, e depois do Cativeiro da Babilónia anunciavam a vinda do Messias, entidade que daria aos Hebreus o antigo esplendor.

CRISTIANISMO

Os que interpretavam as profecias sob o ponto de vista religioso acreditaram que Jesus Cristo, nascido no tempo de Augusto, quando todo o mundo estava em paz, era o Messias, e seguiram as suas elevadas e admiráveis doutrinas que alguns Apóstolos reüniram nos Evangelhos ou Novo Testamento, incorporado na Bíblia, dando origem ao Cristianismo; os que as interpretavam políticamente, não acreditando em Jesus Cristo, negaram a sua divindade, perseguiram-no, e esperam um Messias guerreiro que lhes dê um país independente e livre.

5) — PÉRSIA

Planalto do Irão

No planalto do Irão os medos e persas foram pastores e agricultores, e viviam em tríbus independentes; os medos foram unidos por Déjoces, fundador do Império Meda (capital Ecbátana), e dominador dos persas.

REIS — CLASSES SOCIAIS

Ciaxares destruiu Ninive e conquistou a Arménia e parte da Ásia Menor. Ciro revoltou-se e fundou o Império Persa, com a capital em Susa e Persépolis, dominou

os medos, conquistou a Caldeia, libertou os judeus do Cativeiro da Babilónia e dominou a Ásia Menor, onde havia colónias gregas; seu filho Cambises conquistou o Egito, e Dario dividiu o império em 23 províncias administrativas, chamadas satrapias, e promoveu as Guerras Médicas, que se continuaram até o reinado de Artaxerxes, e mais tarde se renovaram, até que Alexandre Magno conquistou a Pérsia que, por sua morte, passou ao seu general Seleuco.

Mais tarde, conquistada pelos Partas, manteve lon-

gas lutas com Roma, que nunca a subjugou.

O povo dividia-se em artistas, agricultores, guerreiros e sacerdotes, e o govêrno pertencia ao Grande-Rei, senhor despótico.

RELIGIÃO

A religião dualista, por crerem em dois deuses, Ormuz, o bem, e Ariman, o mal, que se digladiavam com génios bons e maus, foi reformada por Zoroastro no livro Zendavesta (masdeísmo); o culto era o do fogo sagrado, em altares, alimentado pelos sacerdotes-magos. Os cadáveres, impuros, para não contaminarem a terra, a água, ou o fogo, eram expostos em Tôrres do Silêncio, onde as aves de rapina os devoravam e levavam ao céu, purificados, ou enterrados, envolvidos em cera. Mais tarde adoptaram o culto de Mitras, símbolo do Sol.

INDÚSTRIA E COSTUMES

Exerceram a tecelagem, tapeçaria, metalurgia e perfumaria, e indústrias de luxo.

Eram um povo humano e bom para os vencidos.

ARTES E LETRAS

Em Arte, imitaram a arquitectura dos Assírios, mas criaram a abóbada, os capitéis, com cabeças de touro, e os azulejos. São notáveis os palácios de Parságadas e Persépolis, e a sala hipostila de Xerxes.

Desconheceram as ciências especulativas.

Tiveram escrita própria, simbólica, e, depois, alfabética — o zende, e deixaram o Zendavesta, livro sagrado, e algumas inscrições.

* * *

Influência do factor geográfico

As civilizações antigas sofreram o influxo do ambiente geográfico que lhes determinou o carácter e as principais actividades; assim, o Nilo, o Tigre e o Eufrates tornaram os egípcios e os caldeus agricultores, e à roda desta actividade giram as outras, nomeadamente a religião; é também o ambiente que faz dos hebreus e persas pastores e tecelões; é, ainda, a êle que os fenicios devem o seu carácter navegador e comerciante, pois os vales, onde se instalaram, não lhes permitiam a vida agrícola ou pastoril.

Contribuïções para a civilização mediterrânica

Do estudo do passado, que contribuiu para formar o presente, entre os povos da antiguidade oriental, os egípcios não contribuíram directamente para a civilização mediterrânica, mas o seu contacto com gregos, assírios, fenícios fêz que êstes atingissem um nível de vida superior, que se repercutiu, depois, na civilização, legando especialmente profundos sentimentos de vida de alémtumulo e de beleza, expressos na Arquitectura, Pintura e Escultura, além de algumas noções científicas.

Os assírio-caldeus legaram noções exactas de Astronomia (distinção entre estrêlas e planetas, eclipses, noção de esfericidade da terra, zodíaco, duração do ano solar), Metrologia (medidas de tempo: — mês lunar, semana, horas, minutos, segundos; — de comprimento:— palmo, côvado, vara, polegada, pé; — e de pêso, baseadas no pêso da chuva); dividiram o círculo em 360 graus, e em minutos e segundos. A sua Metrologia foi adoptada em todo o mundo até quási os nossos dias. Também tiveram longa e certa influência as suas idéias àcêrca da Magia e Astrologia.

Aos fenícios e cartagineses deve-se o vidro fino, a púrpura, a indústria mineira, a invenção da moeda, o alfabeto, ou, pelo menos, a sua difusão em todo o Mediterrâneo, o desenvolvimento do comércio e da navegação, a expansão da civilização em regiões muitíssimo atrasadas, que tornaram conhecidas, e o desenvolvimento de muitas indústrias de diversos povos, para as quais eram os fornecedores de matérias primas, que adquiriam em

lugares remotos.

Os hebreus legaram a religião monoteísta, o cristianismo, que se expandiu por todo o mundo, e as suas obras literárias (Bíblia). O profetismo e o messianismo

são de origem judaica.

Os persas com pouco contribuíram; deve-se-lhes sòmente a abóbada, o azulejo e certos progressos e requintes na tapeçaria, perfumaria e indústrias de luxo, e a difusão de algumas plantas e culturas úteis e alimentos provenientes da Índia. Espiritualmente, devem-se-lhes princípios de dignidade moral do masdeismo.

Doutros povos de menor importância, como Cassitas, Hicsos, Filisteus, etc., só os Hititas, da Ásia Menor, cuja capital foi *Hatusas*, contribuíram para a civilização mediterrânica, pois constituíram o primeiro estado civil dos tempos antigos, e nêle se basearam os que posteriormente

apareceram.

B) Antiguidade clássica

1) - GRÉCIA

A História da Grécia localiza-se na península do Peloponeso, nas ilhas do mar Egeu e nas costas fronteiras da Ásia Menor.

O carácter acidentado da maior parte do terreno pobre, a fertilidade dos estreitos vales, as costas muito recortadas fizeram dos habitantes pastores, agricultores, navegadores e comerciantes.

POVOAMENTO

O Sul da Península Balcânica, habitado pelos Pelasgos, e as ilhas, pelos Eteus, aos quais se deve a esplendorosa civilização cretense, rica e prática, foram invadidos

pelo povo helénico em sucessivas imigrações.

A primeira foi a dos Aqueus e Eólios que assimilaram a civilização de Creta e deram origem ao período heróico, narrado nos poemas homéricos — a Ilíada, que conta as peripécias da guerra e tomada de Tróia, motivada pelo rapto de Helena, mulher de Menelau, rei de Esparta, por Páris, filho do rei troiano, — e a Odisseia, que relata as viagens aventurosas de Ulisses, arguto rei de Ítaca, após a dita guerra. Esta guerra tornou-se lenda, bem como a Expedição dos Argonautas, viagem marítima dos gregos à Cólquida, sob a chefia de Jasão, em busca do velo de ouro, guardado por um dragão, e as Guerras dos Sete Chefes e dos Epígonos contra Tebas, devidas a dissenções dos filhos de Édipo.

Outra invasão foi a dos Jónios, que originou a civilização Micénica (1.200 a. C.) durante a qual se devem ter fundado na Grécia diversas monarquias, nas quais o poder real era limitado pelo dos nobres. Os Jónios fizeram imigrar os Aqueus e Eólios para a Ásia Menor.

Depois vieram os Dórios que deram princípio à colonização, pois que muitos Jónios e Dórios emigraram para

as ilhas e costas da Ásia Menor.

Todavia, estes povos, embora distintos, tinham elementos de união moral entre si, devido à origem comum,
tais como a lingua, com dialectos e formas de falar (laconismo, aticismo, sal ático, etc.), o sentido da origem
comum (considerando bárbaros os não-helenos), as tradições, os santuários e oráculos, os jogos, a religião, as
relações comerciais e políticas, etc.

JOGOS

Os principais jogos eram os Olímpicos, Píticos, Istmicos, Nemeus; e durante a sua celebração suspendiam-se as guerras entre as cidades; consistiam em exercícios de destreza, desportos, e concursos literários e musicais; a êles concorria gente de tôdas as partes da Grécia.

RELIGIÃO

A religião era politeista; havia deuses comuns a tôda a Grécia, deuses locais e deuses familiares; o seu carácter era naturalista, porque os deuses representavam fôrças, fenómenos naturais ou qualidades personificadas, com paixões, vícios e virtudes, como os homens (antropomorfismo). Os principais deuses eram Zeus, Posídon, Hades, Afrodite, Dionísio, Hera, Artemisa, Apolo, Atena, Témis, Hermes; os mortos ilustres eram heróis, semi-deuses, protectores das cidades, como Hércules, Teseu, Minos, Perseu, Orfeu, etc. Havia, ainda, os demónios e os monstros, como Esfinges, Medusa, Cerbero, etc., e em certos santuários, como Delos e Delfos, as Pitonisas, inspiradas por Apolo, que profetizavam o futuro com os seus oráculos de respostas ambiguas.

CULTO

O culto implicava ofertas, sacrificios de animais, ou festas com música e dança; o culto dos mortos originou sacrifícios em honra dos defuntos, e os mistérios eram festas em honra de certos deuses, como Dionisos (festas orgíacas), ou Deméter (procissões, representações teatrais). O culto dos deuses comuns celebrava-se em santuários, onde acorriam fieis de tôda a Grécia; e as cidades associavam-se para celebrar cultos e administrar os santuários comuns, formando as Anfictionias, constituidas por anfictiões ou delegados das cidades associadas.

COLÓNIAS

A expansão colonial grega caracterizou-se por ser resultante do génio marítimo, da escassez do solo em geral, das guerras civis e invasões, e ainda por decisões de oráculos; realizara-se em massas de população que fundaram cidades novas, estados independentes, e que, por sua vez, podiam originar outras colónias. Colonizaram a Ásia Menor, a Itália do Sul (Grande Grécia) e do Centro, Sicília, Gália, Espanha, Macedónia, Mar Negro e Líbia. Algumas colónias foram notáveis, como Corinto, Sibaris, Mileto, Bisâncio, Siracusa, Sagunto, Marselha, Fócida e Rodes — importantes empórios comerciais, de navegação e colonização, excedendo a metrópole em riquezas, e que foram notáveis centros de cultura intelectual e artística. Rodes fêz as leis ródias, que constituíram as regras do direito marítimo, adoptadas depois em Roma. Na colonização os gregos tiveram por adversários os fenícios e os cartagineses.

Após a invasão dórica, distinguiram-se os povos dóricos do Peloponeso e jónios da Ática pelo seu antagonismo, representados por Esparta, cidade militar, conservadora, aristocrática e guerreira, e por Atenas, comer-

cial, progressiva, democrática e pacífica.

a) — ESPARTA

POPULAÇÃO

A população espartana dividia-se em — espartanos ou lacedemónios, aristocratas, militares, proprietários das terras e dirigentes políticos: — periecos, sem direitos políticos, nem terras aráveis, mas pescadores, comerciantes, industriais e pastores; não pagavam impostos e formavam tropas auxiliares; — ilotas, escravos agricultores. Licurgo fêz as leis da organização política de Esparta (1884 a. C.), atribuindo o govêrno a dois reis, que exerciam o sacerdócio e o comando militar, à Gerúsia, com 28 gerentes de mais de 60 anos, que exerciam o poder supremo, e à Apela, formada por todos os lacedemónios de mais de 30 anos, que votavam as propostas de lei.

Mais tarde, os éforos fiscalizaram a acção dos reis e Gerúsia, acompanhavam o exército nas guerras, e conde-

navam à morte os prevaricadores.

EDUCAÇÃO

A educação tinha por fim criar guerreiros; os recem-nascidos, fracos, eram precipitados no Taígeto; os outros, aos sete anos, eram educados pelo Estado, em grupos: os rapazes para guerreiros, as raparigas para suas espôsas e mães. A educação era rigorosa e disciplinadora; consistia em exercícios ágeis e violentos, hábitos de sobriedade, paciência, obediência, e vida rude, aprendizagem de cânticos guerreiros e sacros, e a falar com clareza e concisão (laconismo). Aos 20 anos entravam no exército, saindo aos 30, data em que casavam e entravam na Apela, mas, todos os dias, os que pertenciam ao mesmo grupo militar, tinham uma refeição comum, em que comiam o caldo negro. Aos 60 anos podiam fazer parte da Gerúsia.

COSTUMES

As terras foram divididas em 9.000 lotes, correspondentes a outras tantas famílias; as famílias que se constituíam a mais eram obrigadas a emigrar, formando colónias de organização idêntica à de Esparta.

A legislação de Licurgo tornou os lacedemónios uma nação de hábeis guerreiros, disciplinados e obedientes às leis, que deram notáveis exemplos de patriotismo, conquistando a hegemonia política da Grécia para Esparta.

O luxo estava proscrito em Esparta.

b) - ATENAS

POPULAÇÃO

A população ateniense a princípio dividia-se em atenienses, metecos ou estrangeiros e escravos. Os atenienses dividiam-se em povo (tetas) e aristocracia (eupâtridas).

O rei Teseu no séc. VIII a. C. submetera a Ática à hegemonia de Atenas; após a morte do rei Codro em luta contra os dórios, os eupátridas aboliram a realeza

e criaram o arcontado, de 9 arcontes eleitos.

LEGISLAÇÃO

Drácon (621 a. C.) deu aos atenienses leis rigorosas que os levaram a pedir a Sólon novas leis, que lhas concedeu, sendo as Leis Draconianas substituídas por outras que aboliram a prisão por dívidas, e substituíram a aristocracia da raça pela da riqueza, dividindo a população em 4 classes, consoante a fortuna, sendo as funções públicas exercidas por quem era rico (594 a. C.). Criou-se o Senado (Bulé) de 400 membros, que elaborava propostas de lei; a Assembléia do povo (Eclésia) que se reúnia na Agora, discutia as propostas de lei, decidia a paz e a guerra, e elegia magistrados, generais ou estra-

tegos e arcontes; d Areópago, tribunal de anciãos para crimes políticos, e que fiscalizava a execução da lei; o Heliastos era, também, um tribunal superior de apelação.

Pisistrato apoderou-se do govêrno, à fôrça, exercendo benéfica tirania; mais tarde Clistenes reformou as leis de Sólon, num sentido mais democrático, dando a todos os cidadãos os mesmos direitos políticos, e decretou a lei do ostracismo, pela qual se exilava de Atenas quem, por virtudes, serviços, prestígio ou ambição, fôsse perigoso para a democracia, e tivesse 6.000 votos contra si. À sombra desta lei cometeram-se abusos.

EDUCAÇÃO

Os rapazes atenienses eram educados em Ginásios, recebendo uma grande cultura artística, literária e científica, e aprendiam a falar com clareza e elegância (aticismo); ingressavam, depois, no Exército, e, aos 21 anos, alcançavam a maioridade.

As raparigas eram educadas em casa, aprendendo as

virtudes, as artes e as ocupações domésticas.

GUERRAS MÉDICAS OU PÉRSICAS — PRIMEIRA GUERRA

As Guerras Pérsicas ou Médicas (500 a. C.) foram devidas ao encontro das expansões grega e persa; Dario dominou, na Ásia Menor, as colónias gregas; Mileto revoltou-se e, auxiliada por Atenas, destruiu a satrapia de Sardes. Dario dominou a revolta e resolveu castigar os atenienses e conquistar a Grécia, estendendo o seu domínio à Europa, para o que enviou uma expedição marítima, que foi destruída pelos temporais; seguiu-se-lhe outra que desembarcara na Grécia o exército persa, constituído por numerosos soldados das mais diferentes proveniências e armamentos, massa de difícil manobra e sem espírito patriótico. Ante êle colocaram-se os exércitos de Atenas e Plateias, dez vezes menores, mas com tropas exercitadas, ágeis, de leve armamento, com táctica pró-

pria, atacando em falange, e eminentemente patrióticas. Esparta, tendo prometido auxílio militar, não o enviou a tempo, por motivos religiosos. Milciades, general ateniense, atacou e venceu èpicamente os persas, na batalha de Maratona. Assim terminou a 1.º guerra.

SEGUNDA GUERRA

Xerxes, filho de Dario, renovou a guerra, invadindo a Grécia por mar e por terra, atravessando o Helesponto. Os gregos, sob a hegemonia de Esparta, prepararam a defesa, e o exército persa teve de vencer, à traição, 300 espartanos e o seu rei Leónidas, que defenderam, gloriosamente, a passagem das Termópilas, após o que se apoderaram da Grécia, saqueando e incendiando muitas cidades, entre elas Atenas. Porém, Temístocles, ateniense, depois de conseguir que o seu rival Aristides fôsse votado ao ostracismo, preparou uma grande esquadra, onde se refugiaram os atenienses, e com ela derrotou a esquadra persa, na Batalha Naval de Salamina, primeira e mais importante batalha naval da antiguidade (480 a. C.); o exército persa, comandado por Mardónio, foi derrotado por Pausânias, na batalha de Plateias, e retirou para a Pérsia no mesmo dia em que Xantipo destruía a frota persa, na Batalha Naval de Micale (479 a. C.), o que provoca a rebelião dos gregos da Ásia Menor contra o dominio persa. Assim terminou a 2.ª guerra.

TERCEIRA GUERRA

Os gregos passaram à ofensiva, para libertar as colónias, e Aristides organizou uma aliança de cidades com êsse fim, a Confederação de Delos, por ter neste santuá-

rio a sede, que, mais tarde, passou para Atenas.

Pausânias tomou Bisâncio e Chipre, mas, seduzido pelos Persas, atraiçoou os Gregos; Cimon ganhou as batalhas naval e terrestre de Eurimedonte, onde morreu. Cálias fêz a Paz de Címon, em homenagem ao herói, pela qual Artaxerxes reconheceu a independência das cidades

gregas da Ásia Menor e se comprometeu a não navegar no mar Egeu. Esta paz pôs fim à 3.ª e última guerra.

CONSEQUÊNCIAS DAS GUERRAS

As consequências destas guerras foram o abatimento do império persa, salvando-se a Europa do despotismo oriental, e a supremacia de Atenas, onde a cultura grega

se ia desenvolver e atingir a maior expansão.

Com efeito, Péricles, governando Atenas, manteve a sua hegemonia, ampliou o seu império, e tornou Atenas o centro mais notável da cultura artística e intelectual, no período mais brilhante da civilização grega e talvez da humanidade.

LETRAS, CIÊNCIAS E ARTES

A cultura grega foi não só racionalista, lógica, observadora e crítica, como também caracterizada pelo amor da beleza formal, e isso deve-se ao espírito ateniense que, sendo superior aos particularismos das diversas cidades, acolheu com interêsse as mais diversas manifestações culturais, e manteve e favoreceu a unidade cultural do povo grego.

Notabilizaram-se nas letras os autores de tragédias teatrais: Esquilo, Sófocles, Eurípedes, e o comediógrafo Aristófanes; os poetas líricos Pindaro, Anacreonte; os historiadores Heródoto, pai da História, Tucidides e Xenofonte; os oradores Demóstenes e Esquines; os filósofos Tales, Zenão, Anaxágoras, Empédocles, Demó-

crito, Aristipo, Sócrates, Platão e Aristóteles.

Nas ciências distinguiram-se Pitágoras, na matemática; Anaxágoras, na astronomia; Hipócrates, na medicina; Eudóxio, na geografia matemática; e, mais tarde,

Euclides na geometria.

Nas artes, que atingiram o máximo esplendor, distinguiram-se os arquitectos Ictino e Calicrates que construiram o Parténio, os escultores Fidias, autor da estátua de Atenas Parténia; Miron, Policleto e Praxiteles,

autor do Hermes; os pintores Zeuxis e Polignoto, e, mais tarde, Apeles.

SÉCULO DE PÉRICLES

Reconstruindo Atenas, no séc. V a. C., Péricles embelezou-a com notáveis monumentos de arte, construíndo na Acrópole, onde havia o pórtico de Pécile e o templo de Teseu, os templos do Parténio, e do Erecteu; o pórtico do Propileu, os teatros de Dioniso e Odeon; engrandeceu o pôrto do Pireu, que servia Atenas.

GUERRA DO PELOPONESO

A grandeza e a hegemonia de Atenas suscitaram a rivalidade de Esparta, o que motivou a guerra do Peloponeso (431 a. C.), cujo pretexto foi a revolta contra Corinto da sua colónia Corcira, que se aliou com Atenas, enquanto Esparta apoiou Corinto. Os espartanos invadiram a Ática, e os navios atenienses devastaram as costas do Peloponeso. No entanto a peste invadiu Atenas e causou a morte de Péricles, a quem sucedeu Cléon, que morreu na batalha de Anfípolis contra Brásidas; a luta terminou pela Paz de Nícias, sucessor de Cléon, na qual Esparta reconheceu a hegemonia de Atenas no Peloponeso. Este período foi o da Guerra dos Dez Anos.

Como algumas antigas aliadas de Atenas ainda guerreassem Esparta, o ambicioso Alcibiades conseguiu que
uma expedição ateniense fôsse atacar as cidades dóricas
da Sicília, obtendo, assim, fôrça e riqueza para vencer
os espartanos. Tal ataque fêz renovar a guerra. Alcibiades, acusado de sacrilégios, fugiu para Esparta, e os atenienses foram derrotados pelos siracusanos e reduzidos
à escravidão, ou mortos à fome, verificando-se a incapacidade de Atenas em promover uma guerra longínqua.

Após a Guerra da Sicilia, começou o 3.º período, o da Guerra da Decélia, durante a qual os espartanos, apesar de derrotados na batalha das Ilhas Arginusas,

comandados por Lisandro, destruíram a frota ateniense em Egos-Pótamos e conquistaram Atenas.

CONSEQUÊNCIAS

As consequências foram a decadência de Atenas, o engrandecimento de Tebas e Corinto, suas rivais, e a hegemonia de Esparta que, abusando da vitória, substituiu as democracias jónicas por oligarquias. Porém, estas lutas enfraqueceram a Grécia, levando-a à decadência, e os persas conseguiram, então, dominar as cidades gregas da Ásia Menor.

A oligarquia em Atenas era exercida pelos 30 tiranos, cujas crueldades grandes levaram ao exilio muitos atenienses que, em Tebas, se reüniram a Trasibulo, e, atacando os 30 tiranos, conquistaram Atenas, restaurando a democracia.

RETIRADA DOS DEZ MIL

Na Pérsia, Ciro-o-Moço, disputando o trono a seu irmão Artaxerxes II, conseguiu o auxílio dum exército grego; mas, derrotado e morto em Cunaxa, os gregos, chefiados por Xenofonte, conseguiram voltar à Grécia, realizando a famosa Retirada dos Dez Mil, que revelou a fraqueza do Império Persa.

Êste facto levou Agesilau, rei de Esparta, a invadir a Ásia Menor, onde conquistou a Frigia e a Líbia, mas os persas compraram Atenas, Tebas, Corinto e Argos, e incitaram-nas contra Esparta que, não obstante algumas vitórias, não podendo combater simultâneamente Gregos e Persas, assinou com estes a paz de Antálcidas, que anulava a paz de Cimon, ficando a Pérsia com as cidades gregas da Ásia Menor, e Esparta com a hegemonia sôbre as cidades gregas.

HEGEMONIA DE TEBAS

Tebas contestou a hegemonia, e os espartanos conquistaram Tebas, mas Pelópidas organizou o Batalhão

Sagrado e reconquistou Tebas, auxiliado por Atenas, derrotando os Espartanos na Batalha Naval de Naxos. A Pelópidas juntou-se Epaminondas, que derrotou os espartanos nas Batalhas de Leuctras e de Mantineia, onde morreu, depois de ameaçar a cidade de Esparta, que Agesilau, a custo, salvou.

DECADENCIA DA GRÉCIA

Estas lutas deram a Tebas uma hegemonia efémera, pois que, após a morte de Epaminondas, porque os tebanos não tinham a fôrça dum ideal, como tinham Esparta e Atenas, não criou uma ordem nova e destruiu a já existente.

Por isso, contribuíram para a decadência da Grécia, porque dividiram os gregos, impediram a sua união num estado único e enfraqueceram a Grécia, fizeram desaparecer o patriotismo, pela corrupção do ouro persa, e promoveram a revolta de muitas cidades.

MACEDÓNIA

Ao Norte da Grécia estava a Macedónia, cujo povo, helenizado pelas colónias gregas do seu litoral, foi educado militarmente pelo seu rei Filipe da Macedónia, formando a célebre falange que inutilizara a táctica dos gregos. Admitida nos jogos Olímpicos, a Macedónia conseguiu o direito de intervir nas contendas dos gregos, preparando Filipe a sua hegemonia sôbre a Grécia, para o que corrompeu políticos e oradores gregos.

AS GUERRAS SAGRADAS

A 1.º guerra sagrada contra a Fócida que, revoltada contra Tebas, se apoderou do santuário e do tesouro de Apolo em Delfos, originou a intervenção de Filipe, a favor do templo, embora Demóstenes combatesse vigorosa-

mente essa intervenção, defendida por Esquines, com-

prado por Filipe.

Na 2.ª guerra sagrada contra os Fócios revoltados, os anfictiões investiram Filipe no comando da guerra que êle aproveitou para dominar a Grécia, vencendo, em Queroneia, os tebanos e os atenienses. Filipe deixou a autonomia aos gregos, promovendo a sua confederação, e reúniu a assembléia de Corinto, na qual propôs a guerra contra a Pérsia, aceite por todos os gregos que o nomearam generalissimo. Quando preparava a expedição, foi assassinado, sucedendo-lhe seu filho Alexandre.

ALEXANDRE MAGNO

Alexandre Magno teve que reprimir a revolta de algumas cidades, destruindo Tebas, o que contribuiu para a submissão das outras; depois, submeteu os bárbaros do Sul do Danúbio e invadiu a Pérsia, derrotando o exército persa em Granico, o que lhe trouxe a submissão da Ásia Menor, onde, em Górdio, cortou o nó górdio que lhe fêz assegurar a posse da Ásia. Avançou para a Síria, derrotando novamente os persas, em Isso, onde aprisionou a família do rei Dario III; conquistou a Síria, a Fenícia e a Palestina, sendo memorável a resistência de Tiro, cercada durante nove meses, e destruíu o comércio fenicio. Depois, conquistou o Egito, onde fundou a cidade de Alexandria, e consultou o oráculo de Júpiter Ámon, que o proclamou filho de Júpiter. Voltando atrás, internou-se na Mesopotâmia, derrotando Dario na famosa batalha de Arbela, que pôs fim ao Império Persa. Conquistou não só os territórios do Império, como as regiões do Mar Cáspio, e o Afganistão, e atingiu o rio Indo, onde derrotou o rei Poro. Os soldados recusaram-se a avançar; edificou o Altar de Alexandre, no ponto mais oriental que atingira, desceu o Indo até à foz, e regressou a Babilónia. Preparava-se para conquistar a Arábia, quando morreu (323 a. C.).

Além da unidade territorial, quis a unidade moral

dos povos conquistados, e a sua integração na civilização helénica.

Casou com Estatira, filha de Dario, e promoveu casamentos entre gregos, macedónios, egípcios e persas, para que o seu Império constituísse uma só pátria e uma só raça. Deixou aos vencidos autonomia administrativa, e realizou importantes melhoramentos materiais. Também teve um filho da princesa Roxane, da Bactriana, com quem casara primeiramente.

DESMEMBRAMENTO DO IMPÉRIO

Após a sua morte, desmembrou-se o seu império, que fôra o maior da antiguidade, pois que o regente Pérdicas e os herdeiros Alexandre e Arrideu não conseguiram dominar a ambição dos generais os quais após uma longa guerra civil, que se seguiu à batalha de Ipsus, dividiram o Império, ficando Ptolemeu com o Egito, Lisímaco com a Trácia e parte da Ásia Menor, Seleuco com a Síria, Fenícia, Palestina, Mesopotâmia, Pérsia e Índia, Cassandro com a Macedónia e a Grécia, além doutros estados menos importantes, que se constituíram (Pérgamo, Capadócia, Bactriana, Epiro, no qual se distinguiu o rei Pirro, etc.).

DIFUSÃO DO HELENISMO

O carácter cosmopolita e universal, da cultura grega, após Alexandre, é o helenismo, cuja fôrça de expansão se deve à unidade da língua. O espírito racionalista do helenismo sofreu a influência do misticismo oriental.

Se com as conquistas de Alexandre a Grécia perdeu a preponderância comercial e a hegemonia intelectual, em compensação difundiu-se o helenismo pelo Oriente, absorvendo as antigas civilizações. Também se desenvolveu a ciência, pois que a expedição de Alexandre era acompanhada por médicos, naturalistas, escritores, artistas e sábios que exploraram as terras percorridas.

Pérgamo, Esmirna, Antioquia tornaram-se notáveis

centros de cultura, mas o mais importante, pela situação geográfica, foi Alexandria, que passou a ser a metrópole do helenismo. Os Ptolemeus, protegeram as artes e as letras; criaram uma Academia, com observatórios, museus, jardins botânicos e zoológicos, laboratório químico e aulas, uma famosa Biblioteca, que teve 700.000 volumes; construíram monumentos, como o conhecido Farol.

Distinguiram-se Euclides, Demétrio e Eratóstenes, na matemática e astronomia; Máneton na história, e os Setenta Sábios que traduziram a Bíblia do hebráico para o grego; na pintura, Apeles; na filosofia, Aristóteles; na medicina, Herófilo, Erasístrato e Galeno. Arquimedes, na

física; Políbio, na história, etc.

CONQUISTA DA GRÉCIA

O império de Alexandre caíu nas mãos dos Romanos que conquistaram a Macedónia, após as batalhas de Cinoscéfalas, Pidna, Leucópetra, e a destruição de Corinto; a Ásia Menor, após a batalha de Magnésia; a Síria, conquistada por Pompeu; o Egito, após a batalha de Ácio; e, não obstante os esforços da Liga Acaica, o consul Metelo, destruindo Corinto, conquistou a Grécia, que foi reduzida a província com o nome de Acaia.

2) — ROMA

Na península da Itália, na região chamada Lácio e construída ao Sul do rio Tibre, primeiro no monte Palatino, donde alastrou para os montes do Capitólio, Quirinal, Viminal, Esquilino, Célio e Aventino, fica situada Roma, que foi capital do Império Romano.

Relativamente perto do mar e no centro do Mediterrâneo, como no meio da Itália, a posição geográfica de Roma era magnífica, não só pela facilidade de comunicações, por terra e por mar, como pela defesa natural dos seus montes, protegidos pelas Lagoas Pontinas nos seus sopés. Esta excelente situação foi um factor que contribuíu para o desenvolvimento do poder romano.

HABITANTES

Povos diversos — pelasgos, latino-sículos, de que faziam parte os ítalos, osco-umbros, entre os quais, sabinos, volscos, e samnitas, ilírios, celtas, gregos, fenícios e lígures, que compreendiam sardos e etruscos — habitavam a península itálica. Além dos fenícios e gregos, os etruscos tinham uma brilhante civilização, com escrita própria, religião com três divindades supremas e templos sumptuosos, obras de arte notáveis pelo seu realismo, etc. e formavam um Estado composto por cidades federadas, que, nos séculos VII e VI a. C. teve uma expansão nacional e racial vigorosa por grande parte da Itália.

FUNDAÇÃO DE ROMA — RÓMULO

Ignora-se como foi a fundação de Roma, àcêrca do que diz a lenda que Numitor, rei de Alba Longa, descendente de Enéias e pai de Reia Sílvia, foi destronado por seu irmão Amúlio que meteu Reia Sílvia num colégio de Vestais, onde era obrigada a guardar castidade; ela, porém, do Deus Marte teve dois filhos, Rómulo e Remo que Amúlio mandou afogar no Tibre, sendo as crianças salvas e amamentadas por uma lôba e, depois, criadas por pastores.

Rómulo e Remo, sabendo a sua história, mataram Amúlio, restituindo o trono a seu avô, e resolveram fundar uma cidade que perpetuasse o facto. O destino designou Rómulo, e Remo, despeitado, cometeu o sacrilégio de saltar sôbre o traçado das muralhas, pelo que foi

morto pelo irmão (753 a. C.).

POVOAMENTO

A nova cidade asilou os foragidos da região, e, para aumentar a população, promoveu-se o rapto das Sabinas, do que resultou uma guerra com os sabinos; mas as raptadas promoveram a paz entre os dois povos, que se aliaram. Rómulo, tornado rei único dos romanos e dos sabinos, desapareceu misteriosamente num temporal e, crentes de que seu pai Marte o levara para o céu num carro de fogo, foi adorado com o nome de Quirino.

REALEZA

A Rómulo sucederam, como reis, Numa Pompílio, pacífico, que promoveu reformas religiosas e do calendário, e o fomento económico; Túlio Hostílio que conquistou Alba Longa, conseguindo-a pela vitória dos Três Horácios contra os Três Curiácios; Anco Márcio que fundou o pôrto de Óstia, na foz do Tibre, e promoveu a construção de várias pontes; Tarquínio, o Antigo, etrusco, que fêz abrir as célebres cloacas, aquedutos, começou a edificar o Capitólio e o Circo Máximo, e deu a Roma a hegemonia do Lácio; Sérvio Túlio, romano, que dividiu a população em seis classes, segundo a fortuna (Censo). reformou o exército e teve lutas com os nobres e em cujo reinado começou a hegemonia de Roma no Lácio; e Tarquínio, o Soberbo, etrusco, que fêz obras notáveis e engrandeceu Roma com as conquistas, mas a sua crueldade foi pretexto para que Júnio Bruto e Lúcio Valério, na sua ausência, revoltassem o povo contra o rei pelo ultrage feito por um seu filho à matrona Lucrécia, que se suïcidara. Os Tarquínios foram expulsos, a realeza abolida e proclamada a República (509 a. C.).

Com o pretexto de ajudar os Tarquínios, o rei etrusco Porsena cercou Roma, mas foi expulso, graças ao heroísmo de Múcio Cévola que queimou uma mão para mostrar a Porsena o valor romano, e de Horácio Cocles que, sòzinho, defendeu a ponte Sublicia, não deixando que os etruscos entrassem em Roma.

CLASSES SOCIAIS

A população romana dividia-se em — cidadãos, os que podiam intervir nos negócios públicos, — e escravos. Os cidadãos constituíam três ordens ou classes: plebeus ou povo, patricios e, mais tarde, cavaleiros, constituindo estas últimas a nobreza, ingénua, descendência dos fundadores de Roma que, muito tempo, teve, ela só, direitos políticos (votavam, podiam ser eleitos para as magistraturas, assistiam ao culto, serviam no exército e podiam comerciar e casar legalmente); alguns plebeus colocavam-se sob a protecção de patrícios ricos, patronos de quem eram clientes e a quem prestavam auxílio, nas acções políticas e guerreiras, e de quem recebiam apoio judicial e financeiro.

O povo, a princípio, não tinha direitos alguns; mas era livre e constituído por descendentes de estrangeiros, vindos para Roma, ou por escravos fôrros, os libertos.

Os escravos, prisioneiros de guerra, devedores insolventes, e os seus descendentes, não tinham direitos alguns, e tinham de trabalhar em proveito dos senhores, como lavradores, artífices, criados, médicos, professores, gladiadores, etc.

Todos os cidadãos romanos eram classificados num

censo, em classes, segundo a sua fortuna.

FAMILIA ROMANA

A família era chefiada pelo pater-famílias, que tinha direito de vida e morte sôbre a mulher e todos os parentes pelo seu lado (agnação), ou pelo lado da mater-famílias ou matrona (cognação), e estranhos, se adoptados, e era também o sacerdote e juiz dos seus, e seu representante perante os tribunais. Por tal plenitude de direitos, era sui juris, enquanto os restantes membros eram alieni juris. Consideravam-se os clientes e os escra-

vos como familia. A família formava-se pelo casamento (jus connubii) que podia ser a confarreatio perante certos sacerdotes, a coemptio pela mútua compra ante testemunhas, ou o usus, vivendo juntos durante um ano. Primeiramente, a mulher era dotada pelo marido. Havia também o divórcio: diffarreatio, repudium, renuntiatio.

O casamento de escravos ou estrangeiros e, durante algum tempo, dos plebeus era o contubernium, e não

tinha valor legal.

FORMAS DE GOVERNO

O , govêrno de Roma aparece exercido pelo rei (vitalício, sumo sacerdote, supremo juiz e comandante do exército, representante da nação, com poderes só limitados pelos comícios), senado (assembléia política dos chefes das gens, patrícios, e pater-famílias, denominados patres, cujo número variou, e cuja autoridade e prestígio eram grandes, e que emitia pareceres denominados senatus-consulta e auctoritates, votados por diversas formas de escrutínio, depois de consulta e deliberação) e comícios (de cúria, que nomeavam o inter-rex e comandantes militares, e alteravam leis; de centúria, que nomeavam para magistraturas civis e declaravam guerra; e de tríbu, que podiam alterar a orientação do govêrno).

O conjunto de famílias (ou sui juris) descendentes dum antepassado comum, por agnação, era a gens, cujos membros tinham comuns o apelido, tribunal, cemitério e

culto ao Lar Gentilitium.

As famílias que se reüniam para celebrar culto, a divindades comuns, e tinham tribunal próprio, formavam a cúria, chefiada pelo curião que também era sacerdote.

As cúrias agruparam-se em tríbus, tendo culto e chefe

comum, o tribuno.

Do conjunto das tribus, no interêsse geral, com chefe comum o rex ou rei, formou-se a cidade-estado: Roma.

Os cidadãos, sob o ponto de vista militar, agrupa-

ram-se em centúrias, chefiados por centuriões, oficiais disciplinadores.

Os cidadãos romanos na juventude faziam parte do exército, que não era permanente, e, quando em campanha, estavam sujeitos a rigorosa disciplina. Eram obrigados a juramento de mútuo auxílio e de patriotismo (sacramentum), geralmente mantido.

RELIGIÃO

A religião dos romanos foi, primeiro, dirigida a fôrças naturais, e virtudes, mas, depois, multiplicaram-se os deuses e havia-os para todos os actos e para tôdas as coisas (Numes). Pouco se considerava o problema da morte.

Dividiam-se em deuses das pessoas (génios), das famílias (Manes, Lares, Larvas e Penates) e gens, e deuses da cidade, dos quais os principais, maiores ou consentes, eram Júpiter, Juno, Minerva, Céres, Vénus, Diana, Neptuno, Vulcano, Apolo, Marte e Mercúrio. Os deuses Saturno, Jano, Plutão e Vesta tinham muita importância.

O culto era constituído por orações privadas ou públicas, purificações, preces ou súplicas, nas ocasiões das calamidades, sacrificios ou oferendas, cravação de pregos em certos templos, jogos, festas (Lupercais, Bacanais, Saturnais), etc., e era exercido pelo pater-famílias, curião, rei, ou por certos sacerdotes, como os Pontifices, intérpretes do direito sagrado e organizadores do calendário; Feciais, intérpretes das normas de relações com os outros povos que presidiam às declarações de guerra e assinatura das pazes; Augures, que interpretavam os agoiros, Auspices, Arúspices e Extíspices que interpretavam os auspícios; Farmacos que purificavam os maculados; Quindecênviros, guardas dos livros Sibilinos; Vestais, virgens guardas do fogo sagrado de Vesta; Sálios, sacerdotes de Marte que, com suas danças, armados de escudo e lança, tornavam propício a Roma o deus da guerra; Flaminios, sacerdotes encarregados dos templos de cada divindade. Os sacerdotes agrupavam-se em colégios.

O culto, tanto o dos deuses da cidade, como o dos familiares, ocupava importante lugar na vida do cidadão que, em todos os actos, invocava os deuses e, para os mais importantes, tirava sortes e horóscopos, e examinava os prodígios e presságios, via se os dias eram fastos ou nefastos e agradecia aos deuses com ex-votos nos seus templos; a prática dêste culto austero e só exterior exigia o uso exacto de fórmulas rituais de palavras e actos que, não observados, invalidavam os actos que se queriam praticar.

FUSÃO DAS CLASSES

Abolida a realeza romana pela revolução dos patrícios, o rei foi substituído por dois cônsules, eleitos anualmente pelos comícios de centúria, que tiveram a seu cargo o comando do exército, a administração da justiça e o govêrno interno; em casos graves eram substituídos pelo ditador. A plebe não beneficiou com a mudança de regime, pelo que resolveu retirar de Roma, e fundar uma cidade sua no Monte Sagrado; mas Menénio Agripa convenceu-os a voltar, e foram-lhes concedidos magistrados para os defender — os tribunos da plebe (494), com o carácter sagrado, os quais podiam opor-se às leis do Senado, e eram eleitos pelos comícios da plebe.

Assim, a república, que era aristocrática, enveredou para a democracia, que mais se acentuou quando a plebe conseguiu que se redigissem leis iguais para todos, o que foi feito pelos decênviros, que promulgaram as leis das Dôze Tábuas, bases do direito público e privado,

e igualaram os plebeus aos patrícios (451).

A igualdade de direitos civis conquistou-se pela permissão do casamento entre patrícios e plebeus (Lei Canuleia — 445) que originou a fusão das classes; a de direitos políticos foi alcançada pela criação do Tribunado Militar (444), em substituição do Consulado, que as leis Licinias (367), abolindo aquêle, restabeleceram, ao mesmo tempo que lhes davam lotes do ager publicus e regu-

lavam a prisão por dívidas; e, desde então, a plebe pôde entrar no Consulado. No entanto, os patrícios criaram os cargos de censores, para fazerem o censo e a fiscalização dos costumes, e de pretores, para a administração da justiça, e os plebeus os de questores, inspectores da moeda e administradores do tesouro público, e de edís que velavam pela segurança e conservação dos edifícios, manutenção da ordem, e inspeccionavam os géneros para a venda, seus pêsos e medidas. Todavia, os plebeus foram mais tarde admitidos na Censura e Pretura, e os patrícios na Questura e Edilidade; a admissão da plebe na Ditadura e no Senado ultimou a plena igualdade política.

O conhecimento das fórmulas religiosas e dos dias fastos e nefastos, e a ocupação dos cargos religiosos levou à igualdade religiosa, concedida pela *Lei Ogúlnia* que abriu aos plebeus todos os sacerdócios (254).

MAGISTRATURAS

Em consequência desta igualdade, surgiu a nova nobreza, formada pelos antigos patrícios e pelos plebeus mais ricos, que exerciam as magistraturas, não só citadas, como outras; procônsules que governavam as províncias; general de cavalaria que auxiliava o ditador; juiz árbitro e pretor peregrino, que administravam a justiça; e cargos administrativos (escribas, litores, prefeitos, publicanos), e militares, (contubernales, centuriões, etc.), nas quais exerciam direitos políticos (potestas) e funções militares (imperium).

A população foi dividida em cinco classes e 193 centúrias, segundo o serviço militar que devia prestar, com base no censo ou riqueza particular. A diferença entre as classes consistia na natureza do armamento.

CONQUISTAS

A expansão romana para além do Lácio, onde Roma exercia hegemonia, paralizada pela conquista de Roma

pelos gauleses de Breno (390) expulsos por Camilo, levou à conquista da Etrúria pelo ditador Camilo, e da Itália Central (onde os romanos, derrotados, passaram as Fôrcas Caudinas) e Meridional, após as três guerras samniticas e notáveis pelo auxílio do rei Pirro do Epiro aos Tarentinos (266); assim se unificou a Península pela confederação das cidades latinas e italianas, com diferentes direitos, consoante eram municípios, colónias, cidades aliadas (sociae e foederatae), etc. Após a conquista da Itália, estava indicada a das ilhas, em posse de Cartago, antiga colónia fenícia e importante empório.

GUERRAS PÚNICAS — PRIMEIRA GUERRA

Roma, tendo conquistado centros comerciais e marítimos da Itália, como Nápoles e Tarento, pretendia exercer hegemonia política e económica nas regiões ricas que Cartago explorava, e desejava ocupar as ilhas italianas; a diferença de raças (semitas e arianos) também teve influência. Por isso, quando os mamertinos ocuparam Messina, donde Hierão, de Siracusa, os quis expulsar, os romanos vieram socorrer os mamertinos, a quem os cartagineses tinham roubado Messina. Hierão e os cartagineses aliaram-se contra os romanos e principiaram a 1.º guerra púnica, que durou 23 anos (264-241).

Cartago, com um próspero império no Mediterrâneo Ocidental, era uma oligarquia, governada cruel e despòticamente por dois sufetas e um Senado, e tiranizava as colónias. A sua esquadra era das mais poderosas, mas o exército, de mercenários, sem patriotismo, não era, por isso, forte.

Os romanos ocuparam a Sicília e, nas batalhas navais de Milas e de Ecnomo, venceram os cartagineses, em comemoração do que erigiram a coluna Rostrata; Atílio Régulo desembarcou na África, mas foi derrotado; os romanos venceram, ainda, a batalha naval das ilhas Egates, e os mercenários cartagineses revoltaram-se con-

tra Cartago, que pediu a paz, cedendo a Sicília e dando uma indemnização.

Como consequência desta guerra, cria-se o sentido imperialístico na política romana, estreita-se a união das cidades italianas, põe-se Roma em contacto com a civilização grega da Sicília e aumenta-se o prestígio do Senado que passa a dirigir a política romana durante a ausência dos cônsules na guerra.

SEGUNDA GUERRA PÚNICA

Depois desta guerra os romanos ocuparam a Sardenha, a Córsega e a Ligúria, Véneto e Istria e parte da Ibéria, e os cartagineses, sob o comando de Amílcar Barca e, depois, de Asdrúbal e de Aníbal, conquistaram grande parte da Península Ibérica, o que levou Roma a fazer com Cartago o Tratado de Fronteiras do Ebro, pelo qual os cartagineses não poderiam passar a margem esquerda daquele rio. Porém, Anibal atacou Sagunto, situada na margem direita do Ebro (218), aliada de Roma, que protestou sem resultado, começando a 2.ª querra púnica. Anibal com um exército invadiu a Itália pelos Alpes, venceu os romanos em Ticino, Trebas, no Lago Trasimeno, e na grande batalha de Canas, onde derrotou Paulo Emílio e Terêncio Varrão, que substituíram o ditador Fábio, cuja táctica de guerrilhas não agradou, ameacando Roma.

Cartago, porém, não o auxiliou, e Aníbal aliou-se com a Macedónia e Siracusa. Esta foi tomada pelo cônsul Marcelo, não obstante a engenhosa defesa de Arquimedes, que foi morto na acção; Públio Cipião atacou a Espanha, derrotou Asdrúbal em Metaura, e atacou Cartago, auxiliado por Masinissa, da Numidia, vencendo em Zama os cartagineses, a quem Aníbal viera auxiliar. Cartago pediu a paz, entregando a Espanha, a esquadra e os elefantes de guerra, e uma multa e foi proibida de

fazer guerra sem licença de Roma (201).

Anibal fugiu e procurou levar o Oriente à guerra

com Roma; mas os romanos abateram Filipe IV, da Macedónia, na batalha de Cinoscéfalas, e ocuparam-na após as duas batalhas de Pidna, contra Perseu e Andriscos; desbarataram, em Magnésia, Antíoco, da Síria, que invadira a Grécia e protegera Aníbal; conquistaram a Grécia, vencendo a Liga Acaica e destruindo Corinto; o rei de Pérgamo, em testamento, legou-lhes o seu reino, e a hegemonia de Roma foi reconhecida no Oriente.

TERCEIRA GUERRA PÚNICA

Cartago, de novo próspera, foi atacada por Masinissa, da Numídia, e pediu a Roma autorização para o guerrear, o que foi protelado, devido à hostilidade de Catão. Cartago, dada a atitude de Roma, declarou guerra a Masinissa; os romanos declararam violada a paz, e desembarcaram na África, começando a 3.ª guerra púnica. Cartago foi cercada e, como falhasse, pela má fé romana, uma tentativa de paz, resistiu heròicamente durante dois anos, até que Cipião Emiliano a tomou e destruíu, reduzindo o território a província romana, tornando Roma a primeira potência do Ocidente e dando-lhe o domínio do Mediterrâneo (149-146).

CONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA

A Peninsula Ibérica foi conquistada por Catão, Paulo Emílio e Tibério Graco, mas, como os romanos tratassem os vencidos cruelmente, deram-se várias revoltas, sendo a mais importante a dos lusitanos (154), devida à traição de Sérgio Galba. Viriato, pastor dos Hermínios, chefiando os lusitanos, derrotou, durante 14 anos, os invasores que, depois de assinarem com êle a paz, o mandaram assassinar (139). Os lusitanos sobreviventes e os celtiberos resistiram heròicamente em Numância, levando Mansino e Tibério Graco a assinar uma paz que o Senado não reconheceu; Cipião Emiliano, após uma luta prolongada e heróica, destruiu Numância (133), e

submeteu a Península, cuja administração melhorou, e a tornou a província mais romanizada fora da Itália.

CONSEQUÊNCIAS DAS CONQUISTAS

O advento dos escravos, empregados em todos os serviços, e mais baratos, fazendo desaparecer o trabalho livre, e o abandono dos campos, imposto pela importação de trigo também mais barato, arruïnaram a plebe e o pequeno proprietário, que passou a viver como cliente dos ricos (proletarização).

Os cavaleiros passaram a constituir uma aristocracia de dinheiro, arrematantes de impostos, terras e pastos, etc.; os ricos, com os campos abandonados pela classe média, passaram a formar grandes propriedades (latifúndios); o custo da vida aumentou e, arruïnando-se a antiga economia doméstica, aumentou o número de clientes e escravos; estes efeitos económicos tiveram repercussões sociais, pois que se desenvolveu o luxo, afrouxaram os laços de família, diminuiu o patriotismo pelo desaparecimento da classe média, agora constituindo clientes que serviam as ambições de seus patronos, ou chefes militares de quem dependiam.

Sob o ponto de vista moral, a corrupção aumentou pela assimilação da civilização e filosofia gregas já em decadência e dos seus vícios; a dissolução fêz desaparecer o carácter virtuoso e austero dos antigos, e introduziram-se novos deuses e novos cultos que contribuiram

para a dissolução.

Politicamente, transformou-se a administração das provincias que passaram a ser exploradas por numerosos funcionários; os mais ricos ou os chefes militares mais ambiciosos é que começaram a predominar no govêrno; a corrupção apoderou-se dos funcionários e desprestigiou as instituições romanas. Desenvolvem-se orientações imperialistas e universalistas na política romana. Sistematizam-se as relações jurídicas entre os milhões de habi-

tantes dos diversos territórios dominados, cujas condições eram muito diferentes.

Contra tal crise reagiram os irmãos Gracos.

Tibério Graco propôs uma lei agrária (Semprónia) idêntica à lei Licínia, pela qual limitava a 500 geiras a posse das terras do Estado, distribuindo-se pelos pobres as excedentes, em lotes de 30 geiras. Apesar da oposição, a lei foi aprovada, mas a sua execução foi dificílima, não só pela actuação dos ricos, como pela má-vontade da plebe que não queria abandonar Roma, e, quando Tibério pretendia ser reeleito, foi assassinado.

Caio Graco, dez anos mais tarde, pôs em execução a lei Semprónia; por esta lei frumentária mandou distribuir trigo a baixo preço; fundou colónias e tomou outras medidas de alcance social, mas foi assassinado num tumulto

promovido pela oposição.

As leis dos Gracos foram suprimidas a pouco e pouco.

Os proletários, como não podiam ser pequenos proprietários e formar uma classe média, alistaram-se no exército que passou a ser exército profissional a cargo do Estado e cujos soldados eram, naturalmente, dedicados aos comandantes.

GUERRAS CIVIS — MÁRIO E SILA; SERTÓRIO

Todavia, esta luta entre a aristocracia rica e a plebe pobre ia degenerar em guerra civil, quando Mário, o vencedor de Jugurta da Numídia, dos cimbros e dos teutões, foi senhor do poder. Então, reorganizou o exército, admitindo voluntários, reformando e rearmando as legiões, e inaugurando a guerra de movimentos, e, aliado a Saturnino e Gláucio, promulgou leis que continuaram as dos Gracos, o que causou desordens.

Mário, então, aliou-se ao Senado e, sufocando a revolução, aniquilou o seu partido e retirou para o Oriente; a Guerra social, provocada pela recusa do direito de cidadão aos italianos, trouxe, de novo, Mário à Itália, e também Sila, seu antigo questor, que venceram a guerra; a luta recomeçou entre Sila e Mário que teve de fugir, e, voltando a Roma com legiões armadas, enquanto Sila combatia Mitridates, rei do Ponto, fêz-se eleger cônsul, e promoveu proscrições e massacres, mas morreu pouco depois. Sila, auxiliado por Pompeu, derrotou os partidários de Mário, fêz-se eleger ditador, fêz proscrições mais cruéis e promulgou as leis cornelianas, que restabeleceram o poder da oligarquia senatorial romana.

No entanto, Sertório, partidário de Mário, que fôra governador da Espanha, revoltou os lusitanos contra Roma, derrotou Metelo e Pompeu, mas foi assassinado num banquete. Desde então a Península pacificou-se, para o que contribuiu a sua romanização por Sertório.

REVOLTA DOS ESCRAVOS

Espártaco, em Roma, revoltou os escravos gladiadores, e, depois de derrotar alguns exércitos romanos, foi derrotado por Crasso, que mandou crucificar os prisioneiros; os escravos fugitivos foram desbaratados, no Norte, por Pompeu, de regresso a Espanha, e que mais tarde foi ao Oriente combater Mitridates, anexou o Ponto Euxino, a Fenicia e a Palestina, e destruiu, também, os piratas do Mediterrâneo, com poderes extraordinários que se dava, pràticamente, o govêrno de Roma.

PRIMEIRO TRIUNVIRATO

Porém, a incapacidade do Senado e dos patrícios ante os acontecimentos e a conjuração de Catilina, denunciada por Cícero e destruída na batalha de Pistóia, desacreditaram a obra de Sila.

Júlio César, antigo pretor de Espanha, organizou o partido popular, a que se associara Crasso, formando o primeiro triunvirato com Pompeu, quando êste regressou do Oriente e o Senado lhe recusou terras, organizando assim uma aliança de mútuo auxílio, para ocuparem e dividirem o poder entre si. César ascendeu ao consulado e teve o govêrno das Gálias, e, governando a Gália Nar-

bonense ou do Sul, resolveu conquistar o resto da Gália, o que fêz, vencendo os helvécios e os suevos, chefiados por Ariovisto, que invadiam a Gália, derrotando os belgas e os germanos, e depois invadiu a Bretanha (Inglaterra). A derrota de Vercingetorige e dos gauleses revoltados consolidou o poder de Roma. De regresso à Itália, César com Pompeu e Crasso renovaram o triunvirato na Conferência de Luca, e distribuíram entre si as províncias da Gália e Germânia, da Espanha e do Oriente respectivamente.

CÉSAR E POMPEU

A morte de Crasso destruíu o triunvirato. Pompeu, auxiliado por Cícero e Catão, foi nomeado cônsul único e fêz exonerar César, mas êste resistiu, atravessou o Rubicão, tornando-se, assim, inimigo da República, e entrou em Roma, enquanto Pompeu, Cícero e o Senado fugiam, César restabeleceu a ordem, confiou Roma a Lépido e Marco António, e, na Espanha, venceu o exército de Pompeu; voltou a Roma, assumiu a ditadura e foi atacar Pompeu em Farsália, onde o derrotou. Pompeu fugiu para o Egito, onde o assassinam: César tomou Alexandria, deu o trono a Cleópatra, a quem Ptolomeu IV o usurpara, e venceu a revolta de Fárnaces da Ásia Menor; na batalha de Zela derrotou Catão em Tapso, e os filhos de Pompeu na batalha de Munda, em Espanha.

DITADURA DE CÉSAR

Regressando a Roma, tomou o título de imperador, e fêz-se ditador vitalicio, concentrando em si todos os poderes. Era censor, cônsul, tribuno, presidente do Senado e pontífice máximo. Promoveu insignes reformas, destituindo a autoridade do Senado, tentou conciliar os partidos, reformou o calendário, atraíu as provincias à vida romana, mas Bruto e Cássio, dirigentes duma conjuração, assassinaram-no no Senado (44).

A concentração pessoal de todos os poderes, unindo

em si os diversos elementos do Estado, que êle próprio personificou, deu origem à criação política de Cesarismo, a que se liga a idéia imperial.

SEGUNDO TRIUNVIRATO

Marco António sublevou o povo contra os assassinos, que fugiram, e, tendo de lutar pelo poder com Lépido e Octávio, sobrinho de César, ficou resolvido formarem o segundo triunvirato, atribuindo-se o poder, desfazendo-se dos inimigos pelas proscrições, em que morreu Cicero, derrotando Cássio e Bruto, chefes dos republicanos, em Filipos, dividindo entre si as províncias, ficando Lépido com a África, Marco António com o Oriente, e Octávio com o Ocidente. Este conseguiu desfazer-se de Lépido, que auxiliara Sexto Pompeu, contra Roma, e fôra derrotado nas batalhas navais de Milas e Náuloco.

Marco António, apaixonado por Cleópatra, veio à Itália em socorro de seu irmão Lúcio, que, revoltado contra Octávio, fôra derrotado em Perúsia; mas a intervenção de Mecenas levou-os à paz de Brindes, na qual se reconciliaram, e António casou com Octávia, irmã de Octávio. Porém, de regresso ao Egito, repudiou Octávia, adoptou os costumes orientais, deu a Fenícia a Cleópatra; fêz Alexandria sua capital e, por isso, Octávio levou Roma a guerrear o Egito e Marco António, como inimigo da República, e derrotou-o na batalha naval de Ácio, e de Perúsia, após o que Marco António e Cleópatra se suïcidaram, e Octávio anexou o Egito (30).

ESTABELECIMENTO DO IMPÉRIO

Octávio, único triúnviro, concentrou em si todos os poderes, tornando-se senhor absoluto de Roma, mas conservando as instituïções da República; o Senado atribuíu-lhe o título de Augusto, dado só aos deuses, e êste regime chamou-se Império.

Octávio Augusto, com inteligentes auxiliares, realizou uma obra notável, acabando a conquista da Espanha, e

das provincias do Danúbio superior; reprimiu a imoralidade; reorganizou as provincias que passaram a ser imperiais, senàtoriais e independentes; restaurou os antigos cultos, admitiu novos deuses e, promovendo o culto imperial, identificou o Estado com a Religião, à qual se atribui a fôrça e existência de Roma, e tornou êsse culto oficial a expressão do lealismo dos súbditos ao imperador; tornou o exército permanente; criou a guarda pretoriana; desenvolveu o comércio e as indústrias; abriu estradas e protegeu as artes e as letras, pelo que se deu o nome de Século de Augusto ao último século da República e primeiro do Império. Com efeito, de Cícero à morte de Augusto, foi a época do máximo esplendor da cultura romana, modelada na grega, e também com alto espírito latino.

No Império vão deparar-se dois problemas internos: o choque das tendências do Senado e do Exército ou Guarda pretoriana, para se imporem as respectivas autoridades, e o contraste político-económico entre a Itália

e as provincias extra-peninsulares.

SÉCULO DE AUGUSTO

Distinguiram-se os poetas Lucrécio, Ovidio, Fedro, Vergilio, autor da Eneida, e Horácio; os historiadores Júlio César, Tito Lívio e Salústio; o orador Cícero. Mais tarde, apareceram Lucano, Juvenal, Tácito, Séneca, Plinio que se notabilizaram nas letras. Nas artes, Roma foi durante o império embelezada com monumentos sólidos e grandiosos, como o Panteão de Agripa, o Coliseu, a Coluna de Trajano, o Templo de Císico, as Termas de Caracala, o Forum, a Via Ápia, os Arcos Triunfais de Tito e Constantino, o templo de Marte-Ultor, o altar da paz de Augusto, etc.

No tempo de Augusto deu-se a Paz Romana ou Octaviana, encerrando-se pela primeira vez o templo de Jano, aberto durante o tempo de guerra, e, durante esta

paz, nasceu Jesus Cristo na Palestina.

Esta pacificação permitiu o florescimento do espírito e da economia, vida cómoda, humana, e a urbanização do império que, embora unificado, tinha caracteres próprios das regiões que o constituíam.

IMPERADORES DA FAMÍLIA DE AUGUSTO OU CÉSARES

A Augusto sucedeu Tibério, o primeiro dos Césares, administrador honesto, que promoveu uma campanha contra os Germanos, mas nos últimos anos foi implacável contra os inimigos seus e do Estado, publicando as Leis de Majestade; sucedeu-lhe Caligula, dissipador, impopular e doido que foi assassinado, tendo tentado orientalizar o império, de direito divino e despótico; seguiu-se-lhe Cláudio, estudioso, tímido, meditativo que respeitou as tradições políticas de Roma, desenvolveu as provincias, com o que irritou o Senado, mas unificou o Împério, e se deixou dominar pela depravada Messalina e pela criminosa Agripina, suas espôsas, e pelos libertos Palas e Narciso; no seu tempo foram anexadas a Bretanha e a Mauritânia. Foi envenenado por Agripina, para deixar o trono a Nero, que, após bom govêrno, se tornou epicurista e cruel, mandando assassinar os seus mestres — o filósofo Séneca, Burro — e Córbulo, o conquistador da Arménia, sua mãe Agripina, e sua espôsa Octávia, casando depois com Popeia; supunha-se grande poeta e cantor; acusado de incendiar Roma, atribuíu o crime aos cristãos, promovendo a l.ª perseguição, que fêz muitos mártires. Os seus crimes revoltaram as legiões; Nero suïcidou-se. Nero exaltou a autoridade imperial, tida por salvadora do mundo, dando base sólida ao seu poder; helenizou Roma e favoreceu a Grécia, com desagrado das outras provincias; pensou em instaurar a monarquia absoluta e foi inexperiente, injusto e desumano.

O exército, fiel ao imperador, depois da sua morte preferiu nomear imperador seu, que o favorecesse, e deixou de ser fiel ao Senado; êste estado de espírito originou lutas fratricidas no exército, como as travadas entre Galba, Otão e Vitélio, sucessores de Nero, respectivamente.

OS FLÁVIOS

Mas o exército do Oriente massacrou Vitélio e aclamou Vespasiano, o primeiro dos Flávios, bom administrador, em cujo tempo foi destruída Jerusalém, que se revoltara; também, para evitar rebeliões, Vespasiano excluíu os italianos das legiões, porque os provincianos eram mais disciplinados, o que fêz com que a Itália perdesse a supremacia sôbre as províncias, decaíssem as tradições militares romanas, e fôsse difícil fazer o recrutamento. Sucedeu-lhe seu filho Tito, que fêz bom govêrno, e no seu tempo se deu a primeira erupção histórica do Vesúvio que destruíu Pompeia, Herculano e Estábias; foi morto por Domiciano, cujo govêrno foi cruel: moveu a 2.ª perseguição aos cristãos; também alargou o domínio romano até à Escócia, além-Reno (Germânia) e Danúbio Superior.

OS ANTONINOS

Nerva, o primeiro dos Antoninos, excelentes príncipes que tornaram próspero o império, que administraram de acôrdo com o Senado. Esta dinastia caracterizou-se pelo facto de os imperadores indicarem o seu sucessor; Nerva fundou a instituição alimentar, para assegurar a alimentação das crianças pobres; sucedeu-lhe Trajano, o primeiro imperador provinciano, pois era de origem espanhola, o qual foi muito virtuoso e conquistou a Dácia, Arménia, Arábia Pétrea e Mesopotâmia, dominou algumas rebeliões dos hebreus; erigiu a coluna Trajana que comemora as suas conquistas, e fêz construir estradas e aquedutos. Adriano, também de origem espanhola, o mais hábil governante do império, publicou o Édito Perpétuo, fixando a jurisprudência; reedificou Jerusalém;

mandou construir uma muralha entre a Inglaterra e a Escócia, para conter os pictos; desenvolveu a vida municipal, protegeu as artes; e quis reerguer Roma, dando-lhe energia e prosperidade; sucedeu-lhe Antonino Pio, bom imperador. Marco Aurélio, filósofo notável, foi o último dos bons príncipes, e no seu tempo começaram as infiltrações dos bárbaros. Promoveu uma perseguição aos cristãos; sucedeu-lhe seu filho Cómodo, que cometeu muitas crueldades, opressões e tiranias.

CRISE POLÍTICA E MILITAR

Cómodo foi assassinado, e os soldados puseram o império em leilão, dando-se uma série de rebeliões e guerras civis; foi uma anarquia militar da qual resultou a instauração de monarquias militares; predomínio das províncias sôbre a Itália e dos rurais sôbre os citadinos, mais romanizados, coïncidindo com crises financeiras e insuficiência na defesa militar das fronteiras.

IMPERADORES SÍRIOS

Esta anarquia foi relativamente dominada durante o govêrno dos imperadores sírios: Septimio Severo, africano que barbarizou o exército, no qual alistou tropas germânicas, dividiu as provincias para evitar o prestígio dos governadores, favoreceu as tropas provinciais, estabeleceu a sucessão familiar e nomeou o jurista Papiniano prefeito do palácio; Caracala que concedeu o direito de cidadão romano a todos os súbditos do império (212); Heliogábalo que difundiu o culto oriental do sol e várias superstições; e Alexandre Severo ou Severo Alexandre reagiu contra a orientalização, favoreceu todos os cultos, prestigiou o Senado, criou o Conselho Imperial e deu a prefeitura do palácio ao jurista Ulpiano.

ANARQUIA MILITAR

Após a morte de Severo Alexandre deu-se nova e grande anarquia militar, durante a qual os generais romanos confundiam as ambições pessoais com a convicção de serem os únicos hábeis e capazes de chefiar a guerra resolutiva contra os inimigos e davam o primado político às províncias natais; uma série de revoluções militares (235-268) deu o poder a vários generais que lutaram entre si, e decaiu o govêrno, enquanto o Senado era impotente para dominar a situação. Entre êles destacou-se Décio, ilírico, bom administrador, de tradição romana, que perseguiu os cristãos, e morreu em luta contra os Godos; a anarquia militar terminou com a subida de Cláudio II ao poder.

OS ILÍRIOS

Cláudio II inaugurou a série dos imperadores ilíricos, venceu os invasores godos, dando ao império um período de tranquilidade; sucedeu-lhe Aureliano que reconstruiu a unidade do império, fez-se chamar deus e protegeu o culto do Sol; por sua morte, foi aceite como imperador Cláudio Tácito, indicado pelo Senado, que consegue manter o prestígio de instituição permanente na caótica flutuação dos imperadores; entre outros imperadores ilíricos distinguiu-se Diocleciano que promoveu a 10.ª e última perseguição aos cristãos.

O CRISTIANISMO

Jesus Cristo, nascido na Palestina, foi para muitos o Messias anunciado pelos profetas; aos 30 anos começou a prègar a sua doutrina, exigindo simplesmente fé em Deus e boas obras, amor a Deus e ao próximo, sem as práticas exteriores dos hebreus, mas com penitência, virtudes, caridade. Tal doutrina provocou os ódios dos fariseus que promoveram a prisão, o julgamento iníquo e a morte de Jesus Cristo, crucificado no Gólgota. Os dôze apóstolos, que escolheu, continuaram a prègação por tôdas as regiões do império, e a vida e doutrina de Cristo foi por êles exposta nos 4 Evangelhos que, com os Actos dos Apóstolos, as Epistolas e o Apocalipse, for-

mam o Novo Testamento. Chefiava os Apóstolos S. Pedro, o primeiro Papa, que foi crucificado em Roma, e se distinguiu pelo seu ardor religioso, bem como S. Paulo, a princípio inimigo dos cristãos, mas que se converteu ante a visão de Jesus Cristo, na estrada de Damasco, e que foi, também, martirizado em Roma. O 1.º mártir foi Santo Estêvão.

Jesus Cristo formara com os discípulos uma sociedade (igreja), com chefes e hierarquia, que se perpetuou após a sua morte, chefiada pelos Papas ou vigários de Cristo, e é constituída por ministros da igreja (bispos, padres) e fiéis. Aos ministros compete doutrinar os fiéis, zelar pela pureza da fé e bons costumes, ministrar os sacramentos, celebrar o culto, etc.

Como os cristãos condenaram os cultos politeístas e recusaram adorar o imperador, os romanos, geralmente tolerantes em religião, promoveram-lhes perseguições, em número de dez, por verem neles uns mágicos e inimigos do Estado. A coragem dos fiéis, vítimas dessas perseguições — mártires e confessores da fé — fêz aumentar o número de crentes que, fugindo às perseguições, se refugiaram em catacumbas, vastas galerias subterrâneas, existentes em Roma, onde S. Pedro instalou a sede da nova religião, e aí conseguiram organizar-se, muito contribuindo, para a difusão do cristianismo, a caridade, o pronto socorro ao pauperismo. Como as massas populares preferiam cultos cujos ritos garantiam a purificação como base da imortalidade (os de Demeter-Eleusis, Orfeu, Serapis, Isida, Sol, Mitra,) e por isso aceitavam fàcilmente o culto cristão com os seus preceitos de justiça, amor, fé e salvação pela renovação das almas, a opinião oficial era de que o cristianismo era um perigo.

Efeso, Antioquia, Alexandria, Jerusalém foram importantes centros do cristianismo; mas não tardou a reconhecer-se o primado de Roma, herdeira das tradições do universalismo do império. A luta contra os cismas e heresias provocou concílios ou reünião de bispos para as

discutirem. Os principais apologetas do cristianismo foram Tertuliano, S. Jerónimo, S. Agostinho e S. Ambrósio.

DECADÊNCIA — OS BÁRBAROS

A anarquia militar, as guerras civis e a igualdade completa das provincias a Roma, pelo édito de Caracala, os maus regimes latifundiário, de colonato, e servidão da gleba, a coacção profissional hereditária, as crises económica e financeira, motivaram a decadência da antiga sociedade romana, acelerada pela infiltração dos bárbaros (alamanos, burguinhões e francos no Reno; vândalos, godos e hérulos no Danúbio; saxões, lombardos e frisões no interior da Germânia; partos e árabes na Ásia; berberes na África), dos quais os godos, francos e alamados, no século III, atacaram o império violentamente. Restabelecida a ordem, sucedeu-se uma invasão pacífica, ocupando os bárbaros funções militares, lavrando terras, contratando-se como escravos e trabalhadores, e misturando-se com as populações romanas que se serviam dêles para defender as fronteiras ameaçadas por outros bárbaros, enquanto o exército romano se tornava uma instituïção inamovível, sem qualidades militares e capacidade de manobra que com facilidade se opusesse a qualquer invasor.

TETRARQUIA IMPERIAL

Diocleciano, incarna a ordem e a disciplina, a par da abnegação pessoal, para acabar com a anarquia e resistir às invasões; desdobrou a autoridade do imperador, mantendo a unidade política do império, partilhando o govêrno com Maximiano, tomando o título de Augustos, e cada um associou a si um César; estes foram Valério e Constâncio Cloro. Formou-se, assim, a Tetrarquia Imperial, com a qual se repeliram os bárbaros e reprimiram as revoltas. Diocleciano difundiu o culto de Júpiter

e de Mitra; difundiu o latim no Oriente, em substituïção do grego; assegurou, com justa distribuïção dos comandos, o eficiente funcionamento do poder imperial; separou os poderes militar e civil; fêz pagar os impostos em géneros (anona); promoveu uma perseguição aos maniqueus e cristãos, para unificar a religião oficial, o que prova o defeito do regime: uma rigidez que, em vão, tenta alterar o curso dos factos.

A Tetrarquia Imperial acelerou a divisão do império

e a Anona reforçou a servidão da gleba.

Diocleciano e Maximiano, abdicaram, e os Césares

tomaram o título de Augustos.

Após a morte de Constâncio, sucedeu-lhe seu filho Constantino que dividiu o império com Licínio, após a derrota do seu rival Maxêncio, em Milvius, o que o levou a proteger o cristianismo, a favor do qual publicou o Édito de Milão (312), concedendo aos cristãos liberdade de culto e os bens que lhes tinham confiscado. Licínio protegeu os pagãos e Ário, autor duma heresia que causou perturbações graves na Igreja. Constantino venceu Licínio em Andrinópolis, e mandou promover o Concílio de Niceia que condenou o arianismo e adoptou o Credo ou Simbolo dos Apóstolos, de Santo Anastácio.

Constantino deu à administração um carácter centralizador e hierárquico, depois da derrota de Licínio, o que lhe permitiu a unificação do império; organizou uma burocracia, multiplicando as funções palacianas, com uma gerarquia enfática, que vai caracterizar o Baixo Império; acentua a servidão da gleba e a corporatização coactiva, em contraste com os privilégios das classes altas; dividiu o império em 4 prefeituras (Gália, Itália, Iliria e Oriente), que se dividiram em dioceses e estas por sua vez em provincias, e mudou a capital do império para Bizâncio que passou a chamar-se Constantinopla.

Estes factos provocam a rivalidade entre Roma e Constantinopla e a separação entre o Oriente e o Oci-

dente.

TEODÓSIO

Após Constantino houve lutas entre seus filhos, das quais triunfou Constâncio, com tendências cristã-arianas, a que se seguiu Juliano, que pretendeu, sem êxito, restaurar a cultura e a religião pagãs, numa orientação de calma e fé filosófica justificada pelas lutas internas da Igreja, afastando os cristãos dos cargos importantes; bateu os germanos no Reno e baixou os impostos; seguiram-se-lhes: Joviniano, Valentiano e Valente que restabelecem a hegemonia cristã, segundo as correntes dominantes, e protegem as classes pobres; sucederam-se-lhes Graciano e Valentiano II que dominam a custo uma revolta de godos na Trácia; sucedeu-lhes Teodósio, espanhol, que aumentou os impostos, perseguiu os arianos, e, recusando o cargo de Pontífice Máximo e proïbindo o paganismo, estabeleceu a unidade religiosa do império; e, submetendo os visigodos, admitiu-os no exército, barbarizando-o, estabeleceu a unidade política do império; o cristianismo foi considerado religião oficial do império (381).

Ao morrer, dividiu o Império pelos seus filhos Arcádio, que ficou com o Oriente, e Honório, com o Ocidente (395); esta divisão, que obedece ao carácter dualista, ocidental e oriental do Império, que sobreviveu à unificação, e se baseava nos influxos grego e latino da língua e instituições, aprofunda a separação entre as duas partes, por dar origem a dinastias diversas: o Oriente dominou os bárbaros; o Ocidente foi dominado por êles. No Oriente os chefes bárbaros têm importância na côrte, há mais dinheiro, os cargos são melhor distribuídos, não há exércitos particulares, o Imperador tem mais autoridade, há mais questões religiosas, e os grandes proprietários conseguem libertar-se da fiscalização e domínio dos funcionários responsáveis perante o Imperador, e tornam-se exactores dos impostos dos camponeses; êstes

poderes dos grandes proprietários são a base do feudalismo e da economia medieval.

No Ocidente os cargos acumulam-se na mesma pessoa, o que facilita as usurpações, dá-se a antítese dos caracteres do Oriente e o Senado ainda tem poder em relação ao do Imperador, que é menor.

QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO DO OCIDENTE

A Arcádio sucedeu Teodósio II que publica o Código de Teodósio, aplicado a todo o império. No entanto os visigodos, de Alarico, invadiram a Itália, onde os derrota Estilicão que também derrotou os suevos; mas após o assassinato de Estilicão por Honório, Alarico tomou e saqueou Roma (410), e, por sua morte, sucedeu-lhe Ataúlfo que casou com Placídia, irmã de Honório, e levou os visigodos para a Gália Aquitânia e daí para Espanha. Ao mesmo tempo deu-se a grande invasão dos francos, que se estabeleceram na Gália Belga, anglos e saxões na Grã-Bretanha, burgundos na Sabóia e vale do Ródano, alanos, vândalos e suevos na Espanha, passando os vândalos à África posteriormente.

A Honório sucedeu João e, a êste, Valentiano III, em cujo govêrno os hunos, chefiados por Átila, invadiram a Gália, que assolaram, mas, derrotados por Aécio, em Chalons do Marne, dirigiram-se à Itália, onde a intervenção do Papa Leão III ou Leão Grande os deteve e fez retroceder; após a morte de Átila, dispersaram-se e estabeleceram-se a Leste. Sucedem-se Petrónio Máximo e Hiparos Avito, em cujo tempo os Vândalos, que fundaram um império em Cartago, invadiram a Itália e saquearam Roma, chefiados por Genserico, e se abandona a Bretanha. Seguem-se alguns imperadores de curto e pouco importante govêrno, e a dignidade imperial, de'xando de ter o apoio do Exército, torna-se nula. Mais tarde, Odoacro, rei dos hérulos, ocupou Roma e, destronando Rómulo Augústulo, criança de 2 anos de idade, proclamada imperador por seu pai Orestes, que usurpara

o trono imperial, fez-se aclamar rei de Itália (476), e instalou-se em Ravena.

O Império do Ocidente ia cair na posse do do Oriente, mas acabou a autoridade imperial no Ocidente, onde, mais tarde, *Justiniano* tem de recorrer à fôrça para a estabelecer, e não duradoiramente.

A tradição imperial, todavia, continua-se na Igreja, com sede em Roma, revive com Carlos Magno, continua depois, no Sacro-Império, renova-se sob outra forma, com Napoleão, mas constituindo uma fôrça mais viva da civilização que, após a queda do *Império do Ocidente* caracteriza um novo período na História do Mundo: Idade Média.

Idade média

OS GERMANOS: POLÍTICA, RELIGIÃO E COSTUMES

Os germanos ocuparam a Europa Central, entre o Reno e o Vístula, o Báltico e o Danúbio, e dividiram-se em francos, saxões, alamanos, burgúndios ou borguinhões, vândalos, godos (visigodos e ostrogodos), lom-

bardos, gépidas, etc.

Politicamente, dividiam-se em nobres, homens livres e clientes; as famílias agrupavam-se em clans e estes em tríbus; o govêrno era democrático: a assembléia dos homens livres discutia os assuntos de interêsse geral, entre êles a eleição do chefe militar; mesmo quando tiveram reis, esta assembléia era consultada.

Religiosamente, eram politeistas; adoravam Odin, Tir, Freia, deuses que viviam na Valhala, servidos pelas Valquírias; mais tarde converteram-se ao cristianismo,

tornando-se herejes arianos.

COSTUMES

Nos seus costumes havia a igualdade entre o homem e a mulher, que era respeitada; a família era monogâmica; não viviam em cidades populosas, mas em cabanas dispersas; tinham gôsto pela vida aventureira e o sentimento da independência individual. Eram violentos, amando o jôgo e a guerra.

OS HUNOS E OS ESLAVOS

Os hunos, vindos da Mongólia, eram ferozes e foram o terror dos romanos e germanos. Átila, o açoute de Deus, foi uma ameaça para a Europa, que atacou, deixando só ruínas atrás de si. Com a sua morte, dispersaram-se os hunos pelo vale do Danúbio.

Os eslavos, vivendo a leste do rio Don, eram temí-

veis, sempre em lutas internas, que, neste período, os mantiveram afastados.

Entre os bárbaros travaram-se lutas para a hegemonia do Ocidente: os hérulos foram vencidos pelos ostrogodos, cujo rei, Teodorico, foi notável e teve preponderância, mas as lutas religiosas apressaram a decadência, e o Império do Oriente anexou a Itália e, também, o reino dos vândalos, na África. Os visigodos e francos iam constituir estados mais duradoiros.

OS VISIGODOS E OS FRANCOS

Os visigodos, chefiados por Alarico, invadem a Itália e saqueiam Roma; Ataúlfo invade a Gália do Sul e Teodorico II a Espanha, onde estabelece um império que, mais tarde, restringido à Espanha em 473, já estava fora do domínio romano; Leovigildo conquistou o reino dos suevos, unificando politicamente a Península, e Recáredo, convertendo-se ao catolicismo, unificou-a religiosamente. Em Toledo, capital visigótica, se reüniram vários concílios, em que foi elaborado o célebre Código Visigótico. Este Estado durou até o século VIII.

Os francos, divididos em sálios e ripuários, foram primeiramente aliados do império romano, e viviam no Escalda, mas, depois, invadiram o império, sob a chefia de Clódio, e vieram até o Soma, onde renovaram a aliança, e com os romanos derrotaram os hunos em Chalons du Marne, chefiados por Meroveu, fundador da dinastia merovíngia.

1.ª MONARQUIA FRANCA

Seu neto Clóvis ou Clodoveu, ao cair o Império do Oriente, alargou os seus domínios, derrotando os galoromanos em Soissons (486), os alemães em Tolbiaco e os visigodos em Poitiers, e dominou os burguinhões, e, estabelecendo a capital em Paris, fundou a primeira monarquia franca que administrou com brilho.

A sua conversão ao catolicismo permitiu a fusão

entre francos e galo-romanos, tornou-o chefe dos católicos da Gália contra os arianos e pagãos, e deu-lhe o auxílio da Igreja. Por sua morte os filhos repartiram o reino, mas federados, continuaram as conquistas do pai, tomando a Turíngia e a Borgonha. Mais tarde, o povo franco constituiu três reinos: Austrália, Neustria e Borgonha que se envolveram em lutas de rivalidade.

PREFEITOS DO PALÁCIO — 2.ª MONARQUIA FRANCA

Os reis merovingios confiaram o govêrno aos prefeitos do palácio, e entre êles distinguiu-se Pepino do Heristal, da Austrásia, que, na batalha de Testri, venceu e anexou a Nêustria e a Borgonha; Carlos Martel, filho de Pepino, foi amigo da Igreja e derrotou os árabes na batalha de Poitiers (732), libertando a Europa Central da sua invasão; seu filho Pepino o Breve depôs o último rei meroveu, na assembléia de Soissons, e fêz-se aclamar rei com o apoio do Papa Zacarias. Assim se iniciou a segunda monarquia franca, com a dinastia carolíngia, cujo primeiro rei, Pepino, conquistando a Bretanha e expulsando os árabes, realizou a unidade política e geográfica da França.

CARLOS MAGNO

A Pepino sucedeu seu filho Carlos Magno que esbulhou seu irmão Carlomano da herança paterna, e realizou uma obra notável, submetendo os saxões da Alemanha, que se cristianizaram e começaram a ter papel importante na história, os árabes da Espanha, aos quais tomou Barcelona e a Catalunha, sendo atacado pelos bascos, na batalha de Roncesvales, quando regressava; os ávaros, que perderam os territórios da actual Áustria, ao S. do Danúbio; e os lombardos do vale do Pó, que ameaçavam os estados do Papa, como já tinham feito no tempo de Pepino o Breve, e aos quais Carlos Magno subjugou, consolidando o poder papal e fazendo-se rei dos lombardos.

ORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO

A acção de Carlos Magno, em prol da Igreja, levou o Papa Leão III a coroá-lo imperador do Ocidente (800), restabelecendo-se, assim, êste império que se desligava do do Oriente. O vasto império de Carlos Magno, do Ebro ao Oder e aos Cárpatos, do Báltico à Itália Central, foi dividido em províncias, governadas por duques ou condes e bispos, e que eram fiscalizadas pelos missi dominici ou enviados do rei; as fronteiras estavam divididas em zonas, chamadas marcas. Em Maio e Outubro reüniam-se assembléias gerais de homens livres, para revistas militares e aprovação de leis (capitulares).

Carlos Magno protegeu as artes e letras, que durante a anarquia das invasões eram só cultivadas nos mosteiros dos países afastados, fundando escolas, como a palatina, e subsidiando sábios. Distinguiram-se neste renascimento carolingio Alcuíno, Pedro de Pisa, Teodulfo, Clemente, etc. Levantaram-se monumentos, desenvolveu-

-se a arte da iluminura, a joalharia, etc.

DIVISÃO DO IMPÉRIO — VERDUN

Este império, que deteve as invasões, cristianizou e deu personalidade histórica à Alemanha, e promoveu um regresso à cultura, foi herdado por Luís, o Brando ou Pio, filho de Carlos Magno, que o repartiu por Lotário, Pepino e Luís, seus filhos (817); o nascimento de Carlos, seu quarto filho, levou-o a modificar a partilha, mas os filhos revoltaram-se, e depuseram-no. Pepino morreu, e, os restantes, depois de lutas entre si, assinaram o tratado de Verdun (843) que atribuiu a Carlos— a Barcelona e França até o Ródano e Mosa; a Lotário a região entre a anterior e o Reno (Lotaringia-Lorena) e a Itália; e a Luís as terras dalém Reno ou Alemanha, divisão com certo fundamento geográfico e étnico que originou as três nacionalidades: França, Alemanha e Itália, e que

gerou a secular rivalidade entre as primeiras, no desejo de hegemonia nas terras entre o Ródano e o Reno.

O IMPÉRIO GERMÂNICO

Na Alemanha, mais tarde, os domínios senhoriais tornaram-se quási autónomos (ducados da Saxónia, Francónia, Baviera, Suábia e Lorena, arcebispados de Treves, Mogúncia e Colónia) aceitando, a custo, a autoridade dos reis que, a partir de Conrado I (911), passaram a ser eleitos, o que provocou violentas lutas entre os eleitores; em 936 foi eleito Otão, o Grande. Este monarca dominou os duques da Francónia e Baviera, que o não queriam reconhecer, e concedeu domínios feudais ao clero, para neutralizar a influência dos grandes senhores leigos; avassalou a Boémia, cristianizou os dinamarqueses e derrotou, em Ausburgo, os húngaros (955) que, vivendo na planície central do Danúbio, tentavam conquistar a Lorena e a Alemanha, donde já tinham sido repelidos, em Marseburgo, por Henrique I (934). Vencidos por Otão, os húngaros fixaram-se na bacia danubiana, formando o reino da Hungria.

SANTO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO

Na Itália, os senhores feudais, em luta, eram impotentes para formar govêrno, e Adelaide, rainha viúva, da Lombárdia, chamou em seu auxílio Otão que tomou Pavia e casou com Adelaide; mais tarde, auxiliando o Papa João XII, estabeleceu a paz e fêz-se coroar imperador em Roma, fundando o Santo Império Romano-Germânico, e, confirmando os Estados Pontifícios, exigiu aos Papas juramento de fidelidade, para serem sagrados. O Pontífice revoltou-se contra a soberania germânica, e Otão depô-lo, substituindo-o por Leão VIII que concedeu ao imperador o direito de investidura, ou seja de nomear bispos nos seus estados e aprovar a eleição dos Papas.

RESISTÊNCIA DO IMPÉRIO DO ORIENTE

O Império do Oriente, ou Bizantino, formado por morte de Teodósio, tinha acentuado cunho helénico, o que contribuiu para a sua unidade, e conseguiu escapar às invasões dos bárbaros, mediante tratados, contribuïções e intrigas que geravam lutas entre os invasores. Constantinopla pôde engrandecer-se e tornar-se um notável centro de cultura.

Notabilizou-se o imperador Justiniano que, aproveitando a fraqueza dos reinos bárbaros, promoveu a conquista da África aos vândalos, da Itália aos ostrogodos, da Andaluzia aos visigodos, pelos generais Belisário e Narsés. No seu reinado fêz-se a codificação do direito romano, nos seguintes tratados: Digesto, Código, Institutas e Pandectas; e também se desenvolveram as artes num sentido de luxo e de magnificente esplendor, sendo notável a Igreja de Santa Sofia, no estilo bizantino. As invasões dos lombardos, na Itália, e dos árabes, no Oriente, causaram a perda de parte das províncias, e o império, envolvido em discórdias e longas discussões religiosas e de coisas de pouca monta — bizantinices — terminou no século XV, conquistado pelos turcos.

OS ÁRABES — ISLAMISMO

Os árabes, semitas e nómadas, eram feiticistas e idólatras, e tinham a cidade Santa de Meca, com a Kaaba ou pedra negra, e vários ídolos confiados aos coreixitas

que exerciam o culto.

Maomé, antigo condutor de camelos, enriquecido por um casamento rico com Cadjija, com certa cultura religiosa, do contacto com os cristãos, hebreus e persas, começou a prègar uma nova religião monoteísta, que os coireixitas combateram. Maomé fugiu para latrebe que o recebeu bem e passou a chamar-se a cidade do profeta (Medina). Esta fuga — hegira — marca o início da era muçulmana (16-VII-622).

O profeta venceu os inimigos, tomou Meca, destruiu os ídolos, conservando a Kaaba, e submeteu a Arábia

que aceitou a nova religião com entusiasmo.

A nova religião, islamismo, admite como dogmas a unidade de Deus (Allá), a revelação da verdade divina pelos profetas (Abraão, Moisés, Cristo, Maomé), a imortalidade da alma e a vida no paraíso ou no inferno, e o seu culto são algumas prescrições simples: jejum de 30 dias no mês do Ramadão, esmola, peregrinação a Meca, oração 5 vezes ao dia com abluções prèvias, circuncisão, abstinência de vinho e de carne de porco. A sua doutrina encontra-se no Al-Corão que contém os ensinamentos de Maomé.

CONQUISTAS

Os sucessores de Maomé, califas ou chefes políticos e religiosos, primeiro a dinastia dos Omíadas, depois a dos Abássides, conquistaram a Mesopotâmia, a Pérsia, a Índia, a Síria e o Turquestão, na Ásia, e no Norte de África, do Egito (onde queimaram a Biblioteca de Alexandria) a Marrocos, e muitas ilhas do Mediterrâneo.

Musa promoveu a conquista da Península Ibérica por Tarique que venceu os visigodos e o seu rei Rodrigo, na batalha de Guadalete (711), e a dominou rápida e fàcilmente, com excepção das Astúrias, onde lhes resistiu um núcleo visigótico chefiado por Pelágio. Depois invadiram a França pelos Pireneus, chegando até Tours, mas o prefeito do Palácio — Carlos Martel derrotou-os na batalha de Poitiers (732) e obrigou-os a retroceder. Mais tarde, Carlos Magno conquistou-lhes a região da bacia do Ebro. Em 770 Abderramão converte a Espanha num califado independente com sede em Córdova, que, depois, se subdividiu em vários estados.

CIVILIZAÇÃO ÁRABE

A civilização árabe foi muito notável, e os califados de Bagdad, Damasco, Cairo e Córdova foram importan-

tes centros de cultura. Desenvolveram a música, a poesia lírica, contos e narrações de viagens; desenvolveram a química, descobrindo o alcool, o mercúrio, o ácido sulfúrico, etc.; a matemática, na qual introduziram os algarismos e o zero, e aperfeiçoaram a algebra e geometria; a astronomia, estudando os astros, eclipses; a mecânica aplicada; a geografia; a medicina, operando e anestesiando; a filosofia, comentando Aristóteles. Distiguiram-se Averróis, Avicena, Gueber e Edrici.

Nas artes, criaram o estilo árabe que influiu na arquitectura, construindo templos ou mesquitas e palácios, com arabescos; a pintura foi notável na miniatura e na ornamentação, mas era-lhes proïbido, pela religião,

reproduzirem imagens de seres vivos.

Foram excelentes agricultores, inventando a nora e

cultivando o arroz, a amoreira, etc.

Na indústria, desenvolveram os cortumes, tecelagem e armaria; foram marinheiros e comerciantes intermediários entre o Oriente e Ocidente. Todavia, a sua brilhante civilização foi de efémera duração:

OS NORMANDOS

Os normandos, da Escandinávia, navegadores e guerreiros audazes e ferozes, ocuparam a Jutlanda, as margens do Báltico e, através o Dnieper, atingiram os mares do Sul e navegaram pelo Atlântico, onde atacaram a Escócia, as Hébridas e as Órcades, e descobriram as ilhas Feroé, a Islândia e a Gronelanda.

Estabeleceram-se na Inglaterra, onde lutaram sem êxito contra Alfredo, o Grande, mas dominaram-na auxiliados por Canuto da Dinamarca; devastaram a França, cercaram Paris; e o seu chefe Rolão conseguiu que Carlos o Simples lhes desse um feudo no baixo Sena — o ducado da Normandia (911); saquearam as costas da Península Hispânica, chegando a cercar Guimarães e Lisboa, esta, então, dos mouros; ocuparam a Sicília e a Itália do Sul, fundando o reino das Duas Sicílias.

Na Escandinávia fundaram a Suécia e a Noruega, e na Jutlanda, a Dinamarca que, na Idade Média, se guerreiam entre si, e que são ponto de partida dos normandos. Foram cristianizados no século X.

O FEUDALISMO

O feudalismo foi uma organização política, social e económica, baseada nos feudos, terras que os suseranos davam aos vassalos em recompensa de serviços, geralmente guerreiros, benefícios com a obrigação de os continuar a prestar (vassalagem), reconhecendo, porém, o suserano como proprietário do feudo cujo usufruto ou domínio útil tinham. O vassalo que recebia o feudo prestava ao suserano homenagem, ou reconhecimento de vassalagem, e fidelidade, e tinha a investidura no feudo, ficando a dever ao suserano auxílio em serviços militares no seu exército, judiciais, no seu tribunal, pecuniários, de conselho, etc., enquanto o suserano lhe garantia a posse do feudo, sua defesa, boa justiça e respeito a seus bens e pessoa e tutela, quando necessária, etc.

O feudalismo estabeleceu uma hierarquia, cujo vértice era o rei, no meio os feudatários que concediam feudos, e na base eram os vassalos que não tinham outros vassalos. No feudalismo deu-se a fusão da soberania com a propriedade, mas só dentro dos limites do feudo.

O feudalismo, a princípio, não era hereditário, nem vitalício; mas Carlos o Calvo, pelo Édito de Quiersi-sur-Oise, determinou que todos os funcionários, que o acompanhassem numa expedição à Itália, poderiam exercer vitaliciamente os seus ofícios e transmiti-los a seus filhos, o que transformou os funcionários em vassalos e os feudos em vitalicios e hereditários (877).

O CASTELO E OS COSTUMES — SERVOS

O senhor feudal residia no castelo, sede do poder, fortaleza e refúgio, com muralhas de ameias e tôrres, entre as quais a de menagem. Os costumes feudais con-

sistiam no regresso à vida agrícola, no desenvolvimento da moral individual e doméstica, dos sentimentos de dignidade, independência, honra e liberdade; no respeito pela mulher e pelos fracos e oprimidos, na cortezia, nas festas, como quermesses, torneios, justas de amor, etc.

Com o feudalismo, o povo passou a dividir-se em colonos, com liberdade de mudar de terra e de senhor; servos da gleba, vinculados à terra que lavravam e que não podiam abandonar, e a que continuavam a pertencer, quando vendida, e escravos sujeitos ao senhor. Os que viviam em cidades eram denominados vilãos. A situação do servo era mais desafogada e digna do que a do escravo, e muitos homens tinham-se convertido voluntàriamente em servos, para gozarem da protecção dos senhores poderosos.

A CAVALARIA

A cavalaria foi consequência do feudalismo e do critério de que a profissão das armas era a mais nobre. Os filhos dos vassalos e dos senhores, prestando serviço como pagens e escudeiros, eram armados cavaleiros e, fazendo parte da cavalaria, tinham por dever proteger o fraco, o órfão e a viúva, defender Deus e a Pátria. O significado da cavalaria, que a Igreja desenvolveu e auxiliou, é o da fôrça moral e espiritual que numa época de barbárie e dureza lutou pelas idéias nobres da caridade e justiça cristãs.

A IGREJA E A SUA ACÇÃO

A Igreja, a-dentro da anarquia das invasões, manteve-se unida, disciplinada e organizada, e foi a maior fôrça moral e civilizadora da Idade Média. Isto teve como consequência a influência política do clero, classe culta e capaz, e a hegemonia do Papado sôbre todos os Estados.

Mais tarde, Fócio, patriarca de Constantinopla, animado pelos imperadores, recusou-se a reconhecer a supremacia do Papa, o que fêz separar a igreja grega da latina. Êste facto, consumado pelo patriarca Miguel Centário (1053), chamou-se o Cisma do Oriente.

O clero dividia-se em: regular, que vivia em comum, segundo as regras das ordens monásticas; e secular, que era o restante, e se compunha de bispos das dioceses, e presbíteros das paróquias rurais.

ORDENS RELIGIOSAS

As ordens monásticas, que não eram contemplativas, mas activas, tiveram larga acção na reconstituição da Europa, quer no campo económico, promovendo o regresso à vida agrícola, que foi melhorada tècnicamente, como as dos Beneditinos e Bernardos, e desenvolvendo a vida industrial e oficinal, criando feiras para auxiliar o comércio; quer no social, melhorando as condições morais e materiais dos trabalhadores, e suas famílias, dignificando a mulher, e realizando uma vasta obra de assistência e cultura; quer no político, impondo a suserania a vários estados, depondo reis que governavam indignamente, moderando as brutalidades e violências dos governantes, criando a trégua de Deus ou suspensão de hostilidades, na Páscoa, entre combatentes, prestigiando o poder dos reis, prègando, como as ordens de Dominicanos e Franciscanos, contra as heresias que desuniam populações e as levavam à guerra civil.

OBRA DE ASSISTÊNCIA E CULTURA

A obra de assistência, criando hospitais, lactários, recolhimentos, asilos, hospícios, leprosarias ou gafarias, distribuindo esmolas, protegendo órfãos, viúvas, oprimidos e desamparados, é das mais brilhantes na acção social; e, ao lado dela, a de cultura, já conservando e difundindo a antiga ciência grecò-latina, já criando, protegendo ou estudando novas ciências, já fundando escolas monásticas e catedrais, seminários e universidades, onde se ensinavam as ciências do tempo, — o trívium

(gramática, retórica e lógica) e o quadrívium (aritmé-

tica, geometria, astronomia e música).

Alberto, o Magno, e Rogério Bacon notabilizaram-se nas ciências; S. Tomás de Aquino na filosofia; Santo António na eloquência; S. Francisco de Assis na caridade.

AS CRUZADAS

As cruzadas foram expedições militares dos cristãos da Europa contra os maometanos, herejes e pagãos, e dividem-se em Cruzadas do Oriente, do Ocidente e do Báltico.

CRUZADAS DO ORIENTE

As do Oriente tiveram por causas a fé e o desejo de libertar os Lugares Santos da Palestina das mãos dos maometanos que perseguiam atrozmente os peregrinos cristãos, o receio pelo avanço dos turcos que ameaçavam a Europa, o desejo dos reis de se verem livres de senhores feudais poderosos e turbulentos, a necessidade de expansão dos senhores e o seu espírito de aventura, o interêsse entusiástico e curioso por tudo o que era novidade, e, ainda, as indulgências espirituais e regalias e privilégios materiais concedidos aos cruzados e suas famílias.

PRIMEIRA E SEGUNDA CRUZADAS

Pedro, o Eremita, prègador da primeira cruzada que o Papa Urbano II aprovou no Concilio de Clermont (1095), onde se exortaram a tal os soberanos cristãos, conduziu para o Oriente, com Gautier Sans-Avoir, um bando de entusiastas, que tinham por distintivo o sinal da cruz, e que, sem disciplina, foi morto pelo caminho e na Ásia Menor. No ano seguinte, partiu a primeira cruzada, que de Constantinopla passou à Ásia, onde conquistou Niceia, Dorileia, Antioquia e Jerusalém, sob

o comando de Godofredo de Bulhão que, com o título de Barão do Santo Sepúlcro, ficou a governar um reino que

erigiram na Palestina e dividiram em feudos.

A segunda cruzada, prègada por S. Bernardo e comandada por Conrado III, da Alemanha, e Luis VII, da França, ajudou a conquistar Lisboa aos mouros, mas não conseguiu tomar Damasco (1148).

TERCEIRA, QUARTA E QUINTA CRUZADAS

O sultão Saladino tomou Jerusalém (1187), e desapareceu o reino cristão da Palestina, o que originou a terceira cruzada, chefiada por Ricardo Coração de Leão, de Inglaterra, Filipe Augusto, de França, e Frederico Barba-Roxa, da Alemanha, que morreu no caminho, depois de derrotar os turcos em Icónio; os cruzados tomaram Chipre e S. João de Acre, tornada capital da

Palestina cristã (1191).

A quarta cruzada, que o Papa Inocêncio III mandou prègar a Foulques de Neuilly, e comandada por Bonifácio de Montferrat, foi por mar para Constantinopla, meteu-se nas discórdias do Império, saqueou a cidade, depôs a dinastia dos Coroménios, elegeu Balduíno, da Flandres, imperador do Império Latino de Constantinopla (1204-1261), dando-se feudos a outros chefes, e, nomeando um patriarca latino para Constantinopla, restabeleceu o catolicismo no Oriente. Estes actos deram o apogeu comercial e marítimo a Veneza, que ficou com parte do império grego.

A quinta cruzada, (1278), chefiada por André, rei

da Hungria, tomou Damieta, no Egito.

SEXTA, SÉTIMA E OITAVA CRUZADAS

A sexta cruzada, comandada por Frederico II, da Alemanha, obteve uma trégua de dez anos e a restituïção de Jerusalém pelo sultão Malek-Kamel, que a retomou quando Frederico retirou para a Europa.

Na sétima cruzada, S. Luis, rei de França, retomou

Damieta, mas foi derrotado em Mansurá e capitulou; reorganizou, depois a oitava cruzada, contra a Tunísia, mas a peste e a fome dizimaram-na, e o rei morreu em Cartago (1270).

CONSEQÜÊNCIAS DAS CRUZADAS

Os objectivos das cruzadas não foram alcançados: os maometanos continuaram na Palestina; todavia, tive-

ram consequências importantes:

Económicas, porque desenvolveram o comércio marítimo, entre o Oriente e Ocidente, e certas indústrias, e as introduziram na Europa, bem como algumas culturas novas (algodão, cana do açúcar);

Políticas, porque criaram sentimentos nacionalistas e europeus, enfraqueceram a nobreza, engrandeceram os Papas, prestigiaram e enriqueceram os reis que se apode-

raram dos feudos dos senhores mortos nas lutas;

Sociais, porque permitiram a emancipação dos servos e tornaram mais suaves as relações entre êles e os senho-

res, expostos aos mesmos perigos;

Intelectuais, porque alargaram os horizontes do pensamento, tanto pelo contacto com Constantinopla, como com os árabes, herdeiros da civilização oriental que legaram a sua cultura aos ocidentais;

Religiosas, porque exaltaram a fé, unindo a cristandade, e desenvolveram as ordens religiosas e militares

dos Hospitalários, Templários, Teutónica, etc.

CRUZADAS DO OCIDENTE

As cruzadas do Ocidente (Península Hispânica), não tiveram o aspecto de exércitos expedicionários: eram, mais, o auxílio individual, de cavaleiros com o seu séquito de homens de armas, prestado aos descendentes dos visigodos, refugiados nas Astúrias, e que, sob a chefia de Pelágio, tinham começado a reconquista da Península aos mouros. Essa reconquista fizera que surgissem diversos centros de resistência e expansão cristã: o reino das

Astúrias-Oviedo-Leão, fundado por Pelágio, de que derivaram os de Castela e Aragão; e o de Navarra, devido

às conquistas de Carlos Magno.

Castela e Leão fundiram-se em 1037, no tempo de Fernando Magno que conquistou Lamego, Viseu, Coimbra, etc. Afonso VI conquistou Toledo, sua capital, e derrotou os mouros em Zalaca.

O CONDADO PORTUCALENSE

No tempo de Afonso VI vieram à península D. Raimundo, de Borgonha, e seu primo D. Henrique, a quem o rei deu em casamento suas filhas D. Urraca e D. Teresa, esta bastarda, tendo dotado o primeiro com o govêrno da Galiza, e o segundo com o dos condados Portucalense e Conimbricense. Por morte de D. Henrique, D. Teresa seguiu uma política tendente à independência dos seus territórios, o que só foi conseguido por seu filho D. Afonso Henriques, no tratado de Samora (1143), fundando-se, assim, o reino de Portugal.

CRUZADA DOS ALBIGENSES

Às cruzadas do Ocidente pertence a dos Albigenses, prègada no tempo do Papa Inocêncio III, por S. Domingos, e chefiada por Simão de Monfort, contra Raimundo de Tolosa e os herejes de Albi, seus protegidos (1208-1226). Deu origem à Inquisição ou tribunal de fé.

CRUZADAS DO BÁLTICO

As cruzadas do Báltico, promovidas pelo Papa Honório III e Frederico II, da Alemanha, foram realizadas pelos cavaleiros Teutónicos contra os prussos e outros povos pagãos das margens do Báltico (Curlanda, Estónia, Livónia) que foram convertidos violentamente ao cristianismo. Delas resultou a formação da Prússia, e doutros estados menos importantes, que foram absorvidos por ela ou pela Polónia e Suécia.

PODER TEMPORAL DO PAPA

O poder temporal do Papa formou-se, inicialmente, com legados pios, herdados dos fieis, e, após a invasão dos lombardos, pelo exercício do poder temporal em Roma, mòrmente com o Papa Gregório Magno, o que permitiu ao Papado a emancipação da soberania bizantina e governar Roma; mas, como os lombardos ameaçassem a integridade do estado pontifício, o Papa foi auxiliado por Pepino, o Breve, e Carlos Magno, que lhe consolidaram o poder.

Mais tarde, Otão, o Grande, germanizou o Papado, cuja influência moral era grande, pela suserania espiritual de Roma em tôda a cristandade, e cuja grandeza territorial abrangia a Itália Central e do Norte (Roma e

o Lácio, Pentápole, e exarcado de Ravena).

Os imperadores alemães, ao investirem os bispos nos feudos, confundiram o poder civil com o religioso, e atribuíram-lhes jurisdição episcopal, o que só o Papa podia fazer. Estes factos não só puseram a Igreja na dependência do poder civil como corromperam o clero que começou a comprar as dignidades (simonia), casar para as transmitir hereditàriamente e levava vida pouco edificante.

LUTAS ENTRE O SACERDÓCIO E O IMPÉRIO

A depravação e o aviltamento do clero impunham a sua regeneração. Quando Henrique IV era imperador da Alemanha, o monge Hildebrando, eleito Papa, com o nome de Gregório VII, no concílio de Roma (1074), condenou a simonia, proibiu o casamento dos padres e tirou aos soberanos o direito de investidura dos bispos. Henrique IV não se importou com esta proibição, e continuou a dar investiduras; o Papa convidou-o a ir a Roma explicar a sua atitude, e o imperador convocou a Assembleia de Wórmia que, iniciando a primeira luta, depôs o Papa. Este excomungou Henrique IV e desligou os seus vassalos dos juramentos de fidelidade e obediência, o que

os levou, na reünião de Tribúria, a guerrear o rei que, por fim, teve de implorar o perdão do Pontífice que, em Canossa, lhe levantou a excomunhão. Regressando à Alemanha, faltou aos compromissos, o que fêz que os senhores o substituíssem por Rodolfo da Suábia, que êle venceu em Volskhein; convocou a Assembleia de Brixen, que depôs Gregório VII, nomeou o anti-Papa Clemente III, e cercou Roma, donde fugiu Gregório VII. levado pelo normando Roberto Guiscard, para Salerno, onde morreu (1085).

Os Papas Urbano II e Pascoal II continuaram a luta contra Henrique IV que, abandonado pelos partidários,

e atacado pelos filhos, morreu exilado em Liège.

A segunda luta foi iniciada por Henrique V, que continuou a política do pai e que chamado pelo partido romano, adversário do Papado, invadiu Roma donde fugiu o Papa Gelásio II, e aí se fêz coroar imperador pelo anti-Papa Gregório VIII, antigo prelado de Coimbra e Braga (1117); mas na dieta ou concordata de Vórmia (1122) renunciou à investidura episcopal, pelo báculo e anel, ficando com a autoridade civil pelo cetro, como soberano temporal.

Esta questão das investiduras separou os poderes

temporal e espiritual, e regenerou a Igreja.

GUELFOS E GIBELINOS

A terceira luta, entre guelfos e gibelinos, teve origens nas ambições ao trono alemão entre a Baviera e a Suábia. O Imperador Frederico Barba-Rôxa ou Barba-Ruiva, depois de vencer Arnaldo de Bréscia, que abolira o poder temporal do Papa, quis impôr à Itália a sua hegemonia, na dieta de Roncálhia, destruindo o poder temporal, mas as cidades italianas revoltaram-se e, auxiliadas pelo Papa Alexandre III, chefe da Liga Lombarda, e pelos Guelfos, iniciaram a luta contra Barba-Rôxa e os Gibelinos que, vencidos na batalha de Lenhano, na trégua de Veneza, confirmada pela paz de Constança

(1183), reconheceram a independência das cidades lom-

bardas e restituíram à Santa Sé as suas terras.

Com a morte do imperador Henrique VI, que era rei das Duas Sicílias, inicia-se a quarta luta, entre os gibelinos e os guelfos que, apoiados pelo Papa Inocêncio III, elegeram Otão de Brunsvique. Este quis restabelecer a soberania germânica na Itália, mas foi excomungado e substituído por Frederico II, que, obrigado pelo Papa a tomar parte na 3.ª cruzada, mais tarde, sustentou uma luta violenta contra o Papa, que expulsou de Roma, e contra a 2.ª Liga Lombarda.

A Inocêncio III, o maior Papa da Idade Média, que elevou a dignidade da Igreja, e submeteu os reis à soberania dos Papas, sucedeu Inocêncio IV que, no concílio de Leão, depôs o imperador, aniquilado na batalha de Parma (1247), e morto pouco depois, o que fêz terminar

a luta.

GRANDE INTERREGNO — BULA DE OURO

A morte de Frederico II provocou o Grande Interregno, durante o qual se fortaleceu o feudalismo alemão, arruïnando-se o absorvente despotismo imperial, e se libertou a Itália da Alemanha, porque os Papas ofereceram o trono das Duas Sicílias a Carlos de Anju que o

conquistou após a batalha de Benavente.

As lutas do Grande Interregno, para a conquista do Império Alemão, terminaram em 1273 com a eleição de Rodolfo de Habsburgo que estabeleceu a paz na Alemanha, conquistou a Boémia e fundou a Casa da Áustria. Mais tarde Carlos IV da Boémia promulgou a Bula de Ouro (1356), pela qual regulou a eleição do Imperador, atribuída a sete eleitores, o que fêz do Império Alemão uma confederação de estados.

GRANDE CISMA DO OCIDENTE

Na França, engrandecida pelas conquistas de Filipe Augusto aos senhores feudais e pela política de Luis IX, que os dominou e criou o Parlamento, subiu ao trono Filipe IV, o Belo, que defendeu a independência política da realeza, ao mesmo tempo que o Papa Bonifácio VIII tentava impôr a supremacia de Roma, abalada pelas lutas anteriores.

Filipe, o Belo, lançou impostos ao clero, contra o que o Papa reclamou. Filipe queimou as bulas pontificias e, sendo excomungado, depôs o Papa e mandou-o raptar por Guilherme Nogaret e Ciarra Colona que injuriaram e maltrataram o Pontífice, sem nada conseguirem. O povo de Roma libertou Bonifácio que morreu de desgôsto.

O Papa Bento XI levantou as excomunhões, e Filipe, o Belo, triunfou, passando a França a influir na eleição dos Papas, o que aconteceu na de Clemente V que se estabeleceu em Avinhão (1309), e que, com o rei de França, extinguiu injustamente a Ordem dos Templários.

Mais tarde, o Papa Gregório IX acabou com êste novo cativeiro da Babilónia, voltando a Roma, onde morreu. Ao eleger novo Papa, o povo exigiu a escôlha dum Papa italiano, e foi eleito Urbano VI (1378), mas os cardiais eleitores, saindo de Roma, declararam a eleição nula, e elegeram Clemente VII que foi viver para Avinhão.

Começou o grande cisma do Ocidente, porque os dois Papas se excomungavam e tratavam como herejes, considerando-se cada um como legítimo. O concílio de Constância (1417) depôs os dois Papas e elegeu Martinho V, e, após o concílio de Basileia (1439), fêz-se a paz na Igreja, voltando Roma a ser sede da cristandade.

Estas lutas, especialmente o Cisma do Ocidente, a obra dos legistas que levava à emancipação dos reis da suserania dos pontífices, e a eleição de Papas indignos enfraqueceram o Papado, contra a supremacia do qual reagiram vários soberanos, e aniquilaram as pretensões teocráticas dos Pontífices, que tiveram o seu apogeu com Inocêncio III.

MOVIMENTO COMUNAL — CORPORAÇÕES

O povo das grandes cidades começou a lutar contra o domínio dos senhores feudais, conseguindo, por insurreição, compra ou doação, obter privilégios e imunidades, formando, assim, a comuna ou concelho. Esta, cujos direitos estavam garantidos pela carta comunal ou foral, passava a ter administração própria e autónoma, elegendo os seus magistrados — cônsules, juízes, almotacés, etc., — formando o seu exército e exercendo jurisdição municipal.

Este movimento comunal, baseado nas tradições do município romano, e protegido pelos soberanos que desejavam abater a nobreza feudal, iniciou-se nas cidades italianas enriquecidas pelo desenvolvimento comercial

das cruzadas, e dai passou a tôda a Europa.

A população concelhia agremiou-se em corporações profissionais ou guildes, com hierarquia própria, de aprendizes, companheiros ou operários, mestres, jurados ou síndicos, que regularizavam o trabalho e a concorrência, e elevaram o nível de vida do operário, criando o terceiro estado, ou burguesia.

REPÚBLICAS ITALIANAS

Na Itália as comunas constituíram-se em repúblicas. com existência política, mas, em breve, aventureiros, condottieri, assaltaram o poder e governaram tirânicamente, convertendo-as em principados. As mais importantes foram:

Florença, onde os Médicis se distinguiram pela protecção às artes e letras, especialmente Lourenço, o Ma-

gnifico;

Génova, rival de Veneza, mais tarde incorporada no

ducado de Milão;

Veneza, que formou uma república aristocrática, governada pelo doge (duque), pelo Conselho dos Dez e pelo Senado, formado pelos inscritos no Livro de Ouro; Milão, governado pelos Visconti e Sforza, etc.

Na Suiça, as comunas constituíram-se em cantões que se federaram (1291) e que, com Guilherme Tell, começam a libertar-se da suserania austríaca, o que conseguem após longa luta, tendo também de resistir contra a absorção borgonhesa e francesa, o que fizeram, sempre, sob o regime republicano; na França, os reis protegeram-nas; na Península Ibérica, foram motivadas pela reconquista cristã, e obtiveram forais e cartas de fôro em Portugal, cartas de pueblo ou fueros em Espanha; no Báltico, formaram ligas ou hansas de grande importância comercial.

ORIGENS DA INGLATERRA

No tempo de Honório, a Bretanha foi abandonada pelos romanos (407) e invadida pelos anglos e saxões, o que levou parte dos bretões a emigrar para a Armórica, na França, enquanto outros eram repelidos para a Escócia e o País de Gales.

Os invasores formaram sete reinos (heptarquia), que Egberto uniu, tornando-se rei dos ingleses (857); após Alfredo, o Grande (901), os normandos de Canuto, da Dinamarca, dominaram a Inglaterra (1014), que restaurou, depois, a dinastia Saxónica com Eduardo, o Confessor (1042).

A CONQUISTA DA INGLATERRA

Guilherme, o Conquistador, duque da Normandia, apoderou-se da Inglaterra depois de derrotar Haroldo na batalha de Hastings (1066); confiscou as terras aos vencidos, fêz o cadastro da propriedade, inscrita no Daomsday-book, instituiu o regime feudal e introduziu a língua francesa.

Como os reis de Inglaterra, na qualidade de duques da Normandia, eram vassalos dos reis de França, em 1154, com *Henrique II*, conquistador da Irlanda, começou a dinastia dos *Plantagenetas*, que pretendeu liber-

tar-se dessa vassalagem. Por morte de Ricardo Coração de Leão, que combatera Filipe Augusto, de França, o trono foi usurpado por seu irmão João Sem Terra, pelo que Filipe Augusto se apoderou dos feudos ingleses na França; João Sem Terra guerreou esta nação, mas foi derrotado em Bouvines (1214).

MAGNA CARTA — PARLAMENTO

Os barões ingleses aproveitaram o ensejo para obrigar o rei a outorgar a Magna Carta (1215) que, limitando os poderes do rei, foi a base das liberdades inglesas, determinando que os impostos seriam lançados por uma assembléia nacional, e que nenhum homem livre poderia ser preso sem julgamento (habeas corpus). A política de Henrique III levou os barões a exigirem do rei as Provisões ou Estatutos de Oxónia (Oxford) (1258), que confirmaram e completaram a Magna Carta, e criaram o Parlamento com representação do povo das cidades e pequena nobreza, o qual discutiria os negócios públicos e nomearia os grandes funcionários da coroa.

O Parlamento dividiu-se nas Câmaras dos Lords (bispos e alta nobreza) e dos Comuns (burgueses e pequena nobreza). Assim se enfraqueceu o poder real da

Inglaterra.

GUERRA DOS CEM ANOS

A rivalidade entre a França e a Inglaterra, depois da conquista desta pelos normandos, o desejo que os reis ingleses tinham de readquirir os seus antigos feudos na França e a repugnância que tinham em prestar vassalagem aos reis de França, de quem eram vassalos pelos ducados da Normandia e Guiana, a pretensão de Eduardo III de Inglaterra ao trono francês, por morte de Carlos IV, foram causas políticas duma guerra entre os dois países — a Guerra dos Cem Anos — às quais se juntaram, como causas económicas, os tumultos das cidades industriais da Flandres, em crise, porque a In-

glaterra, principal fornecedora de las para fiação, proïbira as exportações, como represália pelo tratamento que Filipe VI, rei de França, escolhido contra Eduardo de Inglaterra, dera aos ingleses da Flandres.

PRIMEIRO PERÍODO

Eduardo III venceu os franceses na batalha naval de Eclusa (1337), invadiu a Normandia, venceu os franceses em Crécy, e tomou Calais. João II. de França, feito prisioneiro, na batalha de Poitiers, conseguiu a liberdade com o tratado de Bretigni (1360) que cedeu aos franceses a Aquitânia. Nesta fase os Plantagenetas libertaram as suas possessões continentais da suserania francesa.

No reinado de Carlos V de França (1364-80), que dominou a agitação e a desordem no seu país, o general Beltrão Duguesclin reconquistou as terras perdidas, excepto Calais, Bresta, Bordeus e Baiona, e, com Henrique Transtâmara, usurpador do trono de Castela, atacou D. Fernando I, de Portugal, pretendente ao trono castelhano e aliado da Inglaterra (1372).

SEGUNDO PERÍODO

Seguidamente (1380), a Inglaterra entrou num período de lutas internas que terminaram com o rei Henrique V (1413). No entanto, na França, travaram-se também lutas internas durante o reinado de Carlos VI, que enlouquecera.

Henrique V, aliado com Filipe, o Bom, duque de Borgonha, reconquistou a Normandia, vencendo os franceses em Azincourt (1415), e conseguiu de Carlos VI o trono francês pelo Tratado de Troyes (1420).

TERCEIRO PERÍODO

Algumas provincias do centro reconheceram como rei Carlos VII, o rei de Bourges, nome da sua capital, e que, quando os ingleses cercavam Orleães (1428), foi

auxiliado pela gloriosa pastora Joana d'Arc, que, dizendo-se inspirada por Deus, fêz levantar o cêrco e conseguiu despertar o nacionalismo francês; com Richmond e Dunois derrotou várias vezes os invasores e fêz coroar o rei em Reims. Prisioneira dos burguinhões, em Compienha, foi vendida aos ingleses que a queimaram como feiticeira (1431). Carlos VII continuou a guerra, expulsando os ingleses de tôda a França (1453), excepto de Calais.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA DOS CEM ANOS

As consequências da Guerra dos Cem Anos foram o progresso do Parlamento da Inglaterra e esta, perdendo os feudos franceses, desenvolveu-se náutica, mercantil e industrialmente; o aumento do poder real na França que se unifica, e na qual se arruínou o feudalismo, engrandeceu a burguesia, surgiu um nacionalismo patriótico, devido a Joana d'Arc, e se formou um exército permanente.

O desprestígio do rei inglês Henrique VI de Lencastre, que deixou perder os domínios da França, fêz com que Ricardo de York o destronasse, o que deu origem à guerra das Duas Rosas (1455), longa guerra civil da qual resultou o aniquilamento da nobreza, o engrandecimento da classe média e a subida ao trono, com Henrique

VII, da dinastia Tudor (1485).

OS GRANDES INVENTOS E AS CONSEQUÊNCIAS

Durante a Idade Média a cultura não esteve estacio-

nária, aparecendo grandes invenções, como:

A da pólvora, devida, talvez, a Rogério Bacon, que originou as armas de fogo e fêz mudar a tática de guerra até então usada, dando superioridade militar aos europeus. A da bússola, conhecida dos chineses e árabes, mas aperfeiçoada por Flávio Gioia, e que facilitou a navegação no mar alto e de noite, bem como a facilitaram a balestilha e o astrolábio. A do papel, que substituiu os caros pergaminhos e papiros, facilitou não só os manuscritos, mas também a imprensa, descoberta por Guttemberg, de Mogúncia, colaborado por Fausto e Schoeffer, com a qual se divulgaram e baratearam as obras literárias e científicas, aumentando o nível cultural da humanidade,

Desenvolveram-se as Belas-Artes (arquitectura, pintura e escultura), dominadas pelos estilos românico e gótico, construindo-se notáveis templos.

AS AMEAÇAS ORIENTAIS

Um povo asiático, os mongóis, no século XIII, depois de conquistar a China e a Ásia do Norte, sob a chefia de Gengiscão (1210), e depois de Tamerlão, formando a Horda de Ouro, invadiu a Rússia e a Europa Oriental: repelidos para o Oriente, conservaram o domínio da Rússia que se agrupara em tôrno de Moscóvia para os expulsar sob a chefia de Ivan o Grande (1328).

Os turcos, originários do Turquestão, depois de fundarem o estado de Dorileia (1288), na Ásia Menor, converteram-se ao islamismo, e conquistaram grande parte do norte dos Balcans, derrotando a cruzada de João Sem Mêdo, da Borgonha, em Nicópolis (1396), e os húngaros, em Varna (1444). Em 1452, comandados por Maomé II, invadiram o Império Bizantino, e cercaram Constantinopla que se rendeu após heróica defesa (1453); a cidade foi saqueada, os habitantes reduzidos à escravidão e a igreja de Santa Sofia transformada em mesquita. Todavia, tornou-se capital do Império Turco, que se expandiu na Europa Ocidental, Pérsia, e Norte de África.

Considera-se êste acontacimento como fim da Idade Média e início da Idade Moderna.

RESUMO DOS PERÍODOS ANTERIORES

Saindo das *Idades Pré-histórica*, da *Pedra* e dos *Metais*, os povos do Mediterrâneo e afins (*Egipcios*,

Assirios e Caldeus, Fenícios, Hebreus e Persas) criaram importantes civilizações na Idade Antiga que vieram a consubstanciar-se e a florescer na Grécia, originando o helenismo, notável sobretudo no Século de Péricles, em Atenas, e que, pelas conquistas de Alexandre Magno, foi uma barreira à influência das civilizações asiáticas na

Europa.

Roma, herdeira da civilização grega, depois de vencer Cartago, cria um largo império, da Península Ibérica aos Mares Negro e Vermelho, da Escócia aos desertos do Saará e da Arábia, e, vendo florescer a sua cultura protegida por Mecenas, no século do imperador Augusto, aceita a religião que Jesus Cristo prègara na Palestina — o cristianismo — e, graças a ela, salva-se a herança moral e espiritual das civilizações antigas, quando o Império Romano cai, atacado pelos bárbaros germânicos.

Estes, com a queda do Império do Ocidente, em 476, iniciam a Idade Média, instituindo o feudalismo, durante a vigência do qual a Igreja realiza larga obra de acção espiritual, moral e cultural, e consolida-se o poder temporal dos Papas que exercem hegemonia sôbre tôda a cristandade, embora a ambição dos imperadores germa-

nicos a conteste.

Os árabes, detentores duma brilhante civilização, promovem guerras religiosas e, propagando o islamismo, invadem a Europa; contra êles promovem-se as Cruzadas.

Os normandos devastam o litoral europeu, e os turcos assaltam o império bizantino; as autarquias locais, do govêrno popular — como que feudos do povo — iniciam o movimento comunal, de importância económica e política, sendo o germe da burguesia.

A acção natural dos ambientes geográficos sôbre as raças, as lutas entre diversos povos, dando coesão moral e material a alguns dêles, o aparecimento de chefes que souberam realizar as aspirações colectivas, o condicionamento das circunstâncias várias, especialmente económicas e sociais, promoveram o aparecimento das nacionalidades, algumas já grandes e com notável vida política, como a Inglaterra com a sua Magna Carta, Portugal, a França, os Países Baixos, a Áustria, a Suécia; outras embrionárias, como Castela, a Prússia, os estados Italianos, a Moscóvia, etc.

Entre a França e a Inglaterra travou-se a Guerra dos

Cem Anos, em que se distinguiu Joana d'Arc.

No entanto, desde que se pacificaram os povos, as ciências, refugiadas nos conventos isolados dos tumultos e agitações da época, difundem-se, e surgem notáveis e grandes invenções que transformaram por completo a face do mundo, originando factos novos, que vão dar origem à Idade Moderna, iniciada com os descobrimentos marítimos dos portugueses (1418), ou com a Tomada de Constantinopla pelos turcos (1453), e termina ao começar a Revolução Francesa (1789) e a Idade contemporânea que data desta Revolução e se prolonga até à actualidade.

Idade Moderna

CARACTERES GERAIS

Este período apresenta as seguintes características: 1.ª Politicamente — Desaparece o feudalismo e o poder centraliza-se na mão dos reis que se tornam absolutistas, pela sua unificação, e formam-se grandes estados; para evitar a hegemonia duma nação travam-se guerras de equilibrio, para as quais se formam exércitos permanentes. Começa o povoamento, por europeus, das terras descobertas, e formam-se estados coloniais.

2.ª Religiosamente — Desaparece a unidade católica sob a hegemonia espiritual do Papa: a Reforma separa da Igreja os povos germânicos; travam-se lutas religio-

sas e organiza-se a Contra-Reforma.

3.ª Intelectualmente — As belas artes e as belasletras rejuvenescem pela obra do Renascimento, e as ciências desenvolvem-se extraordiàriamente, estudadas com métodos novos.

4.ª Econòmicamente — À agricultura, engrandecida com novas culturas trazidas dos terras descobertas, associam-se a riqueza comercial dos produtos colonias e a financeira, do aumento do ouro e da prata, que fonentam as indústrias.

CENTRALIZAÇÃO DO PODER REAL.

Combatendo o feudalismo e as comunas, os res concentram nas suas mãos o poder político, até aí exercido pelos senhores feudais ou pelos municípios e omunas populares e burguesas, e apoderam-se dos domírios feudais, criando a unidade política e geográfica dos Estados, até aí repartidos pelos nobres.

EM FRANÇA

Na França, Luís XI (1461) começou a restringir os privilégios da Nobreza, que reage, formando a Liga do Bem Público, auxiliada por Carlos, o Temerário, duque de Borgonha; Luís XI triunfa dos nobres e, aliado aos suíços, alemães e lorenos, nas batalhas de Granson, Morat e Nanci, vence Carlos, o Temerário, que morreu nesta última (1477), pelo que o monarca francês anexou a Borgonha e a Picardia, ficando a Áustria com os restantes domínios de Carlos, o Temerário.

Luís XI, anexou ainda o Anjú e a Provença, desenvolveu o comércio e a indústria da França, que deixou engrandecida e unificada, e com a nobreza abatida.

NA ALEMANHA

Na Alemanha, após a morte de Filipe II (1250), começou um período de lutas — o Grande Interregno em que se fortalecem os senhores feudais, muitos dos quais passam a viver da rapina (burgraves ou cavaleiros bandidos), até que, em 1273, foi eleito imperador Rodolfo de Habsburgo, da Suíça, que formou a Casa de Austria, à qual passaram a pertencer os imperadores, e que pacificou a Alemanha. A eleição do imperador passou a ser regularizada pela Bula de Ouro (1356), de Carlos IV. da Boémia, que, estabelecendo só sete eleitores (os arcebispos de Colónia, Mogúncia e Treves, o rei da Boémia, o margrave do Brandeburgo, o duque da Saxónia e o Conde Palatino do Reno), transformou o Império Germânico numa confederação de estados, presidida pelo Imperador, e o libertou do domínio pontifício. Por uma política de casamentos, a Casa de Austria consegue reinar nos estados mais importantes e engrandecer os seus domínios, e Maximiliano I (1486) procurou realizar a centralização do poder, acabando com as lutas feudais pela Paz Perpétua, e pela organização da Câmara Imperial de Justiça, dos Conselhos Aulico e Imperial, e

do Exército Imperial, e outras reformas administrativas e financeiras.

Por morte de Maximiliano I foi eleito imperador Carlos V, de Espanha; o império de Carlos V era extensíssimo, compreendendo, além da Alemanha e Áustria, os Países Baixos, a Flandres, o Artois e o Franco-Condado, o reino de Milão, na Itália, a Espanha e os seus domínios coloniais, dizendo-se, até, que, neles, nunca o sol se punha. Depois de aprisionar Francisco I, de França, na Batalha de Pavia, e de vencer os franceses e turcos, Carlos V conseguiu afirmar a hegemonia austro-alemã, na Itália, em detrimento da francesa.

Em 1556 Carlos V abdica, e professa num convento, desmembra o seu império, legando a seu irmão Fernando I os antigos domínios da Casa de Áustria, fá-lo eleger imperador; e a seu filho Filipe II, legou a Espanha e colónias, Milão, as Duas Sicílias, os Países Baixos e o Franco-Condado, que Filipe II engrandeceu com a conquista de Portugal (1580) e colónias.

NA ESPANHA

Em Espanha, o casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela unira êste reino àquêle, em detrimento das pretensões de D. Afonso V, de Portugal, pretendente ao trono castelhano, vencido na batalha de Toro (1476); Fernando e Isabel, os Reis Católicos, realizaram a centralização do poder, e unificaram a Espanha, geográfica, política e religiosamente, já pela introdução da Inquisição, no tempo do Papa Sixto IV, dirigida por Torquemada, tribunal dos delitos contra a fé, como apostasias, heresias, sacrilégios, magia, mas que, ao serviço do poder central, se tornou um odioso instrumento político, já pelas Côrtes de Toledo, em que se castigaram os excessos dos nobres, se extinguiram os fueros das comunas e as jurisdições dos senhores, e por estas medidas se impôs a autoridade real, centralizadora de todos os poderes; já pela expulsão dos judeus e mouros, causas de perturbação religiosa e social, que a Inquisição não conseguiu converter em absoluto; já pela conquista de Granada, último domínio mouro em Espanha, cujo rei, Boabdil, se rendeu (1492), e, ainda, pela de Navarra, em 1515.

A centralização em Espanha tornou o poder central

demasiadamente autoritário e opressivo.

EM PORTUGAL

Em Portugal, onde D. Afonso II dominara as tentativas feudais das Infantas, suas irmãs, e D. João I as restringira com a Lei Mental, foi D. João II quem realizou a obra mais importante da centralização, já pelas Côrtes de Évora (1481), em que substituiu a jurisdição dos senhores pela do rei e anulou doações dos reis anteriores, promulgando outras medidas que abateram a nobreza; já pela morte dos principais representantes da alta nobreza, como os duques de Bragança e Viseu, e o arcebispo de Évora, autores de conspirações contra D. João II que morreu, talvez, envenenado (1495).

OS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS

Os descobrimentos marítimos, iniciados pelos portu-

gueses, tiveram as seguintes causas:

1.ª O interêsse suscitado por viagens marítimas e terrestres da Idade Média, como as dos normandos, italianos, maiorquinos, em especial a de Marco Polo, que deu a conhecer o Extremo-Oriente, alargando o horizonte geográfico; êste interêsse foi provocado em Portugal pelo Infante D. Pedro, o das Sete Partidas, duque de Coimbra, que, viajando pelo Mediterrâneo Oriental, compilou muitas notícias e informações;

2.º O desejo de cristianizar os povos infieis e pagãos e de ligar à Igreja os supostos fiéis lá existentes, no fa-

moso e lendário reino do Prestes João;

3. A necessidade de expansão de Portugal, cuja

nobreza de espada, inactiva após a paz de Ayton, podia ser causa de turbulências internas;

4.ª A vantagem do estabelecimento de novas vias comerciais com o rico Oriente, que evitassem os trans-tornos e dificuldades que encareciam os produtos;

5.ª O progresso das ciências náuticas, devido aos instrumentos inventados na Idade-Média, que permitiam resolver os problemas da orientação no mar alto;

6.ª As condições favoráveis e permissivas de Portugal, geogràficamente bem situado, com marinha próspera e florescente; o espírito de aventura da população de então, e o espírito de iniciativa e acção do Iníante D. Henrique, filho de D. João I, e de D. Filipa de Lencastre, animado por seu irmão, o infante D. Pedro, duque de Coimbra.

PORTUGAL — O INFANTE D. HENRIQUE

Portugal pelas suas condições favoráveis exerceu uma acção preponderante: o Infante D. Henrique, funda a Terça Naval de Sagres, escola náutica e cartográfica, onde trabalhou Jácome de Maiorca, e manda à descoberta pelo Atlântico navios que descobrem a Ilha da Madeira, os Açôres, e ilhas e costa de África, ao Sul do Bojador, que era o limite do mundo conhecido, até o Gôlfo da Guiné.

D. João II sucede a D. Afonso V que, não descurando os descobrimentos, preferira a conquista de Marrocos; e, formando uma Junta de Matemáticos, renova a obra dos descobrimentos, no sentido de se atingirem as Índias por todos os caminhos possíveis por mar, e por terra, já torneando a Europa por N E (Martim Lopes, na Nova Zembla), já prosseguindo para Oeste (descobrimentos da Terra Nova, Labrador, Gronelanda, das Antilhas — Duarte Pacheco — e da América do Sul), já contornando a África (Diogo Cão, Bartolomeu Dias), já atravessando-a pelo deserto ou pela floresta tropical.

Os obstáculos encontrados levam-no a preferir o pé-

riplo africano, cujas possibilidades lhe são garantidas por Bartolomeu Dias, que dobra a ponta Sul da África, e por Pero da Covilhã que, tendo ido à Índia e África Oriental, lhe relata as possibilidades de atingir a Índia por mar. A morte de D. João II impede-o de promover a viagem à Índia, que mandara preparar; e é D. Manuel I. seu sucessor, quem a manda realizar por Vasco da Gama que, partindo de Lisboa em 1497, atinge Calicut em 1498, regressando a Lisboa em 1499.

CRISTÓVÃO COLOMBO

O despeito de Cristóvão Colombo, que depois de praticar na marinha portuguesa se oferecera a D. João II para ir à Índia por Oeste, e vira recusada a oferta, levou-o a fazer idêntica oferta à Espanha que, por emulação e ambição, aceita os serviços de Colombo; por isso, êste, em 1492, navega em navios espanhóis para Oeste, atingindo ilhas e terra firme que supôs serem a Índia, sendo decretados castigos para quem dissesse o contrário.

TRATADO DE TORDESILHAS

D. João II, reivindicou as terras descobertas por Colombo, do que resultou o Tratado de Tordesilhas (1494), que atribuiu a Portugal as terras do Oriente dum meridiano situado a 370 léguas a Oeste das ilhas de Cabo Verde, e a Espanha as situadas a Ocidente. Por êste tratado parece que D. João II desejava salvaguardar para Portugal as terras da América descobertas por portugueses (Brasil, Terra Nova e Labrador), não se conseguindo o seu intento, quanto a estas, por se suporem as dimensões da terra inferiores às que realmente tem.

COLONIZAÇÃO DA AMÉRICA

Os espanhóis descobriram e conquistaram a América Central, o Sul da América do Norte, da Flórida à Califórnia, o Norte da América do Sul e as regiões andina e platina, onde, depois de destruírem os Impérios dos Azteques do México, por Fernando Cortez, e dos Incas do Perú por Pizarro e Almagro, iniciam a colonização, fundando muitas cidades e dominando e explorando os

nativos, por vezes cruelmente.

No tempo de D. Manuel I, de Portugal, em 1500, Pedro Álvares Cabral procedeu ao reconhecimento oficial do Brasil, parece que já conhecido em tempo de D. João II, estabelecendo a soberania portuguesa nesse território; e no mesmo reinado e nos seguintes prosseguem os descobrimentos dos portugueses que percorrem a costa oriental da África, os recantos e ilhas do Índico, alcançam o Sião, o Pegú, a China, o Japão e as ilhas da Indonésia, Samatra, Bornéu, Java, Nova Guiné, Malucas, Celebes, e a Austrália, e realizam, também, por terra, notáveis viagens de exploração da África, Arábia, Índia, Tibete, etc.

COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

A colonização portuguesa, geralmente de dominio político, exploração comercial e acção religiosa, não teve aspectos de crueldade, pelo contrário. Nela se distinguiram D. Francisco de Almeida que, na Índia, quis sômente exercer o domínio náutico, e Afonso de Albuquerque que procurou formar um império territorial, com a ocupação dos principais centros de comércio e da fusão da raça lusitana com as indígenas; Martim Afonso de Sousa e Tomé de Sousa, que promoveram a colonização do Brasil, que dividem em capitanias.

Entre os missionários, S. Francisco Xavier e S. João de Brito, na Ásia, e José de Anchieta, no Brasil, merecem

especial menção.

Só a vocação colonial dos portugueses, a delicada colaboração de todos, a inteireza e autoridade moral dos dirigentes explicam a constituição em tão pouco tempo de tão possante e vasto Império por um país sem grandes recursos de homens e de dinheiro.

CONTENDA DAS MALUCAS

Os limites da acção de descobrimentos dos portuqueses e espanhóis, determinados em Tordesilhas, eram contestados na Indonésia, onde uns e outros reivindicavam as ilhas Malucas, ricas em especiarias. Daqui resultou que Fernão de Magalhães, despeitado, com razão, pela ingratidão de D. Manuel I, atraiçoou Portugal e, acompanhado pelos irmãos Faleiros, colocou-se ao serviço da Espanha, para demonstrar que as Malucas lhe pertenciam, realizando com êsse fim uma expedição que, descobrindo passagem do Atlântico para o Pacífico, pelo estreito, hoje, de Magalhães, atravessou êste Oceano, indo aproar às Filipinas, onde Magalhães foi morto em luta com os indígenas. Sebastião del-Cano, sucedendo a Magalhães e prosseguindo para Oeste, consegue chegar a Espanha, realizando a l.ª viagem de circunnavegação, que, se não alcançou o fim em vista, demonstrou a esfericidade da terra e afirmou o triunfo da ciência náutica portuguesa, utilizada por Magalhães.

CONSEQUÊNCIAS DOS DESCOBRIMENTOS

As consequências dos descobrimentos foram:

1.ª Politicamente, deram a Portugal e Espanha vastos domínios; iniciaram a era da expansão e colonização política; engrandeceram o poder central e o presti-

gio da civilização Europeia;

2.ª Econòmicamente — desenvolve-se o comércio marítimo, cujo eixo passa a ser o Atlântico; surgem novas culturas (milho, batata) e novas mercadorias (café, chá, cacau, etc.), e abundam os produtos orientais a preços mais favoráveis; aumenta a difusão do ouro e prata, que desenvolve o capitalismo, surgem indústrias, diminui a importância da riqueza imobiliária;

3.ª Socialmente — as classes populares enriquecem e, até, se enobrecem; desaparecem os últimos vestígios do

feudalismo, e muitos povos bárbaros e selvagens recebem a civilização europeia.

4.ª Religiosamente — entram para a cristandade muitos fieis, que usufruem os benefícios morais e mate-

riais da Igreja que os protege, os ampara e os educa.

5.ª Cientificamente — desenvolvem-se e ampliam-se os conhecimentos geográficos, botânicos, zoológicos, mineralógicos, médicos, farmacêuticos, filológicos, etnológicos, etnográficos, históricos, sociológicos, etc., e rectificam-se muitos erros anteriormente cometidos no fôro científico.

6.ª Literàriamente — servem de tema e inspiração a obras literárias, já de epopeia (Os Lusiadas, etc.), já de outros géneros literários, como descrições de viagens e naufrágios, romances, história colonial, etc.; permitem a difusão das línguas europeias e a adopção de novos ter-

mos exóticos nos idiomas clássicos.

7.ª Artisticamente — embora pouca influência tenham, geram um estilo arquitectónico característico (manuelino em Portugal, plateresco na Espanha), e do contacto com a escultura, pintura, música e indústrias artísticas de certos povos cultos, como os da Arábia, Pérsia, Índia, China e Japão, resultam novas técnicas e novas concepções e influências nas obras artísticas duns e doutros.

O RENASCIMENTO: SUAS CAUSAS

O Renascimento ou Renascença foi um movimento artístico, literário e científico, difundido no século XVI por quási tôda a Europa e que consistiu, no regresso às idéias, temas e moldes da cultura clássica grecò-latina, em substituïção da cultura medieval.

As suas causas foram:

1.º O estudo das obras primas latinas, que, na Idade Média, se fizera em mosteiros isolados, passando, depois, para as Universidades, e gregas, conhecidas por intermédio dos árabes, e o estudo destas duas línguas.

2.ª A descoberta de monumentos e documentos grecò-latinos e o conhecimento de outros, trazidos pelos sábios e eruditos bizantinos, fugidos para Roma, quando da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos.

3.º A difusão dos documentos e obras primas referidas, por meio da imprensa, o que suscitou o interêsse intelectual de muitos estudiosos, despertando vocações.

4. A ambição e vaidade de muitos soberanos que, para deixarem nome aos vindouros, protegeram literatos, que os enalteceram ou cantaram, e artistas que lhes reproduziram as efígies ou lhes dedicaram obras de arte.

Os eruditos entusiastas do classicismo literário são os humanistas, que se dedicam ao estudo do espírito e

a actividades humanas.

O RENASCIMENTO NOS VÁRIOS PAÍSES

O Renascimento pode dizer-se que teve o seu início na Itália, onde Lourenço de Médicis, o Magnífico, em Florença, e os Papas Júlio II e Leão X, em Roma, e os soberanos de outros estados protegeram o movimento que atingiu notável esplendor, distinguindo-se, — nas artes, os arquitectos Brunelesco e Bramante, os escultores Nicolau de Pisa e Donatelo, e os pintores Ticiano, Tintoreto, Gioto; e os geniais Leonardo de Vinci, Rafael Sânzio e o grande Miguel Ângelo, que foi, também, escultor e arquitecto notável; — nas letras, os escritores Dante, Petrarca, Bocácio, Lourenço Valla, Sanazaro, Aretino, Bembo, Ariosto e Maquiavel, que foram grandes humanistas: — nas ciências, os matemáticos Cardan e Paccioli, o astrónomo Copérnico, e outros que desenvolveram a química, a medicina, e a história natural.

Erasmo de Roterdão propagou o Renascimento para fora da Itália, e na Holanda distinguem-se os pintores Van Eych; na Alemanha, os humanistas Melanchton e Agricola e o pintor Dürer; na França, os humanistas Rabelais e Montaigne; na Inglaterra, os escritores Sha-

kspeare, Marlow, Bacon; na Espanha, Cervantes, Lopes de Vega, Calderon, Juan de Mena e Garcilasso.

O RENASCIMENTO EM PORTUGAL

Em Portugal, o Renascimento foi preparado pela influência de eruditos italianos que para cá vieram no tempo de Afonso V e D. João II, e pela obra dos legistas que se dedicaram ao estudo do direito romano; a protecção de D. João III às letras, enviando bolseiros ao estrangeiro, e chamando estrangeiros a Portugal, muito contribuíu para o esplendor lusitano do Renascimento, cuja introdução entre nós se deve a Sá de Miranda, notável poeta, como o foram Luís de Camões, e António Ferreira; distinguiram-se, também, os historiadores João de Barros, Damião de Góis, Diogo do Couto e Fernão Lopes Castanheda; os filósofos e moralistas Heitor Pinto e Amador Arrais; Fernão Mendes Pinto, escritor de viagens; Jerónimo Osório, etc.

Ainda nas letras se distinguiram Jerónimo Cardoso e Diogo de Teive e, no estrangeiro, Pedro Margalho e

os irmãos Gouveias.

Nas artes, notabilizaram-se os pintores Nuno Gonçalves, Vasco Fernandes e Fr. Carlos; os escultores Tomé Pires, João de Ruão; os músicos Tristão da Silva,

Manuel Cardoso e Manuel Mendes.

Nas ciências, revelam-se os médicos Cristóvão da Costa, Garcia Lopes, Rodrigues de Castro e António Luís; os naturalistas Tomé Pires, Amato Lusitano, Garcia da Orta e Pedro de Magalhães Gandavo; os matemáticos José Vizinho, Fr. Nicolau Coelho e o célebre Pedro Nunes, Abraão Zacuto e os nautas Fernão de Magalhães, D. João de Castro, Rui Faleiro.

Gil Vicente, o genial comediógrafo popular, não é um renascentista, pois buscou nos elementos nacionais da sociedade coetânea os seus motivos; mas foi por esta época que se notabilizou, fundando o teatro português.

A REFORMA: SUAS CAUSAS

A Reforma foi a revolução religiosa que, no século XVI, separou da unidade cristã os povos germânicos.

As causas do movimento reformista foram:

1. Políticas: — a acção dos legistas que, estabelecendo a centralização do poder, afastavam dêle a Igreja e combatiam o poder temporal do Papa; e, a reacção do espírito individualista dos povos germânicos contra a autocracia dos imperadores de origem românica.

2.º Sociais: — o desejo dos príncipes e senhores alemães de se locupletarem com as riquezas da Igreja; a crítica e o comentário dos humanistas e filósofos que censu-

ravam o ritualismo da Igreja e abalavam a fé.

3.ª Religiosas: — a corrupção moral do clero, que praticava a simonia e se dedicava a especulações comerciais; a vida de ostentação de alguns prelados, o luxo dos ritos e da liturgia, conseqüência do Renascimento, considerados como paganização; a rivalidade entre o clero secular e regular — tudo isso solicitando regeneração, que os reformistas realizaram, alterando os dogmas, o culto, a jerarquia, e negando a autoridade do Papa.

As causas ocasionais e imediatas da Reforma varia-

ram com os países onde eclodiu.

MARTINHO LUTERO — MELANCHTON

Na Alemanha, Martinho Lutero, monge agostinho, ataca e contesta a prègação das Indulgências pelos dominicanos (1517), e começa a afirmar idéias contrárias à fé católica, pelo que Leão X o excomunga; Lutero queima a bula da excomunhão e apela para um concílio que Carlos V manda reünir em Wormia, para terminar com esta questão.

Aí, Lutero não se retrata e é condenado, mas Frederico da Saxónia salvou-o, e começa a propaganda luterana, auxiliado pelos príncipes, que se apossam dos bens da Igreja. Reünem-se as dietas de Nuremberga e Espira,

onde os reformistas protestam contra as restrições de Carlos V ao seu culto, pelo que lhes chamam protestantes, e de Ausburgo, em que Melanchton apresenta a

confissão de fé dos protestantes.

A questão entre católicos e protestantes termina por uma luta entre Carlos V e a Liga de Smalkalde, de principes protestantes, que, depois de derrotarem o Imperador, conseguem, pela Paz de Ausburgo (1555), liberdade de consciência e direitos iguais aos dos católicos. Depois o luteranismo invade os países escandinavos.

CALVINO

Francisco I, de França, tendo feito uma concordata com Leão V, proíbe a propaganda reformista de Calvino que, perseguido, se refugiou em Basileia e, depois, em Genebra (1536), onde reforma e dirige a República, e onde prega as suas doutrinas, mais radicais e intolerantes do que as luteranas. O calvinismo difundiu-se na Suíça, Polónia, Hungria, Holanda e França, e, com algumas alterações, introduzidas por João Knox, deu o presbiterianismo da Escócia (1555).

WYCLEF — HENRIQUE VIII

No século XIV, Wyclef perturbara a religião inglesa que, no entanto, ante o luteranismo, Henrique VIII conservava fiel a Roma; mas, como o Papa não quisesse anular-lhe o seu casamento com Catarina de Aragão, para poder casar com Ana Bolena, declarou-se chefe supremo da Igreja Inglesa (1531), aboliu a autoridade do Papa, confiscou os bens da Igreja e, assim, originou o anglicanismo, perseguindo católicos e protestantes. Sua filha Maria Tudor, a Sanguinária ou Sangrenta, casada com Filipe II, favoreceu o catolicismo, perseguindo os protestantes, mas foi decapitada por sua irmã e sucessora — Isabel, que fixou a liturgia anglicana, imitando a organização romana (1559).

Os reformistas ou protestantes, permitindo a inter-

pretação individual da Bíblia, em breve se dividiram em numerosas seitas ou igrejas, de carácter nacional ou local, que provocaram revoltas e guerras civis, ou se tornaram instrumentos das autoridades seculares.

A CONTRA-REFORMA

A Igreja iniciou um movimento de condenação e combate à Reforma, promovendo, ao mesmo tempo, a regeneração da Igreja com manutenção dos dogmas, culto,

hierarquia e autoridade do Papa.

Foi o Papa Paulo III quem iniciou a Contra-Reforma, reorganizando a Inquisição ou tribunal da fé, para salvaguarda da fé e dos bons costumes, julgando os crimes de sacrilégio, apostasia, heresia, magia, poligamia, etc. com várias penalidades aos relapsos; introduzida nalguns países, foi transformada num instrumento político, de-veras odioso, como aconteceu na Espanha.

Também o mesmo Papa aprovou a Companhia de Jesus, fundada por S. to Inácio de Loiola, e destinada ao ensino e apostolado missionário, exercido com indulgência, e à qual se devem obras de real valor na colonização, na educação, na administração pública, na investigação

científica e na teologia moral.

Promoveu ainda o Concílio de Trento (1545-1563), que reformou e regularizou a disciplina da Igreja, definiu os dogmas, condenou as heresias da reforma e reconheceu o Papa como chefe supremo da Igreja. Também se lhe deve a criação do Index ou catálogo dos livros de leitura proíbida, por nociva à fé, e a reforma das ordens monásticas, no sentido da assistência, educação e prègação, e espírito de caridade e pobreza.

No Concílio de Trento distinguiram-se os teólogos portugueses, entre os quais Fr. Diogo de Azambuja, Fr. Baltazar Limpo, bispo do Pôrto, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, Fr. Francisco Foreiro, D. João Soares, bispo de Coimbra e Diogo Paiva de Andrade que, com independência e acêrto, condena-

ram os abusos do clero, exigindo a disciplina dos seus costumes. Fr. Francisco Foreiro colaborou na reforma do

Calendário do Papa Gregório XIII.

Graças à Contra-Reforma, a Igreja conservou o seu carácter universalista e reconquistou parte do terreno que perdera, como a Alemanha do Sul, a França, alguns cantões da Suíça e a Polónia; a Inquisição impediu a expansão do protestantismo na Itália, Espanha e Portugal, e, graças aos missionários, mòrmente jesuítas, tornaram-se católicos a América, parte da Índia, China, Japão e Oceânia. S. Francisco Xavier, José Anchieta, S. João de Brito e outros distinguem-se neste apostolado.

AS GRANDES LUTAS POLÍTICO-RELIGIOSAS

Na França, os protestantes ou huguenotes formaram um partido, sob a chefia dos Bourbons, e os católicos outro, sob a dos duques de Guise, mantendo entre si rivalidade política. Os protestantes tentam raptar Francisco II, mas, descoberta a conjuração de Amboise, foram perseguidos; a regente Catarina de Médicis procurou conciliar uns e outros na Conferência de Poissy, mas, não o tendo conseguido, publica o Édito de Janeiro (1562), concedendo liberdade de culto aos huguenotes. Os católicos revoltam-se e massacram os protestantes em Vassy. o que deu origem a 3 guerras religiosas, terminadas com a Paz de S. Germano (1570), favorável aos reformados, que fizeram de Rochela o seu baluarte.

MATANÇA DE S. BARTOLOMEU

Em 1572, com o pretexto de que se tramava uma conspiração protestante contra Carlos IX, êste e Catarina de Médicis decidem o morticínio dos chefes huguenotes, o que se deu em Paris e noutras cidades. Os protestantes, surpreendidos, não se puderam defender. Do dia da sua realização, chama-se a êste facto a matança de S. Bartolomeu, e originou nova guerra religiosa, também favorável aos huguenotes.

HENRIQUE IV — ÉDITO DE NANTES

A política dúbia de Henrique III, de França e da Polónia, que mandou assassinar o duque de Guise, pretendente ao trono e fundador da Santa Liga deu origem a novas guerras, e durante elas o rei foi assassinado pelo dominicano Jacques Clement (1589). Sucedeu-lhe o rei da Navarra, Henrique IV, protestante, que se converteu ao catolicismo, e que venceu a Santa Liga, auxiliado por Filipe II de Espanha.

Henrique IV iniciou a dinastia dos Bourbons; com o Édito de Nantes (1598), que concedia aos protestantes livre exercício de culto e de ensino teológico, igualdade de direitos com os católicos, e outras garantias de justiça e segurança, entre as quais praças fortes, pacificou a França e fomentou o seu desenvolvimento. Foi assassinado por Ravaillac (1610), e sucedeu-lhe Luís XIII.

OS PAÍSES BAIXOS

Os Países Baixos, por morte de Carlos, o Temerário, passaram à Casa de Áustria, e desta a Filipe II, que perseguiu os protestantes com a Inquisição, e derrogou os privilégios das comunas, os reformistas protestam contra o domínio espanhol; chefiados por Guilherme, o Taciturno, principe de Orange, insurgem-se e conseguem derrotar o duque de Alba, general espanhol; em 1572 as províncias católicas unem-se às protestantes e formam a União de Gand (1576), mas em 1579 separam-se, formando a União de Utreque (Holanda), protestante, que consegue a sua independência no Tratado de Vestfália (1648), com o nome de República das Provincias Unidas, sob o govêrno do Statuder Guilherme de Orange, e a União de Arras (Bélgica), católica, submetida de novo a Filipe II, e mais tarde à Austria (1714), à França (1792), à Holanda (1815), independente (1830), ocupada pela Alemanha (1940), e libertada (1944).

A ALEMANHA — DEFENESTRAÇÃO DE PRAGA

Na Alemanha, após a paz de Ausburgo, continuaram as querelas com carácter político entre os católicos, que formavam a Santa Liga, e os protestantes, que constituíam a União Evangélica. Esta rivalidade existente entre alemães do sul e do norte, e a protecção da Casa de Áustria ao catolicismo, fomentaram a guerra civil que começou quando a política de Fernando II, da Boémia, revoltou os protestantes boémios; estes invadem o castelo de Praga e atiram os conselheiros por uma janela, proclamando rei Frederico V, chefe da União Evangélica. Esta defenestração de Praga (1618) deu origem à Guerra dos 30 anos.

GUERRA DOS 30 ANOS

Esta guerra divide-se em 4 períodos:

No 1.º período, o palatino, Fernando II, imperador da Alemanha, auxiliado por Maximiliano da Baviera e pela Espanha, vence os protestantes na Montanha Branca (1620). Frederico V fugiu, e os seus estados foram dados a Maximiliano, acabando o reino da Boémia (Dieta de Ratisbona, 1623).

No 2.º, o dinamarquês, Cristiano IV, da Dinamarca, receando a preponderância austríaca, acedeu ao pedido de auxílio dos protestantes, mas, derrotado por Waldstein e Tilly, em Dinau e Luther, fêz a paz de Lubeque (1629), renunciando aos seus domínios na Alemanha.

No 3.º, o sueco, a Suécia impelida pela França, ataca o imperador alemão, e ocupa a Pomerânia; mas, morto Gustavo Adolfo na batalha de Lutzen, os imperiais ganham a batalha de Nordlingen, e obrigam os protestantes a aceitar a paz de Praga (1635).

No 4.º, o francês, a França, governada pelo Cardeal de Richelieu, entra na luta, aliada à Suécia, Países Baixos, Suíça e protestantes alemães, contra o imperador e

contra a Espanha. Os imperiais foram vencidos por Turene e Condé, em Lipsia, Nordlingen e outras batalhas.

TRATADOS DE VESTFÁLIA E DOS PIRENEUS

Richelieu consegue revoltar a Catalunha, e auxilia Portugal a libertar-se do jugo espanhol (1640), e as vitórias francesas levam a Áustria a pedir a paz, assinada nos Tratados de Vestfália (1648), que concedem a liberdade de culto às confissões religiosas, e direitos iguais aos católicos e protestantes; concede-se a independência à Suiça e Paises Baixos ou Holanda; separou-se a Alemanha, dividida em muitos principados independentes, da Áustria; a Suécia adquiriu a Pomerânia e as Bôcas do Oder, e a França a Alsácia; abateu-se a preponderância da Casa de Áustria, e a França tornou--se a primeira potência da Europa.

A Espanha continua a luta com a França, Inglaterra e Holanda, que só termina em 1659 com o Tratado dos Pireneus, obtendo a França o Rossilhão e a Sardenha; a Inglaterra, Dunquerque, e ficando a Espanha

muito enfraquecida.

O ABSOLUTISMO — LUÍS XIII

A centralização do poder nas mãos do rei teve por fim evitar a dispersão do mesmo e unificar o Estado-govêrno; mas o poder centralizado era limitado pelas classes sociais preponderantes. Os legistas foram mais longe: com a doutrina do direito divino directo, declararam os soberanos representantes de Deus, do qual receberam o mando, e acabaram com as limitações ao poder real por parte das classes e instituições. Este movimento — o absolutismo, deu-se nos países onde se realizou a centralização do poder, mas o seu principal foco foi a França.

Luis XIII, tomando conta do poder, escolheu ministro o Cardeal de Richelieu que abateu a nobreza, humilhando-a e reduzindo os seus privilégios, derrotando os

nobres revoltados na batalha de Castelnaudry, e submeteu os protestantes que, pela sua intolerância, fonte
de perturbações, e por formarem um Estado dentro do
Estado, ameaçavam a unidade nacional, tomando-lhes
a Rochela, e obrigando-os a aceitar a Paz da Graça
(1629), que lhes concedia direitos religiosos mas não os
direitos políticos do Édito de Nantes; abateu o poderio
da Casa de Áustria, intervindo na Guerra dos 30 anos,
na qual atingiu os seus fins. Pela sua acção, consolidou
a monarquia absoluta, estabelecendo um regime de autoridade régia.

LUÍS XIV

Na menoridade de Luís XIV, a regente Ana de Austria confiou o govêrno ao Cardeal Mazarino, a quem se devem os Tratados de Vestfália e dos Pireneus e o robustecimento do absolutismo, vencendo as reacções da nobreza e do Parlamento, que promoveram a revolta da Fronda. mas com o reinado de Luís XIV o absolutismo atinge o apogeu, cercando-se o monarca de majestoso esplendor e de absoluta autoridade, e dirigindo pessoalmente os negócios do Estado.

Entre os seus colaboradores destacam-se Colbert que criou indústrias, subsidiando as fábricas e protegendo aduaneiramente os produtos, favoreceu o comércio interno, construindo canais e estradas, protegeu a agricultura, fomentou a colonização e tornou a França uma nação marítima e colonial; Louvois reforma o exército e moderniza os armamentos, e Vauban modifica as forti-

ficações francesas.

GUERRAS E CONQUISTAS

A política externa de Luís XIV consistiu no alargamento territorial, feito pelas Guerras da Devolução, conquistando a Bélgica à Espanha, por não lhe terem pago o dote de sua espôsa, princesa espanhola, e que

terminou pelo tratado de Aix-la-Chapelle (1668), e da Holanda, pela qual adquiriu o Franco-Condado e parte dos Países Baixos, na paz de Nimègue (1679).

REVOGAÇÃO DO ÉDITO DE NANTES

A revogação do Édito de Nantes (1685) provocou o êxodo e a revolta dos protestantes que foram abatidos pelo violento meio das dragonadas, o que levou os países protestantes a formarem a Liga de Augsburgo contra Luís XIV, que, não obstante vencedor, aceitou a paz de Ryswich (1697), ficando com Estrasburgo e parte da ilha de S. Domingos.

GUERRA DA SUCESSÃO DE ESPANHA

Pela morte de Carlos II de Espanha, sem sucessão, disputam o trono Filipe de Anjú, neto de Luís XIV, e o arquiduque Carlos, filho do Imperador Leopoldo, apoiado pela Inglaterra, Holanda, Austria, Saboia, Prússia, Dinamarca, Suécia e Portugal contra a Espanha, Baviera e França, partidários de Filipe.

Começou a Guerra da Sucessão (1701), na qual os franceses, a princípio felizes, foram derrotados em Hochstedt, Ramilies, Oudenarde, etc. Porém, a subida do arquiduque Carlos ao trono da Austria fêz que a guerra terminasse, para se evitar, de novo, o antigo

Império de Carlos V.

A paz foi assinada em Utreque (1713), e com ela acaba o império espanhol: a Sicília é dada à Saboia; Gibraltar fica na posse da Inglaterra, bem como as colónias francesas da Terra Nova, Nova Escócia, baía de Hudson e Maurícia. A França perde a supremacia. O eleitor de Brandeburgo obteve o título de rei da Prússia.

O arquiduque Carlos, porém, continua a guerra e, vencido em *Denain*, aceita a paz de *Rastadt*, recebendo os Países-Baixos, Milão, Nápoles e a Sardenha (1714).

INTERVENÇÃO DE PORTUGAL. TRATADO DE UTREQUE

Portugal, aliado da Inglaterra e queixoso da Espanha e França, defende a causa do arquiduque que desembarca em Lisboa (1703), e o seu exército, comandado pelo Conde das Galveias, toma Valência de Alcântara (1705) e, sob o comando do Marquês das Minas, derrota os espanhóis em Broças, toma Placência, Salamanca, Castelo Rodrigo, e entra em Madrid, donde foge Filipe de Anjú, e onde o arquiduque é proclamado rei.

Porém, é derrotado em Almança, e os espanhóis ocupam algumas praças portuguesas; os franceses sa-

queiam o Rio de Janeiro (1711).

Na América os espanhóis ocupam a colónia do Sacramento; a esquadra portuguesa ajuda os ingleses na

defesa de Gibraltar, cercada pelos espanhóis.

Pelo tratado de Utreque reconhece-se a Portugal o direito de soberania, navegação e comércio no Amazonas, e restitui-se-lhe a colónia do Sacramento.

MOVIMENTO ARTÍSTICO E INTELECTUAL

No tempo de Luís XIV a hegemonia da cultura passou para a França, e constituiu uma das épocas mais brilhantes da civilização, pela protecção que o rei deu

às Ciências, Artes e Letras.

Distinguem-se Corneille, Moliere, Boileau, La Fon-taine, Fenelon, Bossuet, Racine, M. de Sevigné, etc. escritores; a arte eleva-se a grande perfeição com Le Brun, Poussin, Mignard, o músico Lulli, etc. Du Cange, Mabillon, e desenvolvem as ciências auxiliares da História e Bufon, a história natural.

Multiplicaram-se as academias literárias, subsidiaram-se artistas e literatos; construíram-se palácios grandiosos como o de Versalhes, e os seus jardins artísticos,

devidos a Le Nôtre, etc.

Luís XIV instituiu uma côrte faustosa, alegre e galante, reünindo os grandes do reino, na qual a vida se passava em bailes, caçadas e festas esplendorosas, instalada geralmente em Versalhes, mas que teve deletéria influência moral.

Êste luxuoso esplendor e a hegemonia cultural da França repercutiram-se noutros países.

A INGLATERRA. OS STUARTS. PETIÇÃO DOS DIREI-TOS. PARLAMENTO

Jaime I, rei da Escócia, sucedendo a Isabel Tudor, da Inglaterra, inaugura a dinastia dos Stuarts e procura governar sem o auxílio do Parlamento, o que motiva a Conspiração da Pólvora, que o rei aproveita para perseguir os católicos e os protestantes não anglicanos. Muitos dêstes emigram para a América do Norte, onde lançam as bases dos Estados Unidos.

Carlos I, seu filho, mostra-se intolerante e despótico, e protege o duque de Buckingam, processado pelo Parlamento; êste apresenta ao rei a Petição dos Direitos, garantindo a soberania do Parlamento em matéria de impostos, que o rei aceita; mas, pouco depois, dissolve o Parlamento e chama para ministros Strafford e Land.

As medidas dêstes partidários do absolutismo, e a intolerância religiosa, querendo impôr à Escócia, presbiteriana, o culto anglicano, levou à formação do Covenant, liga que se impôs ao rei e obrigou a convocar o Parlamento, que de novo é dissolvido; mas, convocado mais outra vez, começa o Longo Parlamento (1640) que julga e manda executar Strafford e limita a acção do rei.

REVOLUÇÃO DE 1648

Carlos I sai de Londres e prepara-se para a guerra civil, auxiliado pela nobreza que deixa o Parlamento, onde a preponderância passa para os puritanos, de ideais radicais. Estes originam a Revolução de 1648, e confiam o comando das suas tropas a Oliveiros Cro-

mwell que derrota Carlos I em Naseby; o rei foge para

a Escócia, onde foi prêso e vendido ao Parlamento.

Cromwell, em luta com o Parlamento realista, fêz fugir Carlos I para a ilha de Wigth, onde o prendeu; apoderando-se de Londres, fêz depurar o Parlamento pelo coronel Pride e fêz julgar, condenar e decapitar Carlos I (1649). Proclamou-se, em seguida, a República (commonwealth), e confiou-se o poder a Cromwell.

ACTO DE NAVEGAÇÃO

Cromwell sufoca as rebeliões realistas da Escócia e Irlanda; promove o Acto de Navegação que protege e desenvolve a marinha inglesa, proïbindo aos navios estrangeiros trazerem à Inglaterra produtos das colónias inglesas; vence a Holanda que queria arruïnar as colónias inglesas; apoiado no exército, dissolve o longo Parlamento e a Câmara dos Lords, adopta o título de Protector, e governa com absolutismo, mas prestigiando, desenvolvendo e engrandecendo a Inglaterra, para a qual alcançou S.ta Helena, Jamaica e Dunquerque, e à qual garantiu, com o Acto de Navegação, a supremacia naval, base da sua supremacia colonial.

A RESTAURAÇÃO

Sucedeu-lhe seu filho Ricardo (1658), que abdica em seguida, e o general Monck restaura a monarquia em Carlos II, filho de Carlos I, acabando a influência do

puritanismo na política.

Carlos II restabeleceu a câmara dos Lords e o anglicanismo, perseguiu os republicanos, e suscitou a má vontade da nação, entrando em lutas com a Holanda, a favor da França, à qual vendeu Dunquerque, e protegendo os católicos. O Parlamento obriga-o a sancionar o Bil do Test que exige aos funcionários a declaração de que professam o rito anglicano, e, depois, exige a sanção do Bil da Exclusão que afasta da sucessão ao trono Jaime de lorque, irmão do rei, por ser católico, e o

Bill do Habeas Corpus, que restringe o poder real, o que leva à formação de dois partidos: os tories, conservadores, fiéis ao rei, e os whigs, liberais e parlamentaristas; o rei dissolve o Parlamento, que não mais convocou.

REVOLUÇÃO DE 1688. MAGNA CARTA

Sucedeu-lhe seu irmão Jaime II, que, embora mantivesse a religião do Estado, favoreceu o catolicismo, o que levou à revolta dos tories e whigs unidos, que, em 1688, ofereceram a coroa a Guilherme de Orange, genro de Jaime II e statuder da Holanda, o qual, aclamado rei da Inglaterra, jurou a Declaração dos Direitos, resumo das liberdades inglesas, consolidou a Magna Carta, e que estabeleceu o regime parlamentar e o liberalismo político na aristocrática Inglaterra.

A EUROPEIZAÇÃO DA RÚSSIA. PEDRO, O GRANDE

Ivan, o Grande, e Ivan, o Terrivel, lutando contra os mongóis, formaram a Moscóvia, origem da Rússia, que teve uma vida anárquica, até que subiu ao trono Pedro, o Grande, que vence os turcos e se apodera da Ucrânia e de Azofe, no mar Negro, e da Finlândia, Livónia e Estónia, pela paz de Nystad (1721), vencendo Carlos XII da Suécia na batalha de Pultava, aliando-se à Polónia e Dinamarca que ficaram com a Pomerânia e o Slesvig. A Suêcia passou a estado de segunda ordem.

O monarca russo, depois de viajar incógnito pela Europa, procurou integrar a Rússia na civilização europeia, organizando o exército, fundando arsenais, abrindo escolas, chamando artistas e sábios estrangeiros, e esma-

gando os que se lhe opunham.

Construiu S. Petersburgo (hoje Leninegrado), nas margens do Neva, que tornou capital; fundou uma Academia científica, desenvolveu o comércio, a indústria e a agricultura; e reformou muitos usos e ritos.

CATARINA II

Mais tarde, a imperatriz Catarina II, espôsa e viúva de Pedro III, continuou a obra de Pedro, o Grande, desenvolvendo o ensino, protegendo as letras, artes e indústrias, colonizando a Sibéria, reformando a Justiça e o Clero, fundando arsenais e praças fortes, e reformando também o exército, onde militou o general português Gomes Freire. Em luta com a Turquia, Catarina II invade a Moldávia e a Valáquia (Roménia), fixando a fronteira do Deniester, e conquista o Cáucaso e a Crimeia (1784), onde edificou Sebastopol.

PARTILHAS DA POLÓNIA

Como a Polónia, sem fronteiras naturais, vivesse em lutas anárquicas, sem poder central efectivo, Catarina II impôs-lhe, como rei, Estanislau Poniatowsk, seu favorito, que os polacos repelem pela Confederação do Bar, contra a influência russa, pelo que a Rússia, a Áustria e a Prússia os atacam, e, numa primeira partilha da Polónia (1772), repartem entre si parte do território polaco.

A anarquia polaca continua e procede-se à segunda partilha da Polónia, entre a Prússia e a Rússia (1792), e, como os polacos, sob a chefia de Kosciusko, se revoltassem, perderam a independência política com a terceira partilha da Polónia (1795), entre a Rússia, Prússia e Áustria.

A PRÚSSIA

A Prússia, cristianizada pelas cruzadas do Báltico, constituiu um domínio da Ordem Teutónica, transformado depois em ducado que, mais tarde, o eleitor de Brandeburgo anexa a êste (1618). Frederico Guilherme, o Grande Eleitor (1640), desenvolveu o comércio e a indústria, chamou colonos, constituiu um exército permanente, e, pelo tratado de Vestefália, adquiriu novos territórios entre o Vístula e o Reno, dando unidade política à

Prússia. Frederico II teve o título de rei pelo tratado de Utreque, e Frederico Guilherme fêz da Prússia uma nação essencialmente militar.

Frederico II, o Grande, também contribuiu para o desenvolvimento e grandeza da Prússia, que prestigiou imenso, protegendo a indústria, agricultura e comércio; reorganizou o exército, cuja disciplina o torna o primeiro da Europa, promovendo a colonização interna e a expansão territorial, para o que entra nas guerras da Successão da Áustria e dos Sete Anos.

GUERRA DA SUCESSÃO DA ÁUSTRIA

A Guerra da Sucessão da Áustria foi devida ao facto de Carlos VI da Áustria, não tendo sucessão masculina, deixar o trono a sua filha Maria Teresa, pela Pragmática Sanção, o que depois da morte de Carlos VI foi contestado por Carlos da Baviera. Êste, auxiliado pela França, invade a Boémia; Frederico II ocupa a Silésia, intervindo na guerra a Itália e a Espanha contra a Áustria, apoiada pela Hungria e Inglaterra. Pôsto que, vencidos os ingleses em Fontenoy, a guerra terminasse favoràvelmente para Maria Teresa, de Áustria, que pelo tratado de Aix-la-Chapelle (1748) viu confirmada a Pragmática Sanção e seu marido Francisco da Lorena imperador dos beligerantes, só a Prússia ficou com a província da Silésia.

GUERRA DOS SETE ANOS

A rivalidade entre a França, que via decair a sua hegemonia e preponderância colonial e marítima, e a Inglaterra, que lhe sucedia, levou à seguinte política de alianças: Inglaterra e Prússia; França, Áustria e Rússia; a estas juntam-se mais tarde a Suécia e a Polónia.

Frederico II invade a Silésia Austríaca (1756), e os ingleses atacam as colónias francesas da América e Índia. Os prussianos ganham a vitória de Rosbach. Então Luís XV de França propõe o Pacto da Familia,

coligação contra a Inglaterra dos reinos em que reinassem membros da família Bourbon, e que mete em luta a Espanha e Nápoles. Portugal ficou aliado à Inglaterra.

Pedro III da Rússia propôs a paz, assinada em Paris (1763), e na qual a França perdeu o Canadá, parte das Antilhas, Senegal, e Índia, a favor da Inglaterra que também recebeu a Flórida, da Espanha; a Prússia con-

seguiu a posse total e definitiva da Silésia.

Portugal, fiel à aliança inglesa, não aderiu ao Pacto de Familia, pelo que é guerreado pela Espanha e França. Os espanhóis conquistam Chaves, Bragança, Miranda, Almeida, Penamacor, Castelo Branco, mas são derrotados em Vila Velha de Ródam pelas tropas anglo-lusas, comandadas pelo Conde de Lipe, que reorganizara o exército português, e que também tomam Valência (1762).

Após a guerra foram devolvidas as conquistas feitas.

O IMPÉRIO COLONIAL INGLÉS

O descobrimento da Virgînia (1583) por Walter Raleigh, de que fêz um ducado, que colonizou, marca o início do Império Colonial Inglês, acrescido com o descobrimento da Guiana; mais tarde, a luta contra a Espanha dos Filipes leva a Inglaterra à expansão colonial pela criação da Companhia das Indias Orientais. A emigração dos protestantes para a América, a bordo do navio Flor de Maio, em 1620, é outro aspecto da formação do Império colonial inglês que começa realmente a desenvolver-se depois do Acto de Navegação, da cessão de Tânger e Bombaim da parte de Portugal, da ocupação das Antilhas, em 1625, e da Índia em 1662, dalgumas colónias francesas da América pelo tratado de Utreque (1713), do Canadá, parte das Antilhas e Senegâmbia, pela paz de Paris (1763), ano em que, também, ocupa grande parte da Índia.

Seguidamente, a Inglaterra desenvolve as suas colónias, ocupando parte das antigas colónias espanholas e holandesas da África, como o Cabo e a Serra Leoa; da Ásia, como Ceilão e Malaca; da Oceânia, como Samatra. Austrália, Tasmânia, Nova Zelanda; da América, como Falklandas, Colúmbia, etc., das quais perdeu umas, restituiu outras, trocou ainda outras, e conservou a maior parte, de tal forma que se tornou a primeira potência do continente europeu, a primeira nação colonial do mundo; ainda hoje detém esta posição, convertidas muitas colónias em domínios, e adquiridas outras, pertencentes à Turquia (Chipre, Egito) ou à Alemanha, ou a pequenos soberanos bárbaros ou selvagens (Zanzibar).

CAUSAS SOCIAIS E ECONÓMICAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Luís XV sucedeu a Luís XIV, mas não conseguiu manter o prestígio da França. No seu reinado começaram a sentir-se os efeitos da crise financeira, causada pelas guerras e faustoso luxo de Luís XIV, que nem o duque de Noailles, nem Law, com as suas medidas financeiras e económicas conseguem debelar. Luis XV, de feitio pródigo, agrava a situação, provocando um deficit enorme. A política de impostos nada remediava, por não se restringirem despesas e se fazerem economias, e só provocava a miséria do povo, que os invernos rigorosos aumentavam com a fome e a doença. Sobe o preço dos géneros e aumenta o desemprêgo com a concorrência de produtos estrangeiros que fazem encerrar as fábricas, a que a organização corporativista de então não permitia defesa nacional. O contraste entre a miséria da população e o esplendor da côrte fêz diminuir o afecto do povo pelos soberanos, nobreza e clero, desinteressados da sorte e dos sofrimentos dêsse mesmo povo.

O abuso dos privilégios do clero e da nobreza, como o direito de caça e a renovação das obrigações feudais, quási esquecidas, geram descontentamentos que a livre crítica de factos políticos, sociais e económicos orienta,

e que agitadores exploram.

Com efeito, no campo da cultura intelectual, o livre pensamento, estimulado pelas ciências em progresso, gera um movimento filosófico que se torna notável, porque as suas idéias abalam as instituïções e os prin-

cípios estabelecidos.

As idéias políticas são abaladas por Montesquieu que preconiza a monarquia constitucional, em vez do absolutismo; por Rousseau que afirma a soberania do povo, negando o direito divino directo, e defende a liberdade individual, a igualdade dos homens e o contrato social; por Condorcet que propõe a declaração dos direitos dos homens, e ainda pelo Abade Mably que pede uma monarquia republicana.

A crença religiosa é abalada por Voltaire que, dando-se ares de tolerante, pela sua exaltação e sarcasmos anti-cristãos e ódio à religião, se mostra um espírito intolerante; por Diderot, d'Alambert e Hólbach, materialistas e ateus que, na sua famosa Enciclopédia, espalham as doutrinas por tôda a França, destruindo a moral e

subvertendo a ordem conservadora.

É justo reconhecer nestes homens o amor pelo género humano, cuja situação procuram melhorar, excepção feita a Voltaire que manifesta soberbo desprêzo pelo povo, a que chama — a canalha.

Outros pensadores, como Bayle, Fontenelle, La Motte e Saint-Pierre, também adoptam uma atitude de

crítica e ataque.

Estas idéias são aproveitadas pelas sociedades secretas, nomeadamente pela franco-maçonaria e pela seita dos Iluministas que as difundem por tôda a França, e pregam a revolta e a sedição, preparando os espíritos para uma acção decisiva contra o sistema monárquico.

LIBERALISMO ECONÓMICO

À política de proteccionismo económico de Colbert, que origina monopólios e emprêsas privilegiadas, opõem-se também novas doutrinas, como a fisiocrática de

Quesnay, que solicita a protecção do Estado para a agricultura e liberdade de comércio, para que êste, pela livre concorrência, se arruïne, e baixem os preços; e a plutocrática de Gournay, para a qual o comércio e a indústria são, também, fontes de riqueza, devendo o Estado assegurar a produção e circulação, sem exercer indústrias ou conceder monopólios.

Estas doutrinas levam ao liberalismo económico, que preconiza a liberdade de produção e circulação, abolindo-se as corporações, monopólios, alfândegas, etc. e se

sintetiza na expressão: Laissez faire, laissez aller.

A INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

A independência dos Estados Unidos da América foi um movimento que teve influência, também, na pre-paração da Revolução Francesa, por parecer realizar o

ideal dos filósofos e enciclopedistas.

Os ingleses, fugidos às perseguições religiosas dos Stuarts, estabeleceram-se na América, onde fundaram colónias que prosperaram, e cujo estado social se caracterizava pela liberdade de consciência, soberania e independência local, escravatura, como necessidade económica, riqueza agrícola de grandes plantações (tabaco, arroz e açúcar), e comércio exclusivo com a Inglaterra.

Após a Guerra dos Sete Anos, em que as colónias se desenvolveram, a Inglaterra resolveu tributá-las, ao que elas resistem, alegando que não tinham representantes no Parlamento; a Inglaterra insiste, lançando impostos sôbre o papel, chá, vidros, que são recebidos hostilmente, sendo, em Boston, lançadas ao mar três carregações de

chá, vindas de Londres (1773).

A Inglaterra toma medidas repressivas, a que respondem os colonos, reünindo o Congresso de Filadélfia (1775), em que se vota a declaração dos direitos das colónias contra a opressão inglêsa, pela abolição de qualquer govêrno que não assegurasse a felicidade do

povo pela maioria do povo, no qual reside o poder, de que os magistrados são mandatários e servidores.

Começa a luta, e os colonos, em 1776, proclamam a independência da colónia, formando uma república federal com o nome dos Estados Unidos da América, e con-

fiando as suas tropas ao general Washington.

Após as derrotas dos americanos em Brooklin, Nova--lorque e Filadélfia, Washington vence os ingleses em Trenton e Princeton; pouco depois, Benjamim Franklin, cientista, que foi o grande diplomata da América, pela sua actuação em Paris, junto dos teóricos das novas idéias, consegue que um corpo de voluntários, sob o comando do Marquês de La Fayette, parta para a América, e, até, que o govêrno francês auxilie secretamente os insurrectos. Com os novos reforços Washington consegue fazer capitular o exército inglês, em Saratoga, o que leva a França, Holanda e Espanha a auxiliarem os americanos, contra a Inglaterra, cuja esquadra foi desbaratada pelos franceses em Ouessant. As vitórias franco-americanas, a energia americana, os auxílios dos outros países, a própria atitude hostil dos estados neutros para com a Inglaterra levam esta a pedir a paz, assinada em Versalhes (1783), reconhecendo a independência dos Estados Unidos, restituindo Flórida e Minorca à Espanha, o Senegal e alguns estabelecimentos da Índia à França, por lhos ter conquistado nesta guerra, e à Holanda algumas colónias que lhe tomara.

De regresso da América, os soldados de La Fayette espalham por tôda a França as idéias da república americana, fundada sem direito divino imediato, sem rei e sem tradições, e só por obra da razão e da natureza, e cuja liberdade passava a ser invejada pelos franceses, dominados pelo absolutismo, desesperados pela crise económica e social, exaltados pelas sociedades secretas e pelas doutrinas dos filósofos ateus, materialistas e

anti-monárquicos.

Idade Contemporânea

1.ª PARTE

CARACTERES GERAIS

Êste novo período da História caracteriza-se:

 1.º Pela substituïção do absolutismo pelo constitucionalismo parlamentarista;

2.º Pela formação de nacionalidades baseadas no

território, raça e língua;

 Pela abolição de privilégios, igualdade perante a lei, liberdade de consciência religiosa;

4.º Pelo desenvolvimento científico, aplicado à técni-

ca, que revoluciona e progride extraordinàriamente;

5.º Pelo liberalismo económico que conduz, por um lado, ao capitalismo, pelo outro, aos movimentos operários, anti-capitalistas ou socialistas.

6.º Pela codificação das leis, racionalização e huma-

nização das penas, organização da assistência social.

REVOLUÇÃO FRANCESA

A eclosão do movimento anti-absolutista ocorreu na França e tomou o nome de Revolução Francesa, que passou pelas seguintes fases: Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791); Assembléia Legislativa (1791-1792); Convenção Nacional (1792-1795), durante a qual se distingue o período do Terror; Directório (1795-1799); e Consulado (1799-1801), ao qual se segue outra fórmula política — o Império.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

No reinado de Luís XVI, sucessor de Luís XV, a crise financeira aumenta, e o economista Turgot, que tenta remediar o mal, é combatido pelo clero e nobreza. Callone e Brienne não são mais felizes, e bem assim

Necker que, tendo descontentado as classes privilegiadas, foi demitido; mas, chamado de novo ao poder, aconselha a Reünião dos Estados Gerais, ao que o rei acede, e são convocados (1789). Após uma discussão àcêrca do modo de votação, se por cabeça, o que convinha ao Terceiro Estado, se por ordem, o que convinha ao Clero e Nobreza, o Terceiro Estado promove uma sessão solene com o apoio de alguns nobres e sacerdotes, e proclama-se Assembleia Nacional. Luis XVI manda fechar a sala das sessões, o que irrita os deputados, que se reünem no terraço do Jôgo da Pela, onde juraram nunca mais se separar, até que se desse à França uma constituïção assente em sólidos fundamentos. Luis XVI pretende manter a separação das ordens, mas assusta-se ante os discursos de Mirabeau, e cede. A Assembléia Nacional, em 9 de Julho de 1789, transforma-se em Assembléia Nacional Constituinte.

TOMADA DA BASTILHA

Em 14 de Julho o povo ataca a Bastilha, prisão do Estado, que tomou e demoliu. Em 4 de Agôsto são abolidos os direitos feudais, com a adesão dos nobres; aprova-se a declaração dos direitos do homem, baseados nos princípios da igualdade e liberdade; decide-se que os bispos e párocos fôssem eleitos pelos cidadãos — Constituição Civil do Clero —, ao que a Igreja se opôs, não aderindo à revolução. Em Paris organiza-se uma nova municipalidade, e La Fayette é nomeado comandante da Guarda Nacional; muda-se a côr da bandeira, de branca para azul, branca e vermelha.

CONSTITUÏÇÃO DE 1791

A Assembléia Nacional Constituinte deu à França a Constituição de 1791, que terminava com a monarquia absoluta, separando os poderes executivo, legislativo e judicial, criava as contribuições directas, estabelecia a liberdade de trabalho e comércio, concedia tole-

rância de cultos, suprimia os votos monásticos e usurpava os bens da Igreja; ao rei era atribuído o veto suspensivo das decisões da Assembléia.

Jurada a constituïção por Luís XVI, a Assembléia

dissolveu-se.

OS JACOBINOS

A acção mais revolucionária e extremista foi realizada pelo partido político do Clube dos Jacobinos, que se impôs e dirigiu os acontecimentos, odiando a monarquia e a Igreja, perseguindo os que não comungavam nas suas idéias, destruindo as tradições, acabando com os respeitos, crenças e ideais conservadores — o que se chamou jacobinismo.

São os jacobinos que vão orientar a política francesa.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS

A Declaração dos direitos do homem e do cidadão contém 17 artigos e estabelece: — a igualdade de nascimento de todos os homens e igualdade dos seus direitos de liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão; — que a soberania reside na Nação, e a lei é a expressão da vontade geral, e igual para todos; — que ninguém pode ser incomodado pelas suas opiniões, desde que não perturbe a ordem, etc. Luís XVI estava disposto a não a sancionar, mas foi obrigado a isso pelo povo e guarda nacional que o conduziram de Versalhes a Paris (5 de Outubro).

CONSTITUÏÇÃO CIVIL DO CLERO

A Festa da Federação, em 1790, comemorando a tomada da Bastilha, parecia unir os franceses, mas a política anti-religiosa, manifestada na Constituição Civil do Clero, provocou a desunião; emigram muitos nobres, prevendo maus dias; Luís XVI pretende fugir, mas é reconhecido e preso em Varenas e reconduzido a Paris.

ATITUDE DOS SOBERANOS DA EUROPA

A eclosão da Revolução Francesa emociona a Europa, e os soberanos da Suécia, Inglaterra, Prússia, Áustria e Rússia manifestam-se contra a anarquia da França e a prisão do rei. A maior parte dos países, entre os quais Portugal, quebra relações com a França revolucionária, para evitar a propagação das doutrinas. A aceitação da Constituição de 1791 por Luís XVI e uma circular que êle envia aos vários estados, dizendo tê-la aceite livremente, evitam uma campanha contra a França.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Assembléia Legislativa inicia o mandato em 1791, e é dominada pelos Girondinos, filiados no Clube dos Jacobinos; aboliu os tratamentos de Senhor e Majestade, dados ao rei; mandou considerar traidores à Pátria os emigrados que não regressassem dentro de certo prazo; exigiu aos padres um juramento cívico. O rei opôs, sem eficácia, o veto a estas medidas.

No entanto, os príncipes alemães, com feudos na Alsácia, reclamavam a manutenção dos seus direitos; Avinhão, que pertencia ao Papa, fôra abusivamente anexada à França; e a Austria que formulava as reclamações do Papa e dos príncipes alemães, ajudava contra a França os emigrados realistas. Estes factos levaram a França a declarar guerra à Áustria, aliada da Prússia, pelo tratado de Pilnitz (1791). Os aliados vencem, e avançam sôbre Paris que o duque de Brunsvique ameaça, se algo acontecer contra o rei. Rouger de L'Isle compõe o entusiástico hino da Marselhesa, e os revolucionários assaltam as Tulherias (10 de Agôsto). Luís XVI refugia-se na Assembléia Nacional, que o suspende e prende; a populaça promove a matança de Setembro, dos presos políticos. Revoltam-se a Vendeia e a Bretanha, a favor do rei. O general Domourieux vence os

austríacos e prussianos em Valmy, salvando a França da invasão. A Assembléia Legislativa é substituída pela Convenção Nacional ou Assembléia Convencional.

A CONVENÇÃO — MORTE DO REI

A Convenção aboliu a monarquia, proclamou a república una e indivisível, e concentrou todos os poderes. Os Girondinos constituiam o grupo moderado, dirigido por Condorcet e outros; os Montanheses, o extremista, chefiado por Robespierre, Danton, Hébert e Marat; o Pântano ou Planície era um grupo entre as direitas e esquerdas.

A Convenção acusou o rei de traição e julgou-o, condenando-o à morte por maioria de votos, sendo guilhotinado em 21 de Janeiro de 1793, o que provocou revoltas internas e uma coligação internacional contra a França. Após a morte do rei, os Girondinos são perseguidos pelos Montanheses, e muitos foram proscritos ou guilhotinados. Mais tarde foi julgada e guilhotinada a rainha Maria Antonieta.

O govêrno, no entanto, é confiado a uma Junta de Salvação Pública e a um Tribunal Revolucionário, os quais, abolindo o culto católico, instituem o da Deusa Razão, e decretam o calendário republicano.

O TERROR

O intolerante Robespierre toma a presidência da Junta de Salvação Pública e, auxiliado por Saint-Just, inaugura um período de violenta ditadura — o Terror — para sustentar a república idealista e puritana que sonhara, mandando para a guilhotina Hébert, Danton e os seus partidários, inimigos políticos e pessoas suspeitas, como o químico Lavoisier, os poetas Chénier e Malesherbes, etc.; decreta a existência do Ente Supremo ou Deus, e a imortalidade da alma.

PRIMEIRA COLIGAÇÃO CONTRA A FRANÇA

Os exércitos franceses ocupam a Bélgica e os Países Baixos, o que compromete a segurança da Grã-Bretanha, que protesta; a Convenção declara guerra à Inglaterra, que se alia com a Áustria, Prússia, Holanda, Espanha, Portugal e Estados Italianos, formando a 1.º Coligação contra a França, que invadem. Após algumas vitórias dos aliados, o exército francês é reorganizado por Carnot; Jourdain derrota os austríacos em Fleurus, e Hoche no Reno, Pichegru obriga os ingleses a evacuar a Holanda, Dumerbion invade o Piemonte, e Dugommier e Moncey vencem os luso-espanhóis no Rossilhão. Os ingleses, no entanto, batem a esquadra francesa em Ouessant, e apoderam-se da Córsega, das Antilhas e Índia Francesa.

O 9 DO THERMIDOR

As vitórias francesas provocam uma reacção contra as violências e intolerâncias de Robespierre que, em 9 do Thermidor, atacado em plena Convenção por Talien e Barras, manejados por Fouché, foi preso, condenado à morte e guilhotinado, depois dos bandos robespierristas, que tentavam salvá-lo num golpe nocturno, serem varridos por uma chuva tempestuosa e intensa. A sua morte acalmou os espíritos. Tinha acabado o Terror.

A Convenção suprime o Tribunal Revolucionário, fecha o Clube dos Jacobinos, anula as leis terroristas, liberta os presos políticos e elabora a Constituição do Ano III (1795), que confia o Poder Legislativo ao Conselho dos Anciãos e ao Conselho dos Quinhentos, e o Poder Executivo a um Directório de 5 membros escolhidos pelo Legislativo.

OBRA CULTURAL DA CONVENÇÃO

Deve-se à Convenção o ensino primário gratuito e obrigatório, a restauração das Faculdades de Direito,

Medicina, Engenharia e Colégio da França, que tinham sido extintos, e a criação das Escolas Normal, de Minas, Trabalhos Públicos ou Politécnica, Línguas Orientais e Conservatório das Artes e Ofícios. Adoptou o sistema métrico decimal. Separou a Igreja do Estado, concedeu a liberdade de cultos e restituiu as igrejas não alienadas. Reagiu contra a demagogia, alterou o sistema eleitoral; publicou a Declaração dos Deveres dos Cidadãos; legislou àcêrca do casamento, divórcio, nacionalidade, heranças e testamentos; fêz um Código Penal, etc.

DESCALABRO ECONÓMICO, MORAL E SOCIAL

Todavia, a França encontrava-se num estado de grande descalabro — económico, pelo agravamento da crise financeira, com a Revolução e as suas guerras, não obstante a venda dos bens da Igreja e dos emigrados, liberdade de produção e concorrência, paralização de indústrias e comércio, crise agrícola, alta de preços, falta de trabalho; — moral, pelas facilidades do divórcio, corrupção e perversão dos costumes, quebra de laços de família, falta de respeito, impunidade para o crime, abolição da disciplina religiosa; — social, pelos motins e revoltas provocadas pela fome e pela ganância dos novos-ricos que levam uma vida de prazeres e rapina, e que, adquirindo os bens da Igreja e da velha nobreza emigrada, não beneficiam o camponês e exploram o operariado fabril pela livre concorrência; — e político, pela falta de autoridade e prestígio do Estado, confiado, por vezes, a criminosos que abusam do poder, pelo rebaixamento da França, ante os outros países, e pela perda das colónias.

O severo puritanismo de Robespierre não consegue atalhar o descalabro, e concita contra o govêrno o ódio dos franceses; os restantes convencionais também não conseguiram dominar a anarquia revolucionária.

O DIRECTÓRIO

O Directório encontra a anarquia interna suscitada pelas doutrinas socialistas de Babeuf, que os jacobinos perfilham, e combate-a; e, no exterior, a guerra com a Inglaterra, Áustria e aliados.

Para submeter a Austria envia os exércitos de Jourdain pelo vale do Reno, de Moreau pelo do Danúbio e de Napoleão Bonaparte pelo do Pó e Alpes, contra

Viena; Jourdain e Moreau são batidos.

CAMPANHA DA ITÁLIA

Mas Napoleão que, desde cêdo, mostrara excepcionais qualidades militares, realiza a Campanha de Itália com notável êxito, vencendo os austríacos e piemonteses em Montenotte, Dego, Milléssimo e Mondóvi, obrigando o Piemonte a pedir a paz, após o que derrota os austríacos em Lódi, Castiglione, Bassano, Ponte Arcole e Rivoli; e, depois de obrigar o Papa Pio VI a ceder à França o Avinhão, pelo tratado de Tolentino, avança contra Viena. A Áustria pede a paz, tratada nos preliminares de Loeben e confirmada pelo tratado do Campo-Fórmio (1797) que atribui à França a Bélgica e a margem esquerda do Reno; e com Milão e Génova formam-se as repúblicas Cisalpina e Ligurina.

CAMPANHA DO EGITO — 2.ª COLIGAÇÃO

A Inglaterra, todavia, mantém a luta; e, afim-de impedir as suas comunicações com a Índia, o Directório encarrega Napoleão da campanha do Egito. O exército toma Malta, desembarca em Alexandria, toma o Cairo, depois da batalha das Pirâmides, e invade a Síria, ganhando a batalha do Monte Tabor.

No entanto, o almirante inglês Nelson derrota a esquadra francesa em Abukir e retoma Malta, com o auxílio da esquadra portuguesa. Estas vitórias permitem à Inglaterra a formação da 2.º coligação contra a França

com a Áustria, a Turquia, a Rússia e Nápoles, que batem os franceses no Reno e os expulsam da Itália; mas a vitória de Massena, em Zurique, e a derrota dos ingleses em Bergen, evitam a invasão da França.

O 18 DE BRUMÁRIO

O Directório é incapaz de manter a ordem: os partidos degladiam-se e rebentam revoltas realistas; Napoleão, ante tais factos, regressa a França, onde é recebido como um salvador, e, apoiado no exército, promove o golpe de Estado de 18 de Brumário (1799) que demite o Directório, dissolve os Conselhos dos Anciãos, e dos Quinhentos, e institui o Consulado, sendo Napoleão nomeado Primeiro Cônsul.

O CONSULADO DECENAL

O Consulado promulga a Constituição do Ano VIII que atribui o Poder Executivo a 3 cônsules decenais, ficando o Primeiro Cônsul com poderes de soberano, e o Poder Legislativo ao Conselho de Estado, Senado, Corpo Legislativo e Tribunado, uns nomeados por escolha, outros eleitos.

O Primeiro Cônsul, Napoleão, promoveu reformas da centralização administrativa, da organização judicial, das contribuições e impostos, do Banco da França, da instrução pública, criando os liceus; instituiu a Legião de Honra para premiar os serviços feitos à Pátria; promulgou o Código Civil e reconciliou o Estado com a Igreja pela Concordata de 1801.

Em 1801 um plebiscito modifica a Constituïção, que passa a chamar-se Constituição do Ano X, e que atribui o Consulado vitalício a Napoleão, com direito de esco-

lher sucessor, senadores, instituir côrte, etc.

CONTINUAÇÃO DA GUERRA

Continuando a luta contra a 2.ª coligação, Napoleão invade a Itália, derrota, em Marengo, os austríacos que, ao mesmo tempo, Moerau vence em Hohenlinden, o que os obriga a pedir a paz de Luneville (1801), que confirma a de Campo Fórmio, e cria as repúblicas Batávica (Holanda), Ligúrica (Génova), Helvética (Suíça) e Cisalpina (Lombardia). A Inglaterra, que expulsara os franceses do Egito, vê-se abandonada pelos aliados, mas evita que a França se apodere da esquadra dinamarquesa, bombardeando Copenhaga, e aceita a paz de Amiens (1802), poupando o seu comércio e ficando com as Ilhas da Trindade e de Ceilão.

Em 1804 o Tribunado e o Senado propõem que o govêrno fôsse confiado a um *Imperador*, cargo em que Napoleão seria investido, com direito de sucessão. Úm plesbicito aprova a proposta, e Napoleão é eleito *Impe*-

rador dos Franceses.

PRIMEIRO IMPÉRIO FRANCÊS — 3.ª COLIGAÇÃO

Napoleão, como imperador, criou uma nobreza e uma côrte imperial e continuou as reformas, desenvolvendo as indústrias e as artes, fundando a Universidade, com monopólio do ensino, publicando os Códigos Comercial e Penal, realizando trabalhos públicos, etc. A seguir, faz-se rei de Itália, e anexa à França as antigas repúblicas batava e helvética, prejudicando a Áustria e a Santa Sé. Por seu lado, a Inglaterra via-se ameaçada pela política económica de Napoleão que exigia a evacuação de Malta, e, por isso, em 1803 corta relações com a França, apodera-se dos navios franceses que estavam em portos britânicos e promove com a Rússia e Áustria a 3.ª coligação contra a França, à qual se alia a Espanha. Napoleão tenta, de Bolonha, um desembarque na Inglaterra, mas, atacado pelos austríacos, inicia a luta contra a Europa, invadindo o vale do Danúbio, obrigando os austríacos à capitulação de Ulma, e, depois de entrar em Viena, derrota os exércitos austro-russo e prussiano, na memorável batalha de Austerlitz (1805); no entanto, Massena expulsa os austríacos da Itália.

Porém, a esquadra francesa de Villeneuve, atacada pelos ingleses, em Finisterra, consegue o auxílio da esquadra espanhola, mas são ambas destruídas por Nelson, na batalha de Trafalgar que garantiu à Inglaterra a hegemonia dos mares.

O tratado de Presburgo (1805) estabelece a pazo com a Áustria, que perde o Véneto, a Ístria e a Dalmácia, ficando Napoleão senhor da Itália, excepto dos Esta-

dos Pontifícios.

FIM DO SANTO IMPÉRIO ROMANO-GERMÂNICO

Napoleão separa da Áustria parte dos principados alemães, para formar a Confederação do Reno, com os reinos da Baviera e Vurtemberga, deixando a Prússia à parte, com o que arruína a hegemonia da Áustria e assim dá fim ao Santo Império Romano-Germânico. Simultâneamente torna seus irmãos José, Luís e Jerónimo reis de Nápoles, Holanda e Vestefália; seu cunhado Murat, o grão-duque de Berg; e suas irmãs Elisa e Paulina princesas de Luca e Guastala.

4.ª COLIGAÇÃO — BLOQUEIO CONTINENTAL

Ante a criação dêstes estados vassalos, forma-se a 4.º coligação, constituída pela Rússia, Prússia e Inglaterra (1806), mas Napoleão bate os prussianos em Iena, entra em Berlim, onde decreta o bloqueio continental, proibindo o comércio com a Inglaterra, e derrota os russos em Eylau e Friedland, que tiveram de aceitar o Tratado de Tilsitt (1807), no qual a Prússia perde as províncias da Vestefália e os territórios polacos que passam a formar o grão ducado de Varsóvia.

A Santa Sé não aderiu ao bloqueio continental; Napoleão manda então prender o Papa Pio VII e anexa

ao Império os respectivos estados.

INVASÃO DE PORTUGAL

Como Portugal também não aderisse ao bloqueio continental, Napoleão, pelo tratado de Fontainebleau (1807), reparte-o com a Espanha, e os exércitos espanhóis e franceses, comandados por Junot, invadem Portugal. O regente, D. João VI, retira para o Brasil, evitando a sua prisão. No entanto, Napoleão, na conferência de Baiona, obriga o rei Carlos IV, de Espanha, a abdicar em seu filho Fernando, e êste a abdicar no próprio Napoleão, que deu o trono de Espanha a seu irmão José. Os espanhóis revoltam-se, e os franceses capitulam em Baylen (1808).

No entanto, as tropas inglesas desembarcam em Portugal e, com as portuguesas sob o comando de Wellington, derrotam, em Roliça e Vimeiro, os franceses que retiram para a França, após a Convenção de Sintra.

Napoleão vence os espanhóis, e Portugal é de novo invadido por Soult (1809) que, depois de ocupar o Pôrto, se vê obrigado a retirar, bem como Massena (1810) que, depois da batalha do Buçaco, vê impedido o seu avanço sôbre Lisboa pelas Linhas de Tôrres.

Em perseguição de Massena seguem as tropas anglo-lusas que se juntam aos espanhóis, terminando esta campanha em *Tolosa* (1814), após as batalhas de *Vitó*-

ria, Arapiles, e outras.

5.º COLIGAÇÃO — WAGRAM

Todavia, os acontecimentos de Espanha levam a Inglaterra a formar com a Áustria a 5.ª coligação (1809); mas Napoleão derrota os austriacos na batalha de Wagram, e, pela paz de Viena, obtém as províncias austríacas do Adriático, e impõe o seu casamento com a arquiduquesa Maria Luísa, filha do imperador austríaco, após o divórcio de Napoleão, da imperatriz Josefina, afim de assegurar a sucessão. Dêste casamento nasceu Napoleão II que não chegou a reinar.

Depois da batalha de Wagram a França atinge a sua maior expansão territorial na Europa.

CAMPANHA DA RÚSSIA

Alexandre I da Rússia, antigo aliado de Napoleão, abriu os portos à Inglaterra, pelo que Napoleão promoveu a Campanha da Rússia, que invadiu, derrotando os russos em Smolensk e Borodino, e entrou em Moscóvia (1812), que os russos incendiaram, como incendiaram e devastaram os territórios que abandonavam aos franceses. O inverno rigoroso e a falta de recursos obrigaram Napoleão a uma retirada, sendo perseguido ferozmente pelos russos, e tendo morrido de fome e frio milhares de franceses. Na passagem de Beresina os franceses sofreram grandes perdas.

6.ª COLIGAÇÃO — CAMPANHA DA ALEMANHA

A Prússia logo após o Tratado de Tilsitt realizara uma notável obra de carácter social, político e económico, acabando com o servilismo dos camponeses, cuja sorte melhorara, descentralizando a administração, regulamentando as corporações num sentido liberal, reformando o serviço militar, criando a nação prussiana, o que desperta o nacionalismo alemão e converte a Prússia em inimiga implacável da França.

Aproveitando a retirada da Rússia, forma com esta e a Inglaterra a 6.º coligação que obriga Napoleão à campanha da Alemanha, em que derrotou os coligados, em Lutzen e Bautzen; mas o auxílio da Áustria e Suécia permite-lhes vencerem os franceses em Lípsia — batalha das Nações — e Napoleão retira para a França, que foi invadida pelos austríacos, prussianos, russos, suecos, ingleses, espanhóis e portugueses.

CAMPANHA DA FRANÇA — LUÍS XVIII

Napoleão enceta a campanha da França, derrotando os prussianos em Saint-Dizier, e os coligados em Rotière,

após o que solicita a paz que lhe foi recusada; os invasores, em Chaumont, resolvem acabar com o império napoleónico, Blücher e Schwartzemberg, batidos por Napoleão em Champ-Aubert, Montmirail, Guignes, Normans, depois da batalha de Arcis-sur-Aube, resolvem cercar Paris, que se rende, quando Napoleão vinha em seu socorro, tendo o Senado deposto Napoleão e dado o trono a Luís XVIII, irmão de Luís XVI (1814), Napoleão abdica em Fontainebleau, e é exilado para a Ilha de Elba, da qual passava a ser rei.

A 1.ª RESTAURAÇÃO

Luís XVIII, reconhecido rei pelos aliados, assina o 1.º Tratado de Paris que reduz as fronteiras da França às de 1792 e lhe faz perder tôdas as conquistas; não podendo restabelecer o absolutismo, concede à França uma Carta Constitucional, mas as suas medidas, de carácter absolutista, e o licenciamento do exército napoleónico tornam-no impopular.

A sua impopularidade é aproveitada por Napoleão que foge da Ilha de Elba, desembarca em Cannes, e avança sôbre Paris, onde entra triunfante com os exérci-

tos que Luís XVIII enviara para o combater.

OS CEM DIAS

Tomando conta do poder, Napoleão promove algumas medidas liberais, promulga um Acto Adicional à Carta Constitucional, e, como os aliados, reúnidos no Congresso de Viena, resolvessem continuar a guerra, ataca-os, derrotando os prussianos em Ligny e os ingleses em Gemaffres; mas, defrontando-se em Waterloo (1815) com Wellington, êste resiste-lhe e vence-o com a cooperação dos prussianos de Blücher.

Embora não fôsse irremediável, esta derrota aniquila Napoleão que abdica em seu filho e pretende fugir de Rochefort para a América; mas, não o conseguindo, entrega-se aos ingleses que o deportam para Ilha de S. ta

Helena, onde morreu (1821). A êste período do govêrno napoleónico chama-se — Os Cem Dias.

A 2.ª RESTAURAÇÃO — CONGRESSO DE VIENA

Luís XVIII regressa a Paris e volta a reinar, assinando o 2.º Tratado de Paris, que reduz as fronteiras francesas às de 1796, obriga-se ao pagamento duma indemnização e a sustentar um exército de ocupação por 5 anos, reduzidos a 3 pelo tratado de Aix-la-Chapelle.

O rei persegue os bonapartistas e promulga medidas terroristas; mas, passado êste período, formam-se três partidos políticos: — os ultra-realistas, intransigentes; os constitucionais, liberais; e os independentes, de republicanos e bonapartistas hostis aos Bourbons, que se

envolvem em lutas políticas.

Para regularizar a situação da Europa, reüniu-se o Congresso de Viena (1814-1815), que restabeleceu os reis depostos, engrandeceu a Holanda, Prússia, Áustria, Rússia, Suécia com territórios europeus da Bélgica, Polónia, Vestefália, Itália, Finlândia, Noruega; e a Inglaterra com domínios coloniais (Ceilão, Malta, Cabo, Antilhas), e fêz perder à França a hegemonia política.

SANTA ALIANÇA — METTERNICH

Após o Congresso, a Áustria, Prússia e Rússia formaram a Santa-Aliança, para manter o absolutismo e a religião, e auxiliando-se mútuamente, com êsse fim, por meio de intervenções, para evitar as agitações liberais. Portugal, Espanha, França e Inglaterra fizeram uma liga idêntica — Quadrupla Aliança — mais moderada.

Metternich, ministro da Áustria, foi quem promoveu o Congresso de Viena e a Santa Aliança, cuja política

absolutista e intervencionista orientou.

A INDEPENDÊNCIA DAS COLÓNIAS ESPANHOLAS

A independência dos Estados Unidos e as idéias da revolução francesa, espalhadas pelos exércitos napoleónicos, fizeram acordar o sentimento das nacionalidades, pelo qual, povos civilizados de raça, língua e passado histórico e, às vezes, religião comum, habitando o mesmo território, e com ideais educativos comuns, embora submetidos por outros, reivindicaram a sua independência.

As colónias espanholas da América, tomando por pretexto a deposição de Fernando VII, de Espanha, por Napoleão, revoltam-se e conseguem a sua independên-

cia, dando origem aos seguintes países:

México, revoltado de 1810 a 1821, pelos generais Hidalgo, Morales, Mina e Iturbide; êste proclama-se im-

perador, mas abdica e forma-se uma república.

Venezuela, revoltada em 1813 por Bolivar, consegue a independência em 1816; reüne territórios a Oeste, e forma a República da Colômbia, que em 1831 se divide em Colômbia, Panamá, Venezuela e Equador.

Provincias Unidas do Prata, formadas por Montevideu, Buenos Aires e Paraguai, em 1816, por San Martin, e das quais se formaram o Uruguai (1819), a Argentina e Paraguai (1817).

Chile, revoltado em 1816 por San Martin.

Perú, revoltado por San Martin em 1821, e do qual se separa, em 1825, o Alto Perú, com o nome de Bolívia.

Federação das Cinco Repúblicas da América Central, sublevadas em 1821, e separadas em 1840; formam Guatemala, Honduras, Costa Rica, Nicarágua e S. Salvador.

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, GRÉCIA, BÉLGICA

O Brasil, colónia portuguesa, subleva-se em 1822, sob a chefia de D. Pedro de Bragança, filho de D. João VI de Portugal, que em Ipiranga se proclama imperador.

Em 1824 os pernambucanos tentam proclamar a República; depois de guerras com o Uruguai, Argentina e Paraguai, que o Brasil ganhou, e da abolição da escravidão (1838), D. Pedro II é deposto e o marechal Deodoro

da Fonseca proclama a República Federal Presidencialista (1889). Descontentamentos e rivalidades geram lutas políticas mas o regime firma-se e, sob êle, o Brasil realiza progressos notáveis. O ministro Rui Barbosa im-

põe o Brasil internacionalmente.

A Turquia, que dominava os países balcânicos, viu em 1796 o Montenegro independente e, em 1821, a Grécia revoltou-se e proclamou a sua independência, em Epidauro (1822); a violenta repressão do movimento tornou simpática a causa grega, e, após o auxílio dos voluntários, como Lord Byron, a França e a Inglaterra e a Rússia intervieram a favor dos gregos, derrotando os turcos na batalha naval de Navarino (1827), e invadindo os Balcans. Os turcos pediram a paz e, no Tratado de Andrinópolis (1829), reconheceram a independência da Grécia e deram vantagens à Rússia.

A Bélgica, unida à Holanda em 1815, constituía uma nacionalidade diferente, e, em 1830, proclama a independência, expulsando os holandeses com quem entra em guerra; mas com a intervenção da França e Inglaterra, pelo Tratado de Londres (1831), reconhecem o novo

estado e obrigam a Holanda a ceder.

No mesmo tratado foi proclamada e garantida a neutralidade perpétua da Bélgica, nem sempre respeitada.

AS REVOLUÇÕES FRANCESAS DE 1830 E 1848. CON-SEQUÊNCIAS

As leis contra a imprensa e a liberdade individual e outras medidas de Luís XVIII, e as de Carlos X, seu sucessor, que estabeleciam a indemnização aos emigrantes, a pena de morte para os sacrilégios, o restabelecimento da censura e o licenciamento da guarda nacional, produziram manifestações liberais, em Paris, que se prolongaram, até que, em 1829, o rei manda fazer eleições que os liberais ganham.

Como a França nessa altura anexasse a Argélia, Carlos X pensou ter prestigio e fôrça para restaurar o

absolutismo, e publica as Ordenanças de Julho que suprimiam a liberdade de imprensa, dissolviam as Câmaras, modificavam o regime eleitoral e eram anti-constitucionais. Os partidos da oposição reagem, distinguindo-se o protesto de Thiers; a França insurreciona-se, e, após 3 dias de luta, os realistas são vencidos, Carlos X fugiu, e cessou a dinastia dos Bourbons, sendo escolhido para rei Luís Filipe, duque de Orleães.

A revolução de 1830 teve, como consequências, o fomento das revoluções liberais e agitações políticas em vários países; a ruína da obra construtiva da restauração, e a formação duma monarquia burguesa, na França,

que vai ser agitada por lutas políticas.

Com efeito, a política de Luis Filipe, depois de revogar as Ordenanças de Julho, inicia com Casimiro Périer uma política de resistência a novas reivindicações, o que motiva a luta dos legitimistas, partidários do filho de Carlos X que revoltam a Vendeia; bonapartistas, chefiados por Luis Napoleão, sobrinho de Napoleão, que tentam golpes de Estado militares; e republicanos que promovem revoltas e atentados contra o govêrno.

Ante tais factos, Luís Filipe toma medidas de excepção, proïbindo os ataques à monarquia, ao rei e à propriedade; restabeleceu-se a censura que fêz desaparecer

a imprensa republicana.

Como o ministério conservador de Guizot (1840) se deixasse dominar pelo rei, formam-se novos partidos de oposição: — católicos liberais, que pedem a separação da Igreja do Estado, e liberdade de ensino — e socialistas, que solicitam o sufrágio universal e reformas políticas sociais e económicas, profundas, abolindo-se o regime da propriedade, segundo as idéias de Fourier, Proudon, Louis Blanc e Saint-Simon.

A resistência de Guizot às reformas pedidas leva à realização de banquetes de propaganda, e a sua proïbição faz eclodir uma revolta que leva à abdicação de

Luis Filipe e à proclamação da República (1848).

Esta revolução teve como consequências a queda da Santa Aliança, o progresso do socialismo, desordens na França e lutas políticas na Europa.

A 2.ª REPÚBLICA — GOLPE DE ESTADO

O Govêrno provisório da 2.ª república, dominado pelos socialistas, criou as oficinas nacionais, para combater o desemprêgo, mas que, por contraproducentes, foram dissolvidas. Os tumultos promovidos pelos socialistas levam as classes conservadoras a aceitar a dita-

dura do general Cavaignac.

Em 1848 é promulgada uma Constituïção e elege-se presidente da República Luís Napoleão, cujas leis suscitam protestos e conflitos dos republicanos que se desorganizam; para continuar no poder, o presidente pelo golpe de Estado de 1851 dissolve a Assembleia Legislativa, exila os inimigos e modifica a Constituïção, atribuindo dez anos de exercício à presidência, e toma o título de Principe Presidente, conseguindo por um plebiscito a sanção dos seus actos.

Encorajado por estes factos, estabelece o *Império* por outro plebiscito, e foi proclamado imperador, com o título de **Napoleão III** (1852), inaugurando o 2.º *Império*.

2.º IMPÉRIO — 3.ª REPÚBLICA

O 2.º Império, depois duma fase do cesarismo, evoluiu para a liberdade política e desenvolvimento económico, tendendo para monarquia parlamentar. Mas, depois da morte do ministro duque de Morny, começa a decair com êrros de política externa e guerras infelizes, de uma das quais, a franco-prussiana, de 1870, resulta a queda do Império, substituído pela 3.º República.

A INGLATERRA E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O desenvolvimento das ciências conduziu às aplicações técnicas da máquina a vapor, criando a grande indústria que, na Inglaterra, pela sua grande riqueza mineira, de carvão e ferro, se desenvolve extraordinàriamente, originando a indústria metalúrgica e outras; e
o desenvolvimento das vias de comunicação, construindo-se estradas de macadame, e caminhos de ferro e navios a vapor, dão origem à indústria da tecelagem, de
linhos e algodões de origem colonial e americana. A Inglaterra baseia a sua riqueza na indústria e no comércio.

São promulgadas leis liberais, umas de carácter político, como a da emancipação dos católicos, outras de carácter social e económico, estabelecendo horário de trabalho, regularizando o trabalho de menores, assistência social, e decretando a abolição da escravatura na

metrópole e colónias.

Esta abolição, imitada pela Espanha, França, Estados Unidos, Brasil, etc., já tinha sido iniciada em Portugal que, em 1755, a abolira no Brasil e, em 1869, a

aboliu completamente em todos os seus territórios.

Tais factos tornam próspera a Inglaterra, onde se inicia o movimento operário das «trades unions» que apresenta diversas reivindicações sociais ao patronato, como a de oito horas de trabalho; após uma luta violenta, os operários viram atendidas as suas reclamações, garantidos os seus direitos pela inspecção do trabalho, e as questões entre êles e os patrões resolvidas por comissões de conciliação e arbitragem.

Os velhos partidos «tory e wigh» renovam-se como conservador e liberal; o partido conservador, chefiado por Disraeli, promove uma larga reforma eleitoral (1867), favorecendo a representação das cidades e das classes médias e populares; mas os liberais, em 1885, conseguem nova lei eleitoral mais ampla e a reforma do

regime aristocrático.

UNIFICAÇÃO ITALIANA

A Itália estava dividida em sete estados (reinos da Sardenha, Lombardia, Nápoles, Estados Pontifícios, grão ducado de Toscana e ducados de Parma e Mo-

dena) e a Áustria tinha grande preponderância.

Em 1820 o rei de Nápoles promulga uma constituïção que a Áustria anula, perseguindo os liberais napolitanos e do Piemonte, entre êles o célebre patriota Sílvio Pélico. Em 1831 são sufocadas novas revoltas nos Estados Pontifícios e nos ducados.

Uma insurreição, em 1848, abala essa preponderância e expulsa o Papa, que a França restabelece (1850), enquanto a Áustria recupera a influência, vencendo os

revoltosos em Novara.

Formam-se as sociedades secretas (Carbonária, Ca-morra) e associações patrióticas que combatem a influên-cia austríaca.

VÍTOR MANUEL — CAVOUR — GARIBALDI

Vitor Manuel II, rei da Sardenha, auxiliado pelo estadista Covour, resolve unificar a Itália, começando por outorgar uma constituição liberal e solicitando a aliança da França e Austria, pela conferência de Plombières. Os austríacos atacam o Piemonte, mas são derrotados pelos franceses e aliados, e chefiados por Garibaldi, em Montebelo, Palestro, Magenta e Solferino, o que provoca a revolta doutros estados italianos; os austriacos aceitam a paz, o armisticio de Vila Franca, confirmada pelo Pacto de Zurique (1859), pelo qual a Austria cedeu a Lombardia; e a França obteve a Sabóia e Nice, pelo tratado de Turim (1860), preconizando-se uma confederação de estados italianos. Mas o movimento continua e anexa-se quási tôda a Itália, conquistando Garibaldi a Sicília e o reino de Nápoles, e sendo ocupados os Estados Pontifícios, cujas tropas foram derrotadas em Castelfidardo.

Napoleão III manda um exército defender a Santa Sé, mas a Guerra Franco Prussiana de 1870 obriga-o a retirá-lo. Os italianos tomam Roma, após o combate da Porta Pia, originando a queda do poder temporal do Papa, não obstante os protestos do Papa Pio IX que não aceita a lei das garantias, feita para regularizar as relações da Itália com a Santa Sé, e constituiu-se, voluntariamente, prisioneiro no Vaticano. Assim começou a Questão Romana.

Em 1869 Pio IX convoca um concílio ecuménico que terminou em 1870, e no qual se condenaram as doutrinas racionalistas e se proclamou a infalibilidade do Papa, quando fala ex cathedra, para tôda a cristandade, declarando a sua infalibilidade, e tratando de doutrinas de fé dogmática e de moral. A infalibilidade do Papa dá-lhe autoridade sôbre a autoridade dos concílios.

UNIFICAÇÃO ALEMÃ — ZOLLVEREIN

A política de Bismarque, ministro de Frederico Guilherme IV, da *Prússia*, foi realizar a unidade alemã, aspiração nacional desde as invasões napoleónicas, quando decaiu a influência austríaca.

A Prússia fizera largos progressos materiais e económicos, desenvolvendo vias de comunicação, fomentando indústrias, criando universidades, que lhe deram preponderância na Alemanha. Esta preponderância começou a afirmar-se com a organização do Zollverein ou união aduaneira dos estados alemães, o que facilita o comércio e diminui as despesas, e deu hegemonia comercial à Prússia. Em 1853 todos os estados alemães, excepto a Áustria, faziam parte do Zollverein.

Bismarque, para realizar a sua obra e impôr a Prússia, tratou de isolar a Áustria, e preparar a Alemanha militarmente, o que fêz com o auxílio de Roon e de von Moltke, e, feito isto, promoveu o alargamento territorial da Prússia, com a guerra dos Ducados contra a Dinamarca, da qual, com o auxílio da Áustria, após a invasão da Jutlanda, obteve os ducados de Holsácia e Eslésvico, de origem alemã, que, não reconhecendo como rei Cristiano IX, haviam solicitado o auxílio prussiano. A paz de Viena (1864) pôs termo à guerra, e a

convenção de Gastein (1865) atribuíu a administração do Eslésvico à Prússia, e a de Holsácia à Austria.

GUERRA AUSTRO-PRUSSIANA

Como a Áustria quisesse restituir os ducados à Dinamarca, Bismarque expulsa os austríacos de Holsácia, alia-se com a Itália, e, conseguindo a neutralidade da França e Rússia, faz a guerra da Áustria, que derrota em Sadova, obrigando-a a aceitar a paz de Praga (1866), pela qual a Itália recebeu o Véneto, e a Prússia com a Holsácia e com Hanover, Hesse e Francfort, aliados da Áustria, e com a presidência da Confedera:ão da Alemanha do Norte, conseguindo, ao mesmo tempo, criar um antagonismo contra a França de Napoleão III. A hostilidade entre a Prússia e a Áustria aumentou.

GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

O general Prim, depois dum pronunciamento que depusera a rainha Isabel de Espanha, ofereceu o trono espanhol a D. Fernando II de Portugal, que o recusou; então, ofereceu-o a Leopoldo de Hoenzollern, primo do rei da Prússia, contra o que a França protesta, para evitar a formação do Império de Carlos V; o candidato desiste, mas a França quis outras garantias que Bismarque se recusou a dar, pelo que a França declara guerra à Prússia (1870), dando-se comêço à guerra franco-prussiana. Os franceses vitoriosos em Sarrebruque foram derrotados em Vissemburgo, Froeschwiller, Frobach, Rezonville, Saint Privat, Gravellote, etc. Napoleão III teve de capitular em Sédan, sendo prêso.

Paris revolta-se, proclama a república, organiza o Govêrno de Defesa Nacional, chefiado pelo general Trochu. Os prussianos cercam Paris; Gambeta organiza a defesa nas províncias, mas teve de aceitar a paz pelo armistício de Versalhes, confirmada pelo Tratado de Francfort (1871), pelo qual a França entregou a Alsá-

cia e Lorena, e cinco milhões de francos.

CONSEQUÊNCIAS — 3.ª REPÚBLICA EM FRANÇA

As conseqüências da guerra franco-prussiana foram a proclamação da 3.ª república em França, depois de vencida a comuna de Paris (1871) pelas tropas de Versalhes, provocando as lutas políticas que impediram a unidade, engrandecimento e fortalecimento da França; e a formação do Império Alemão, reünindo todos os estados sob a hegemonia da Prússia, cujo rei Guilherme foi, em Versalhes proclamado imperador (1871), sendo o império formado por 25 estados e a Lorena.

INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS BALCÁNICOS

As pretensões da Rússia e Áustria sôbre os Balcans originaram a questão do Oriente que se supôs resolvida pela Convenção dos Estreitos (1841), destinada a man-

ter a integridade do império turco.

Porém, como a Rússia quisesse proteger os cristãos cismáticos do império otomano, a Turquia recusou, e a França e a Inglaterra e o Piemonte puseram-se a seu lado, iniciando-se a Guerra da Crimeia com o bombar-deamento de Odessa, a derrota dos russos em Alma e o cêrco e ocupação de Sebastópolis (1855), além doutras operações no Danúbio, Báltico e Ásia Menor.

A Rússia pede a paz, assinada no Tratado de Paris (1856), que garante a integridade do império turco, neutraliza o Mar Negro, declara livre a navegação do Danúbio, reconhece a independência da Sérvia, revoltada desde 1815, e dos principados da Moldávia e Valáquia.

Mais tarde as nacionalidades balcânicas, revoltam-se contra a Turquia, auxiliadas pela Rússia, conseguem certas vantagens pelo Tratado de S. Estefânio (1878), que as potências europeias ratificam pelo Congresso de Berlim (1878), onde se reconhece a independência e alargamento territorial da Sérvia (reino em 1878), Montenegro (reino de 1910) e Valáquia e Moldávia que, em 1881, formam o reino da Roménia, e se criou

o principado da Bulgária (reino em 1879); Creta torna-se independente, cede-se a Tessália à Grécia, e a Bósnia e Herzegovina à Austria, a Bessarábia à Rússia e Chipre à Inglaterra que mais tarde (1882) ocupa o Egito. Creta, depois, foi anexada pela Grécia.

Estes desmembramentos, as lutas internas promovidas pelos jovens turcos, a relutância da população em aceitar a civilização moderna e os preceitos religiosos,

causaram a decadência da Turquia.

O DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos adquiriram a Flórida e a Luisiania e após a Guerra da Secessão (1865), entre os Estados do Norte e os do Sul, aumentaram a população pela emigração europeia, e desenvolveram-se, devido à prosperidade e riqueza do país, e à sua actividade industrial, tornando-se o maior produtor de cereais, algodão, petróleo e tabaco, e um dos primeiros de carvão e metais; melhoram as condições de trabalho e desenvolvem o comércio, as vias de comunicação e a marinha, expandido pelo mundo os seus produtos.

Êste desenvolvimento e riqueza deu aos Estados--Unidos desejos de expansão exterior, em sentido imperialista, e fundamentado na doutrina de Monroe, presidente da República, que em 1823 proclamou que a América é para os americanos, base do Pan-americanismo ou agrupamento dos estados americanos, sob a égide

dos Estados-Unidos.

Por isso, protestaram contra a ingerência dos outros estados na vida dos países americanos, como aconteceu quando a França, a Espanha e a Inglaterra ocuparam a república do México, onde os europeus eram perseguidos, e a França o tornou um império de efémera duração (1867); compram à Rússia a Alasca; impõem a sua arbitragem num conflito entre a Inglaterra e a Venezuela; intervéem a favor da independência de Cuba contra a Espanha (1898), que derrotam e obrigam a aceitar a paz de Paris, pela qual adquirem as Filipinas e

Pôrto Rico, ficando Cuba independente.

A sua expansão imperialista levou-os a desejarem a preponderância no Pacífico, onde, além das Filipinas, anexaram as ilhas Hawai e Samoa, e nas Antilhas, estabelecendo protectorados em Haiti, S. Domingos, Nicarágua, Pôrto Rico e Panamá, abrindo o canal do Panamá e comprando as Antilhas dinamarquesas (S. ta Cruz, S. João e S. Tomás).

Não obstante a propaganda da *União Pan-america*na, as grandes repúblicas sul-americanas, formando o
A. B. C. da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile),
de origem latina e personalidade forte, não aceitam de

bom grado a hegemonia dos Estados Unidos.

O INDUSTRIALISMO

A aplicação às indústrias de descobertas importantes, como a da máquina a vapor, da electricidade, dos balões, e de outras descobertas e invenções notáveis na física, química e biologia, promove um largo desenvolvimento económico mundial na última metade do século XIX e princípios do século XX, para o que muito contribuiu a reforma industrial inglesa, devida ao movimento das «trade unions» pelos começos da organização científica do trabalho daí resultantes.

Efectivamente, aparecem as turbinas e geradoras a vapor, e, como conseqüência, a locomotiva; surgem os motores de explosão, donde derivam os automóveis; inventam-se pilhas e geradoras eléctricas; aproveita-se a fôrça motriz das quedas de água (hulhas branca e verde), pelos dínamos; desenvolve-se a aerostação com balões e com aeroplanos; inventam-se o fonógrafo, a telegrafia eléctrica, o ar líquido, o algodão, a ceifeira mecânica, a fotografia, os raios X, o rádio, a máquina de costura e a de escrever, os adubos químicos, o gás de iluminação, a lâmpada eléctrica, o freio pneumático, etc.

Estas invenções e descobertas deram nova estru-

tura à produção, motivando o industrialismo que teve várias consequências.

CONSEQUÊNCIAS DO INDUSTRIALISMO

Econòmicamente, substitui o trabalho manual pelo mecânico, torna a produção intensiva, mais rápida e barata; promove a criação da grande indústria, e a concentração industrial nos centros de produção mineira de carvão e metais, ou nos pontos das grandes quedas de água; melhora-se a exploração agrícola; desenvolvem-se as vias de comunicação e transporte entre todos os países, facilitando a sua aproximação e a troca de produtos, originando a economia internacional; e realiza a organização científica e racional do trabalho.

Socialmente, provoca o urbanismo pela fuga dos rurais para os centros fabris, onde nem sempre vivem moral e higiènicamente; intensifica a luta de classes, opondo os operários as doutrinas do Estado socialista às do Estado individualista que convém aos patrões; difunde doutrinas libertárias que provocam desordens; submete o operário à máquina, especializa-o demasiadamente (tailorismo), e gera o desemprêgo pelo desenvolvimento da maquinaria, aumenta o luxo e a corrupção dos costumes;

mas melhora a vida dos trabalhadores em geral.

Politicamente, preocupa os governantes, pelas agitações que provoca; aumenta a rivalidade entre os estados industriais, pela concorrência, e busca de mercados onde colocar os produtos; origina lutas aduaneiras que, por vezes, acabam em conflitos e guerras.

A-par-das notáveis invenções e aplicações técnicas do industrialismo, outras se deram, não menos importantes, especialmente aplicadas à medicina e, consequentemente, de largo alcance social, tais como a anestesia, as vacinas, e aplicações de electricidade, do raio X, do rádio, da química farmacêutica, etc.

A ACÇÃO SOCIAL DA IGREJA

Após a queda do poder temporal do Papa, a Igreja realiza larga obra espiritual, mòrmente no campo dogmático, em que fortalece os princípios da autoridade do Papa, e renova o espírito da fé. Mas, além desta, e prosseguindo a obra de Frederico Ozanan, fundador das Sociedades de S. Vicente de Paula, realizam-se notáveis obras de assistência e caridade, tais como as devidas às Servas do Coração de Jesus, Irmãzinhas dos Pobres, e a muitas outras ordens religiosas, femininas e masculinas, que criam orfanatos, creches, asilos, hospitais, lazaretos, casas de saúde, casas de regeneração e trabalho, etc., e que, em especial, desenvolvem a sua acção em missões nas colónias e nos países mais atrasados e não cristãos, onde fundam igrejas, noviciados, escolas, seminários, contribuindo muito para a civilização dêsses países e povos. A Congregação da Propaganda da Fé é o centro das missões católicas.

Dom Bosco, ou S. João Bosco, sensibilizado pelos perigos que ameaçavam a juventude, sobretudo os filhos dos pobres, procura dar-lhes melhor sorte, para o que funda a Ordem dos Salesianos, que recolhe órfãos e abandonados pobres, e nas suas escolas e nas suas oficinas os educa em princípios pedagógicos, baseados no amor cristão, preparando-os para a vida pelo trabalho. A obra de Dom Bosco, exercida pelos Salesianos e seus colaboradores, entre os quais as Filhas de Maria Auxi-

liadora, abrange todo o mundo, com êxito (*).

PIO IX — PIO X — LEÃO XIII — PIO XI - ENCÍCLICAS

As doutrinas políticas e sociais dos séculos XVIII e XIX merecem a atenção da Igreja, e, contra as consi-

^(*) Entre outros métodos de educação moderna, merecem referência o da Ecole des Roches, dos sociólogos Le Play, Tourville, Demoulins, Poinsard e Descamps, e o escotismo, cujo fundador e principal paladino foi Baden Powell.

deradas nocivas ou prejudiciais, publicou **Pio IX** o Syllabus ou enumeração dos principais erros, como o naturalismo, que nega a origem sobrenatural do cristianismo e o direito divino, — o racionalismo, que suprime a fé, proclamando a supremacia da razão; a maçonaria, o socialismo destruïdor da família e da propriedade, etc.

Mais tarde, Pio X condena o modernismo, corrente de filosofia religiosa, católica, que preconizava a evolução da Igreja, cuja doutrina dogmática era comentada pela crítica racionalista. O modernismo é, pois, um movimento filosófico-religioso, e a sua condenação não significa incompatibilidade da Igreja com os progressos científi-

cos e técnicos, como se tem feito supor.

As condições sociais das classes trabalhadoras também mereceram a atenção da Igreja que, com solicitude, publicou duas encíclicas notáveis: — a Rerum Novarum (1891), do Papa Leão XIII, em que condena a ambição desenfreada do capitalismo, os abusos da livre concorrência egoistica, e, em oposição às doutrinas do individualismo económico e do socialismo do Estado, apresenta a da reconciliação entre patrões e operários, devendo o trabalho dêstes ser retribuído por justos e equitativos salários, e tratados segundo os princípios da fraternidade cristã; — e a Quadragesimo Anno (1931), do Papa Pio XI que, condenando o despotismo económico que gera o Imperialismo Económico e o Imperialismo Bancário, funestos e execráveis, bem como o socialismo e o comunismo, renova os princípios da Rerum Novarum, aconselha a formação de sindicatos de patrões e operários, cristianizando-se a vida económica dos estados e das suas fôrças produtoras.

Estas encíclicas originam o sindicalismo católico, a democracia cristã, e são base das doutrinas corporativistas, de equilíbrio entre as individualistas e socialistas.

Leão XIII foi o Papa mais hábil do seu tempo, e, pela sua diplomacia, conseguiu prestigiar imenso a Igreja, conseguindo vencer o movimento anti-católico

que Bismarque desencadeava na Alemanha (Kultur-kampf), e conseguindo notáveis êxitos na Inglaterra, Rússia, Estados-Unidos, França e Itália, onde os católicos eram perseguidos e a Igreja atacada. Foi menos feliz nas tentativas que fêz de chamar ao seio da Igreja os cristãos cismáticos do Oriente e os anglicanos. Também promoveu larga obra cultural, fundando seminários, escolas e Universidades, desenvolvendo e fomentando o estudo da História; favoreceu o anti-esclavagismo e muitas outras obras sociais e morais.

QUESTÃO ROMANA

A questão romana, suscitada pela conquista de Roma pelos italianos, foi resolvida pelo Tratado de Latrão (1929), entre a Itália e a Igreja, ficando esta com a soberania na cidade do Vaticano que passou a constituir um estado independente e renunciando aos territórios dos antigos Estados Pontifícios.

Se bem que, territorialmente, constitua um estado minúsculo, a Santa Sé é, no entanto, a maior potência

espiritual do mundo.

COLONIAS NO CONTINENTE NEGRO

Nos meados do século XIX a África começou a ser conhecida pelas viagens de exploradores científicos e missionários, como Grant, Livingstone, Stanley, Serpa Pinto, Capelo, Ivens, Brazza, etc., e, por êsse facto, vá-

rios países ambicionaram a posse de colónias.

Leopoldo II da Bélgica, com o auxílio de Stanley, funda a Associação Internacional Africana, com o pretexto de combater o tráfico de escravos, mas, na verdade, para criar uma zona de influência belga, ocupando territórios portugueses, com desprêzo pelos direitos de Portugal e doutras potências vizinhas com as quais surgem dificuldades. Por isso, Portugal propõe à Alemanha a realização duma conferência internacional, ao que Bismarque anuiu.

Reüniu-se, então, o Congresso ou Conferência de Berlim, em que Portugal foi representado por Serpa Pimentel, Marquês de Penafiel e Luciano Cordeiro.

CONGRESSO DE BERLIM

Pela Convenção resultante dêsse Congresso (1885), estabeleceram-se os princípios da ocupação territorial da África, que deviam consistir em ocupação efectiva, comercial, militar e administrativa, que fizesse reinar a ordem e a paz, postergando-se os direitos históricos e tradicionais de ocupação; dissolveu-se a Associação Internacional Africana, criando-se o Estado Livre do Congo sob a suserania de Leopoldo II da Bélgica; regularam-se complicações havidas com a França e Portugal; estabeleceu-se a liberdade de navegação no Zaire, Niassa, Chire, Niger e afluentes, e no lago Tanganica.

PARTILHA DA ÁFRICA

Como consequência do Congresso de Berlim, procedeu-se, com prejuízo, sobretudo, dos direitos históricos e tradicionais de Portugal, à Partilha da África que ficou dividida pelos seguintes estados:

França, que ocupa a Argélia e Tunísia, Sudão, Daomé, Madagascar, África Equatorial e parte de Marrocos;

Inglaterra, que teve o Egito, Sudão Anglo-Egipcio, parte da Somália, África Oriental, Colónia do Cabo, Rodésia, Serra Leoa e Nigéria;

Portugal, que conserva o Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Principe, Ajudá, Angola e Mo-

çambique;

Bélgica, que herdou o Estado Livre do Congo por morte Leopoldo II, formando o Congo Belga;

Alemanha, que adquire o Togo, os Camarões, Su-

doeste Africano Alemão e África Oriental Alemã.

Espanha, que fica com Marrocos, Rio do Ouro, Canárias, Ano Bom e Fernando Pó;

Itália, que obtém a Somália e a Eritreia;

Turquia, que recebe a Libia e Cirenaica, que a Itália conquistou mais tarde (1912).

Havia, também, os seguintes estados, mais ou menos

independentes:

Orange, Transval e Zanzibar, conquistados pela

Inglaterra (1902);

Marrocos, foi repartido pela França e Espanha, mas no qual fica internacionalizada a cidade de Tânger (1906) ocupada pela Espanha em 1940.

Libéria, república independente de negros, de origem

americana, ocupada por tropas americanas (1942).

Em 1919 a Alemanha perde as suas colónias.

A Abissinia, ocupada pela Itália (1936-1941), readquiriu a independência (1943).

O DESPERTAR DO JAPÃO

O Japão, descoberto pelos portugueses e por êles cristianizado, promove uma revolução religiosa em 1637, expulsa os jesuítas e outros religiosos, bem como os restantes europeus, mantendo só com os holandeses estritas relações comerciais, que duram até 1854, data em que permite a criação dalguns consulados doutros países.

Durante êste tempo, o Japão mantém-se no estado feudal, sujeito à classe militar dos samurais e aos senhores feudais ou daimios, chefiados pelo xógum generalissimo e ministro que exercia verdadeiramente o poder em nome do imperador ou micado. Os estrangeiros estavam sujeitos a massacres, e a sua civilização era detestada. Por êsse motivo, a Inglaterra, os Estados-Unidos, a França e a Holanda fazem uma acção em conjunto contra o Japão, bombardeando Ximonoxéque (1862).

Em 1867 sobe ao trono *Mutsuhito* que promove a revolução de 1869, tirando os poderes ao xógum, abrindo os portos ao comércio mundial, outorgando uma constituição, derrogando os privilégios dos daimios, e organizando a vida pública japonesa à europeia, para o que

contratou professores, engenheiros, juristas e outros técnicos que civilizaram e modernizaram o Japão.

GUERRAS COM A CHINA E COM A RÚSSIA

Tornando-se a primeira potência do Extremo Oriente, o Japão inicia uma época de expansão, anexando as Ilhas Formosa e dos Pescadores, após uma Guerra com a China (1895), à qual, mais tarde, tomará a Manjúria (1935) e outras províncias (1938), anexando a Coreia, após várias guerras com a Rússia (1903-1905), terminadas pelo tratado de Portsmouth (1905) que também lhe concedeu Pôrto Artur e metade da Ilha Sacalina, além doutras vantagens.

Prosseguindo na sua obra, concluiu acordos com países europeus, consolidou as finanças, desenvolveu a economia, aumentou a esquadra, reformou e rearmou o exército, e pretendeu dominar inteiramente o Pacífico, onde a rivalidade com os Estados-Unidos originou a

questão do Extremo Oriente.

A GRANDE GUERRA (1914-1918)

Após o assassinato de Francisco Fernando e de sua esposa, príncipes herdeiros da Áustria, em Serajevo (1914), com a cumplicidade de extremistas sérvios, os austríacos enviam à Sérvia um violento ultimatum que a Sérvia repeliu, pelo que lhe foi declarada guerra pela Áustria. Ao lado desta colocam-se a Alemanha, a Bulgária e a Turquia, que desejavam expansão territorial nos Balcans. A Sérvia viu-se auxiliada pela Rússia e França; esta foi atacada pela Alemanha que viola a Bélgica — o que faz entrar na guerra a Inglaterra. Mais tarde entraram a Roménia, Montenegro, Japão, Itália, Portugal, Grécia, e, finalmente, os Estados-Unidos que, não tendo exército, o organizaram ràpidamente devido à técnica psicológica de Yerkes.

OPERAÇÕES MILITARES

Os alemães, depois do ataque de Liège e da derrota dos ingleses em Ipres, avançam contra Paris, mas são derrotados no Marna por Joffre, Galliéni e Maunoury. Os franceses tomam a ofensiva na Alsácia e os russos invadem a Áustria, cujas tropas recuam, e a Alemanha, que os derrota em Tanemberga.

Após esta fase de movimentos, começa a de posição ou de trincheiras, em que se deram as batalhas de Artesia e Champanha, sem grandes resultados; os alemães atacam Verdun, que resiste heròicamente; as batalhas do Soma, Vimy, Chemin-de-Dames, Malmaison e Cambraia são mais favoráveis aos aliados. Os italianos, derrotados em Caporetto, conseguem resistir aos austríacos. Nos Balcans, o Montenegro e a Sérvia resistem heròicamente à invasão austríaca, e a Roménia é ocupada pelos austro-búlgaros. Na Ásia Menor, a Inglaterra subleva os árabes e outros povos contra a Turquia.

Na África, as tropas coloniais alemãs atacam as colónias inimigas, entre as quais as portuguesas (Naulila). O Japão apodera-se das colónias alemãs do Pacífico. No mar, depois das batalhas de Coronel, em que é derrotada uma esquadra inglesa, e das Falclandas, e da Jutlanda, em que são aniquiladas as esquadras alemãs, os navios de guerra da Alemanha, submarinos e de superfície, realizam guerra de côrso, atacando até navios neutrais, o que foi uma das causas da intervenção dos Estados-Unidos na guerra.

A Rússia, agitada por lutas internas, faz a paz com a Alemanha, o que permite a esta uma nova ofensiva contra a França, sem resultados vitoriosos.

Reforços anglo-franceses na península balcânica trazem a vitória para o lado dos aliados, e a Bulgária pede a paz, no que é seguida pela Turquia, depois pela Áustria e, finalmente, pela Alemanha (1918).

TRATADOS DE VERSALHES E SAINT-GERMAIN

A paz, concedida pelo 1.º armistício de Compienha, foi assinada no Tratado de Versalhes (1919), com a Alemanha, que restituiu a Alsácia e Lorena à França, certos territórios à Bélgica, o Eslésvico à Dinamarca, as provincias polacas para o novo estado da Polónia, perdeu as esquadras e as colónias, divididas em mandatos pela Inglaterra, França, Bélgica e Japão, pagou uma indemnização, reduziu o exército e cedeu temporàriamente o território carbonífero do Sarre à França; no Tratado de Saint-Germain com a Áustria que foi desmembrada, separando-se a Hungria que formou um estado independente, a Boémia, Moldávia, Eslováquia, e Ruténia que formaram o novo estado da Checoslováquia, a Galicia, dada à Polónia, a Transilvânia à Roménia, o Tirol e Trieste à Itália, e a Dalmácia; Bósnia, Herzegovina e Eslavónia à Sérvia que, com o Montenegro, forma a Jugoslávia; no Tratado de Neully com a Bulgária, que perdeu a Romélia a favor da Grécia; no Tratado de Trianon com a Hungria e no Tratado de Sevres com a Turquia.

Além da Alemanha, os restantes países vencidos ti-

veram obrigações militares e financeiras.

Da paz de 1918 resultou também, além do enfraquecimento dos vencidos, o ressurgimento da Polónia; os
estados novos da Finlândia, Estónia, Letónia e Lituânia,
desmembrados da Rússia que também perdeu as províncias polacas e mais a Bessarábia para a Roménia; da
Hungria e Checoslováquia, desmembradas da Áustria;
de Danzigue, desmembrado da Prússia; da Mesopotâmia,
Hedjaz, Iemene, Hadramaut e outros pequenos estados
árabes, desmembrados da Turquia, que também perdeu
o domínio da Síria e Palestina.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES

Ainda, como resultado da guerra, se formou a Socie-dade das Nações, associação de estados, com sede em Genebra, fundada por iniciativa do Presidente Wilson, dos Estados-Unidos, para garantia da paz, pela limitação de armamentos, solução pacífica de conflitos, garantia contra as agressões guerreiras, administração de Danzigue, protecção das minorias rácicas dos diversos estados, vigilância dos mandatos, etc.

Se bem que se lhe devam relevantes serviços, a sua

acção não foi tão profícua, como era para desejar.

A Rússia, em 1917, proclama a República a que preside Kerensky; meses depois, bandos extremistas (bolchevistas) chefiados por Lenine e Trotsky implantam a ditadura do proletariado, formam sovietes de camponeses e soldados, comunizam todos os bens (comunismo) e perseguem cruelmente a religião e as restantes classes sociais. Núcleos contra-revolucionários são derrotados pelo exército vermelho. Os países que a Rússia anexara tentam libertar-se, e conseguem-no a Estónia, Letónia, Lituânia e Finlândia e, temporàriamente, a Ucrânia que, agitada pelos anarquistas do Makno, foi reconquistada.

Os polacos, derrotando o exército vermelho na batalha de Varsóvia (1920), recuperam os antigos territó-

rios polacos que a Rússia partilhara.

Entre a Grécia e a Turquia trava-se uma guerra pela posse da Trácia (1922) que os turcos ganham.

II PARTE

CARACTERES GERAIS

Esta parte da **Idade Contemporânea** caracteriza-se: 1.º — Pela reacção contra o parlamentarismo, democracia liberal e demagogia, e pela concentração dos poderes nas mãos de ditadores (totalitarismo);

2.º — Pela absorção de certos pequenos estados por

grandes países, de alta natalidade, que procuram expandir-se no que consideram seu espaço vital;

3.º — Pela purificação rácica dos estados totalitários com perseguição a estranhos, especialmente a judeus.

4.º — Pela luta contra a burguesia capitalista e contra o liberalismo económico, criando um socialismo de Estado e renovando o corporativismo, procurando-se dignificar o trabalhador e promover-se a justa remuneração do seu trabalho.

REACÇÃO CONTRA O PARLAMENTARISMO

O parlamentarismo, nalguns países, redundou em discussões estéreis e lutas que levaram à demagogia, aproveitada pelos socialistas e comunistas, para procurarem impor as suas doutrinas na prática. Estes factos, a fraqueza e incapacidade dos governos e a desordem social daí resultante provocam reacções contra o parlamentarismo e substituição das constituições dos estados individualistas por outros, socialistas (Rússia) ou de estado ético, especialmente corporativistas, intermediárias entre o individualismo e socialismo.

As doutrinas do estado individualista foram atacadas por filósofos e juristas como Augusto Conte, Benjamim Constant, Leon Duguit e pelos mentores do movimento da Action Française (Vaugeois, Maurras, Daudet); e as do estado ético, defendidas por La Tour du Pin, Leão XIII, Pio IX e, em Portugal, por António Sardinha, mentor do Integralismo Lusitano, e outros.

Exceptuando o bolchevismo ou o comunismo da Rússia, de carácter internacionalista pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, as reacções contra o Parlamentarismo tiveram acentuado cunho nacionalista.

MOVIMENTOS NACIONALISTAS

Entre os movimentos nacionalistas há a distinguir os resultantes da formação de novos estados por nacionalidades que alcançam a independência, como a Finlân-

dia, a Checoslováquia e outros resultantes da Grande Guerra; os que procuram alcançar essa independência, e a conseguem mais tarde, como a Irlanda e o Egito, e, de certo modo, as colónias inglesas que se convertem em domínios, como o Canadá e a Austrália, ou não a conseguem, como os marroquinos chefiados por Abd-el-Krim; e, ainda, aquêles que, contra o parlamentarismo, promovem reacções de carácter nacionalista, buscando na história, tradições e costumes, a estrutura da nova organização política.

Pertencem a êste grupo a Hungria que, depois duma experiência comunista, se proclama monarquia (1919) sob regência; a Albânia, que proclama, também, a monarquia (1928); a Jugoslávia, onde o rei Alexandre proclama a ditadura (1929), acabando com as lutas dos partidos; a Bulgária, onde Bóris III também proclama a ditadura (1935); a Grécia que, depois de restaurar a monarquia, implanta o regime ditatorial; a Espanha, onde Primo de Rivera, em tempo de Afonso XIII (1923), institui a ditadura; e, depois de uma república demagógica (1931), onde se acentuaram movimentos separatistas na Catalunha e Astúrias, o General Franco promove a ditadura totalitária em 1939, após uma guerra civil de 3 anos; a Polónia, onde a impõe o marechal Pilsudsky (1926); o Brasil, com o movimento chefiado pelo Dr. Getúlio Vargas que, porém, não cai nos caudilhismos militares de muitas repúblicas americanas, etc.

MOVIMENTOS NA ITÁLIA, ALEMANHA E PORTUGAL

Todavia, os movimentos nacionalistas mais notáveis são o da Itália, onde Mussolini organiza o fascismo (1914) e, depois de cruéis experiências comunizantes, toma conta do govêrno (1922) e estabelece a ordem na Itália, que transforma numa das primeiras potências do mundo, desenvolvendo a sua economia, impondo o corporativismo e o regime totalitário, fortalecendo o exército e a marinha, promovendo a cultura intelectual e au-

mentando as colónias com a conquista da Abissínia (1934) e da Albânia (1938), e com desejos das colónias francesas do Mediterrâneo, com população italiana, numerosa; o da Alemanha, onde Hitler, chefiando o nacional-socialismo, se apodera do poder (1933), dominando a desordem sangrenta causada pelas tentativas comunistas e lutas políticas, emancipando a Alemanha das imposições do tratado de Versalhes, fortalecendo-a militarmente e fazendo-a próspera, económica e socialmente, e promovendo a sua expansão territorial pela absorção da Austria (1937), e de parte da Checoslováquia (1939), da qual liberta o novo estado da Eslováquia.

Não menos importante foi o movimento nacionalista de **Portugal** que, contra a demagogia republicana, se esboçara com a efémera ditadura de Pimenta de Castro (1915), com o govêrno presidencialista e forte, mas de curta duração, de Sidónio Pais (1917), com o govêrno de António Maria Baptista (1921), também de pouca duração, e, finalmente, com a ditadura iniciada por Gomes da Costa, em 28 de Maio de 1926, contra um Par-

lamento desordeiro.

Sendo Presidente da República o general Óscar Carmona, a pasta das Finanças é atribuída ao Dr. Oliveira Salazar, professor de Coimbra que, depois de restabelecer o equilíbrio nas contas públicas, lança os fundamentos dum Estado Novo, corporativista, no Discurso da Sala do Risco (1930), que foi realizado pela Constituïção de 1933, baseada na moral cristã.

ESTADO NOVO

Ao Estado Novo deve Portugal as suas finanças desafogadas e prósperas, a ordem nas ruas e nos espíritos, a calma política, o aumento da marinha, a reforma do exército, a reorganização da economia, a dignificação e justa retribuïção do trabalho do operariado, o combate ao desemprêgo, a política de espírito, a reorganização da justiça, a protecção à família, o prestígio internacional,

o fomento das colónias, tudo realizado por Salazar e pelos seus colaboradores.

ULTIMOS ACONTECIMENTOS

Na Alemanha, Hitler retomou as idéias imperialistas e procurou fazer a Grande Alemanha, englobando os territórios habitados por alemães (Áustria) ou necessários ao seu «espaço vital» (Checoslováquia), e fêz o Pacto Tripartido, anti-comunista, com a Itália, que conquistara a Abissínia e a Albânia, e o Japão, que desmembrara da China a Manjúria, e a ocupara (1931). A êsse pacto aderiram a Espanha, Hungria e outros países.

A Alemanha reivindica o estado de Danzigue e o corredor polaco, o que a leva à guerra com a Polónia (1939) que, apesar de protegida pela Inglaterra e pela França, abandonada pela sua aliada Roménia, foi repartida numa 4.ª partilha da Polónia, pela Alemanha e Rússia. A França e Inglaterra declaram guerra à Alemanha, e a luta decorre durante meses, guerra de posições fron-

teiriça.

A Rússia, na expansão pan-eslavista, atacoú a Finlândia que, depois de heróica resistência, teve de pedir a paz de Moscovo (1940) e ceder territórios à Rússia.

Como os ingleses e franceses solicitassem à Suécia e Noruega autorização para socorrerem a Finlândia através dos seus territórios, a Alemanha, temendo a própria invasão, invadiu imediatamente a Dinamarca e a Noruega e, mais tarde, a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica, não obstante serem países neutros, e a França que, atacada também pela Itália, pediu a paz concedida no 2.º armistício de Compienha, depois de destituir o govêrno de Reynaud que substituiu pelo de Petain e Laval, e, perante a ocupação de Paris, pelos alemães, estabelece a capital em Vichy. No entanto, patriotas, comandados por De Gaulle, continuam a combater ao lado da Inglaterra, revoltando as colónias francesas de África.

A Rússia obtém da Roménia a Bucovina e a Bessarábia, e anexa a Estónia, Letónia e Lituânia (1940).

Os ingleses, após a retirada de Dunquerque ante a impetuosa invasão alemã da França, auxiliam a Grécia, atacada pela Itália (1940) e que, apesar de heróica defesa, foi ocupada por ítalo-alemães; mas atacados por êstes no Egito, depois duma guerra de manobras com alternativas diversas, expulsam de África o exército de Rommel, atacado pela retaguarda por tropas dos Estados Unidos, então, entrados na guerra; libertam a Abissínia do domínio italiano; ocupam a Siria, o Iraque e a Pérsia e Irão (1941); sustentam algumas batalhas navais, tomam as colónias italianas e Madagascar; bombardeiam a esquadra francesa de Orão, para evitar que passe para o inimigo, e resistem a pesados ataques da aviação alemã.

Como a Rússia se preparasse para atacar a Alemanha, os alemães, finlandeses, romenos e, mais tarde, húngaros, eslovacos, croatas, italianos e voluntários espanhóis, belgas, holandeses, dinamarqueses e noruegueses, invadem a Rússia, ocupam a Ucrânia e infligem pesadas derrotas aos exércitos soviéticos que lutam encarniçadamente, apoiados pela Inglaterra, Estados-Unidos e China.

O Japão, em luta com a China, atacou traiçoeiramente os Estados-Unidos, conquistou as colónias inglesas da Ásia Oriental até à Birmânia, e as ilhas inglesas e holandesas da Insulindia, e as Filipinas, e ocupou as ilhas Aleutas e outras, e ameaça de invasão a Índia e a Austrália (1941), fazendo uma aliança com o Sião (Thaï) que ocupa. Estes actos fazem entrar os Estados-Unidos na guerra, auxiliados por Costa Rica, Honduras, Haiti, S. Domingos, Cuba, Panamá, Perú, Colômbia, México e, mais tarde, pelo Brasil que, depois do afundamento de navios brasileiros pelos submarinos do «Eixo», entrou em guerra, também, contra a Itália e Alemanha.

Em fins de 1942, o Japão, Itália e Alemanha atingem expansão máxima, ocupando a Rússia Ocidental, a França, a Noruega e a Dinamarca, a península Balcânica excepto a Turquia, Creta, o Oriente asiático até à Índia, a Insulíndia, Filipinas, Molucas, parte da Nova Guiné, e outras ilhas do Pacífico e Aleutas, e exercem o bloqueio submarino contra os inimigos; mas, em 1943, a Inglaterra, seus domínios e colónias e seus aliados, depois de repelirem Rommel e os ítalo-alemães do Norte de África, invadem a Itália, que pede a paz, e a França, Bélgica e Holanda que libertam do domínio alemão; libertam parte das ilhas ocupadas pelo Japão; e a Rússia repele os alemães até ao Vistula, domina a Finlândia e os países balcânicos ocupados pela Alemanha, excepto a Grécia, ocupada pelos ingleses. A Alemanha é atacada por terra e ar, e resiste desesperadamente a êsses violentos ataques.

Nos países libertados, França, Bélgica, Grécia e Itália, há lutas civis entre comunistas e os governos legais

democráticos.

Entre os países europeus são neutros a Suécia, Irlanda, Suiça, Turquia, Vaticano, Espanha e Portugal, que, aliado da Inglaterra e amigo do Brasil, tem uma situação melindrosa, embora se tenha conduzido com alta dignidade, devido à hábil diplomacia do Presidente Carmona e de Salazar que, observando os sofrimentos cruciantes dos povos envolvidos no conflito, teem feito os maiores esforços e sacrifícios para livrar a nação dos horrores duma guerra que outros fizeram. Isto não impediu que, em 17 de Dezembro de 1941, tropas australianas e holandesas, ocupassem precipitadamente Timor, donde os japoneses, mais tarde, as desalojaram, ficando na sua repugnante ocupação, nem que submarinos de nacionalidade desconhecida, sem aviso e motivo, afundassem criminosamente navios mercantes portugueses, actos esses de absoluta e injusta ofensa à estrita neutralidade de Portugal.

INDICE

Pág.	建设数据的发展的发展的企业的 。	Pag		
6	b) Atenas	27		
		33		
8		36		
	Religião	41		
9	Fusão das classes.			
	Guerras Púnicas	44		
		46		
	Guerras Civis	48		
11		49		
14		50		
16	2.º Triunvirato	51		
17		52		
19	Imperadores Césares	53		
		5 5		
	O Cristianismo	56		
	Os bárbaros	58		
23	Tetrarquia Imperial	58		
26	Teodósio	60		
Idade Média				
ww.	ricaia	1		
63	O Condado Portucalense	77		
	的是,但在17、17人。全年60年,18年1月	77		
63	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico			
63 63 64 64	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa	77		
63 63 64 64 65	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império.	77		
63 63 64 64	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos	77 77 78		
63 63 64 64 65 66	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno	77 77 78 78		
63 63 64 64 65 66	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente	77 77 78 78 79 80 80		
63 64 64 65 66 67 68	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal	77 78 78 78 79 80 80 80		
63 64 64 65 66 67 68 69	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas	77 78 78 78 79 80 80 82 82		
63 64 64 65 66 67 68 69 70	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra	77 78 78 79 80 80 82 82 82		
63 63 64 64 65 66 67 68 69 70 71	O Condado Portucalense Cruzada dos Albigenses Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra	77 78 78 79 80 80 82 82 83 83		
63 63 64 64 65 66 67 68 69 70 71 72	O Condado Portucalense. Cruzada dos Albigenses. Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra Magna Carta-Parlamento	77 78 78 79 80 80 82 82 83 83		
63 64 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73	O Condado Portucalense. Cruzada dos Albigenses. Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra Magna Carta-Parlamento Guerra dos Cem Anos	77 78 78 78 79 80 80 82 82 83 84 84		
63 64 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74	O Condado Portucalense. Cruzada dos Albigenses. Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra Magna Carta-Parlamento Guerra dos Cem Anos Os grandes inventos	77 78 78 79 80 80 82 82 83 84 84 86		
63 64 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73	O Condado Portucalense. Cruzada dos Albigenses. Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra Magna Carta-Parlamento Guerra dos Cem Anos	77 78 78 78 79 80 80 82 82 83 84 84		
63 63 64 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 76	O Condado Portucalense. Cruzada dos Albigenses. Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra Magna Carta-Parlamento Guerra dos Cem Anos Os grandes inventos	77 78 78 79 80 80 82 82 83 84 84 86		
63 63 64 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 76	O Condado Portucalense. Cruzada dos Albigenses. Cruzadas do Báltico Poder do Papa O Sacerdócio e o Império. Guelfos e Gibelinos Grande interregno Cisma do Ocidente Movimento Comunal Repúblicas Italianas Origens da Inglaterra Conquista da Inglaterra Magna Carta-Parlamento Guerra dos Cem Anos Os grandes inventos As ameaças orientais	77 78 78 79 80 80 82 82 83 84 84 86		
	9 11 14 16 17 19	Macedónia. 2) Roma. Religião. 9 Fusão das classes. Guerras Púnicas. Conquista da Ibéria. Guerras Civis 11 Revolta dos escravos 14 César e Pompeu. 16 2.º Triunvirato. 17 Século de Augusto 19 Imperadores Césares Imperadores Sírios O Cristianismo Os bárbaros 23 Tetrarquia Imperial 26 Teodósio.		

	Pág.		Pág		
3) Na Espanha	92	Luís XIV	108		
4) Em Portugal	93	Guerra da Sucessão de Es-			
Descobrimentos Marítimos.	93	panha	109		
Portugal D. Henrique	94	Trado de Utreque	110		
Colombo - Tordesilhas	95	Inglaterra — Os Stuarts	111		
Colonização da América	95	Revolução de 1648	111		
Colonização portuguesa	96	Acto de Navegação	112		
Contenda das Malucas	97	Magna Carta	113		
Renascimento	98	Rússia - Pedro, o Grande .	113		
Renascimento em Portugal.	100	Catarina II – A Prússia	114		
Reforma - Lutero	101	Sucessão da Áustria	115		
Calvino - Henrique VIII	102	Guerra dos Sete Anos	115		
Contra-Reforma	103				
Lutas Político-religiosas	104	Império Colonial Inglês	116		
Édito de Nantes	105	Causas da Revolução Fran-	1.10		
Guerra dos 30 anos		cesa	117		
	106	Liberalismo económico	118		
Tratado de Vestefália	107	Independência dos Estados			
Absolutismo – Luís XII	107	Unidos	119		
Idade Contemporânea					
Revolução Francesa	121	Unificação alemã	142		
Tomada da Bastilha	122	Guerra Austro-Prussiana.	143		
Declaração dos direitos	123	3.ª República em França	144		
Assembléia legislativa	124	Desenvolvimento dos Esta-			
Morte do rei - o terror	125	dos Unidos	145		
O 9 de Thermidor	126	O Industrialismo	146		
Descalabro	127	Pios IX, X, XI - Leão XIII .	148		
Directório - Campanha do	100	Questão Romana	150		
Egito	128	Colónias de África	150		
Consulado decenal	129	Congresso de Berlim	151		
Primeiro Império Francês	130	Partilha de África	151		
Bloqueio continental	131	O despertar do Japão	152		
Invasão de Portugal	132	A Grande Guerra	153		
Campanha da Rússia	133	Operações militares	154		
Luis XVIII	133	Tratado de Versalhes	155		
Os Cem Dias	134	Sociedade das Nações	156		
Santa Aliança - Metternich	135	Reação contra o Parlamen-			
Independência do Brasil,		tarismo	157		
Grécia e Bélgica	136	Movimentos nacionalistas .	157		
Revoluções de 1830 e 1848.	137	Movimentos na Itália, Alema-	108		
2.ª e 3.ª República	139	nha e Portugal	158		
Unificação italiana	140	Estado Novo	159		
Cavour - Garibaldi	141	Últimos acontecimentos	160		
	THE R. LEWIS CO., LANSING, MICH.	The state of the s	400		

